

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Ocupação do Parque Estadual Delta do Jacuí:
Conflitos de Uso Territorial

Autor
ADEMIR BAPTISTA CHIAPPETTI

Dissertação submetida à avaliação,
como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Geografia

Prof^a. Dr^a. Dirce Maria Antunes Suertegaray
Orientadora

Banca Examinadora: Dr^a Maria de Lourdes Abruzzi de Oliveira
Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich
Prof. Dr. Roberto Verdum

Porto Alegre, Junho de 2005

Agradecimentos

As formas de agradecimentos não se esgotam em uma página escrita, mas creio que são conservadas pela memória e pela consciência de que nossas relações de convívio amadurecem, assim como nós. As relações de amizade e de compreensão fazem com que a nossa caminhada, individual e solitária, seja preenchida pelas certezas de que, mesmo sendo necessário seguirmos sós na busca de nossas compreensões, “alguém” está nos acompanhando através de um olhar que buscamos, da escuta quando necessitamos falar e da palavra dita na hora em que mais precisamos dela.

Acreditando nisso, inicio meus agradecimentos à Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – que me acolheu entre seus espaços para um convívio de três anos. O retorno à universidade era um desejo e uma necessidade. Um desejo porque aprecio o convívio da academia e devido ao fato de que gosto de estudar; uma necessidade porque minha graduação e pós-graduação ficaram longe da minha prática de educador.

Agradeço ao Departamento de Geografia, aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia e a funcionária Zélia. Muito especialmente agradeço à Prof^a Dr^a Dirce Maria Antunes Suertegaray, que me orientou nessa dissertação, me apontou caminhos que facilitaram muito minha trajetória nesse estudo, assim como abriu novas possibilidades na compreensão do fazer geográfico.

Agradeço aos amigos Maria de Lourdes Abruzzi de Oliveira, da Fundação Zoobotânica – FZB –, que me apoiou desde o momento em que optei por trabalhar no Delta do Jacuí, além de ter fornecido o material disponível para que eu pudesse desenvolver essa dissertação; à Elisabeth Matheus (Beth) pelas horas de leituras, discussões e apoio naquelas horas em que parece que as coisas não andam; à Joice Ramos, que me auxiliou na

revisão do texto – e, mais do que isso, me indicou os caminhos para a releitura do texto com um olhar mais aguçado sobre ele, com uma outra lógica que me proporcionou um interesse ainda maior pela escrita, a qual, para mim, representava uma dificuldade; ao Ricardo Aranha, da FZB, à Lílian Ferraro e à Rejane Valdameri da Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM – pelo auxílio com os mapas; ao Lucas Stumpf Chiappetti, que trabalhou com as figuras e com as imagens, à Maria Isabel Stumpf Chiappetti, que fez várias leituras do texto e apontou sugestões e contribuições importantes, e à Clara Stumpf Chiappetti, que, junto com o Lucas e a Maria Isabel, ouviu minhas inquietações e agüentou minhas ansiedades.

Agradeço, finalmente, ao universo que conspirou ao meu favor, mapeou as conjunções dos astros e indicou caminhos que me levaram a esse tema para a dissertação de mestrado.

Aos meus pais, Francisco e Irma.

Aos meus filhos, Clara e Lucas.

A Maria Isabel, esposa e companheira.

E a todos aqueles que trabalham em favor das questões ambientais e sociais.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo a análise da ocupação territorial do Parque Estadual Delta do Jacuí – PEDJ – tendo como foco principal os conflitos de uso territorial com a legislação atual, baseada no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Possui uma perspectiva de abordagem centrada nas características naturais da paisagem do Delta do Jacuí, com o objetivo de destacar as suas qualidades, as quais justificam a sua preservação, nas formas de ocupações territoriais ocorridas entre o tempo atual e o correspondente ao ano de criação do PEDJ e na pesquisa qualitativa das percepções dos três segmentos que ocupam esse espaço geográfico: os moradores do Parque, as associações comunitárias e os representantes da Prefeitura Municipal de Eldorado do Sul. O estudo da percepção tem como objetivo a compreensão do lugar para esses grupos.

A linha metodológica escolhida para essa análise está baseada no estudo dos conceitos de Paisagem, Território, Lugar e Percepção.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyze the territorial occupation of Parque Estadual Delta do Jacuí – PEDJ – focusing on the conflicts between the territorial occupation and today's law, which is based on Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (*National System of Conservation Units*). The approach to this analysis is centered on the natural features of the landscapes at Delta do Jacuí. The aim is to highlight its qualities as territorial occupations, which have been happening since PEDJ was created, and also as a qualitative analysis of the perceptions of the three segments which occupy this geographic space: the residents of the park, community associations, and the City Hall representatives of Eldorado do Sul. The studies of perception demonstrate how these groups see and comprehend the place.

The methodology chosen for this research is based on the concepts of Landscape, Territory, Place, and Perception

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	2
Resumo.....	5
Abstract.....	6
Lista de Figuras.....	8
Lista de Tabelas.....	9
Introdução.....	10
Capítulo 1 – Estudo da Paisagem – Delta do Jacuí.....	16
1.1 Caracterização Geográfica do Delta do Jacuí: localização, morfogênese e formações vegetais.....	24
Capítulo 2 – Territorialidades do Delta do Jacuí.....	38
Quadro 1 – Evolução da Ocupação – 1971 – 1991.....	50
Capítulo 3 – O Lugar e as Percepções.....	84
Considerações Finais.....	113
Bibliografia.....	120

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização Geográfica do Parque Estadual Delta do Jacuí.....	25
Figura 2 – Geomorfologia do Delta do Jacuí.....	29
Figura 3 – Processo de Evolução e formação das Ilhas.....	30
Figura 4 – Cobertura do Solo e Vegetação do Parque Estadual Delta do Jacuí...	33
Figura 5 – Zoneamento e Área do Arquipélago.....	49
Figura 6 – Parque Estadual Delta do Jacuí – População	53
Figura 7 – Zoneamento preliminar do Parque Estadual Delta do Jacuí.....	68
Figura 8 – Unidade de Conservação X Conflitos Territoriais.....	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tempo de moradia na Residência..... 60

Tabela 2 – Área do Parque Estadual Delta do Jacuí..... 73

INTRODUÇÃO

O despertar pela preocupação ambiental nos anos 1970 suscitou uma caminhada que vem sendo desenvolvida por várias áreas de pesquisa das ciências afins e por todos os cidadãos que compreendem a importância da preservação ambiental. Foi nessa década que a mídia contribuiu para que as questões ambientais tornassem-se globais, passou-se a tomar consciência da degradação ambiental em escala planetária e os movimentos em prol da conservação da natureza tomam forma.

A apropriação da natureza não é um fenômeno recente e se torna mais contundente no século XX, como resultado da modernização das técnicas de domínio dos espaços naturais. O crescimento tecnológico dos meios de produção serviu para os interesses mercantilistas, expandindo mercados de compra e de venda de matérias-primas e bens manufaturados de maneira cada vez mais global.

A ocupação dos espaços naturais tornou-se também mais rápida a partir da crescente evolução populacional após a Segunda Guerra Mundial, quando presenciou-se um salto demográfico sem precedentes. Esse acréscimo demográfico desencadeou, entre outros fatores, uma evolução no consumo. Associado a isto, a mundialização da economia pela expansão do sistema capitalista, através dos seus mecanismos de produção, desencadeou um maior interesse das grandes potências pela matéria-prima e mão-de-obra baratas nos países da América Latina, África e Ásia. Além disso, nestes continentes, surgem economias emergentes que se utilizam desse sistema para a sua inserção na economia mundial. Os recursos naturais nesses países, então, passam a sofrer uma rápida utilização por mecanismos econômicos internos e externos que buscam na natureza uma das principais formas de ampliar a sua produção.

O avanço do processo econômico do capitalismo industrial e financeiro se fez presente também nos centros urbanos de todo o mundo,

desencadeando uma urbanização crescente em todos os países, embora mais intensamente a partir da década de 1950 nos países subdesenvolvidos. Nesse grupo de países, o êxodo rural aumentou rapidamente, promovendo o surgimento de núcleos de pobreza nos cinturões e no interior das grandes cidades.

A população urbana chegou no final do século XX aos cinquenta por cento do total da população mundial. Essas grandes aglomerações urbanas tornaram-se consumidoras de alimentos, de energia e de manufaturados produzidos além das suas fronteiras.

Na medida em que o crescimento urbano-industrial se amplia, torna-se inevitável o avanço antrópico sobre os espaços naturais. O meio ambiente, assim, tornou-se refém do modelo capitalista na sua pior forma: o da espoliação. Esse processo de uma natureza cada vez mais humanizada, seguindo os interesses individuais ou coletivos, ocorreu, portanto, tanto em uma escala local ou regional, quanto na global. São os interesses mercantilistas globais, aliados aos interesses urbano-industriais locais, os responsáveis por isso.

Frente a essa realidade, que se ampliou rapidamente nas diferentes escalas, a trajetória em defesa do meio ambiente corporifica-se, a partir da década de 1970, como uma reação à degradação ambiental, resultado da velocidade dos usos dos ecossistemas naturais. A bandeira da preservação vem de diferentes origens: dos meios acadêmicos e do poder público, mas, sobretudo, das sociedades organizadas através dos movimentos sociais.

Foi através desse sistema político de ação entre a sociedade civil organizada e o poder público que se inicia uma série de tentativas em defesa da conservação de áreas que eram consideradas relevantes pela sua importância nos ecossistemas em que estão inseridas. É neste contexto que surge a figura das Unidades de Conservação, no Brasil amparadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC –, prevendo diferentes categorias de proteção ambiental.

No âmbito da Geografia, a análise espacial dos conflitos existentes nas relações homem-natureza vem a contribuir para essa discussão, possibilitando uma interpretação desses fatos à luz das duas origens e procurando entender os mecanismos socioeconômicos, políticos e culturais que têm desencadeado a complexidade expressa nos espaços geográficos, isto é, de que as paisagens naturais possuem elementos que as tornam sociais. Historicamente, o tempo tem demonstrado que, geralmente, as apropriações das paisagens naturais são desencadeadoras de conflitos de usos pela forma e interesses daqueles que as ocupam. A abordagem, a partir da complexidade e das contradições, tem demonstrado que a visão de mundo e de lugar é resultado dessa lógica, cabendo à Geografia, como ciência, procurar compreender essas relações dialéticas materializadas no espaço geográfico.

No âmbito da “Geografia Física”, o estudo da natureza enquanto formação na escala geológica do tempo é também abordada, quando o assunto requer, a partir da problemática das ações antrópicas sobre o meio construído ao longo das eras. Assim, a construção da idéia de natureza do espaço universal e terrestre possui uma estrutura de análise acompanhada das suas inter-relações no tempo e no espaço.

O estudo das apropriações da natureza pelo homem não vem dissociado das relações homem/natureza, de como se constituem, como se materializam sócio-cultural, econômica e politicamente no espaço geográfico. Essa forma de abordagem no estudo de espaços geográficos tem sido utilizada na análise das questões urbano-industriais e agrárias, nos deslocamentos populacionais, na produção/consumo de energia e suas implicações nas questões ambientais.

Considerando que o viés ambiental é uma das formas de interpretação do espaço geográfico, tornou-se um desafio lançar um projeto que contemplasse a pesquisa qualitativa envolvendo um conflito sócio-ambiental que se permitisse analisar através de objetivos “técnicos”. Assim, para essa análise buscamos uma situação real: um conflito envolvendo a efetivação de uma Unidade de Conservação, o Parque Estadual Delta do Jacuí, localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre.

O Delta do Jacuí transformou-se, no meu imaginário de porto-alegrense nativo, em um lugar de natureza abundante, cujas ilhas debruçam-se sobre a lâmina d'água com uma serenidade incomparável. A minha infância foi marcada, assim como a de muitos porto-alegrenses, com banhos no “rio” Guaíba nas tardes dos finais de semana. As ilhas, ao longe, compunham essa paisagem de rara beleza, somada ao lindo e inconfundível pôr-do-sol.

Além desse lado familiar e da percepção romântica do sentir geográfico do Guaíba e do Delta do Jacuí como cidadão porto-alegrense, conheci essa paisagem da cidade em épocas diferentes. Desde o primeiro passeio pelas pontes, com seus canais e a abundante vegetação, até os dias de hoje, observo alterações significativas na paisagem do Delta do Jacuí.

A partir dessa percepção surgiu a idéia de verificar as condições ambientais, as potencialidades naturais do Delta do Jacuí e a sua realidade a partir da transformação desse espaço em uma Unidade de Conservação, procurando identificar as causas da existência dos conflitos de usos existentes no seu interior, situação que ocorreu pela sua localização no interior dos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre. Por suas características específicas, o Parque Estadual do Delta do Jacuí enquadrava-se nessa lógica por mim imaginada: uma Unidade de Conservação inserida no meio urbano e ameaçada pela população que avança rapidamente sobre suas áreas naturais, as quais deveriam ser preservadas. Essa situação resulta, infelizmente, da morosidade das políticas públicas para a sua implementação. O objetivo a ser alcançado foi a busca da compreensão das contradições existentes no interior desse espaço geográfico, avaliando a percepção dos moradores na área do Parque e analisando os atributos naturais que justificaram sua criação, bem como a compreensão da complexidade sócio-espacial dessa Unidade de Conservação.

A opção por conceitos e pela metodologia foi se construindo ao longo das investigações de como se sistematizaria o trabalho. Ao tomar conhecimento de parte da documentação, da legislação incidente sobre o

Parque, de projetos e de estudos já realizados, optei pela análise de conceitos de paisagem, território, lugar e percepção.

Ao conversar com técnicos ligados à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, junto ao Departamento de Florestas e Áreas Protegidas – DEFAP – e no Museu de Ciências Naturais da Fundação Zoobotânica, comecei a perceber os meandros desse complicado cenário do ponto de vista sócio-ambiental e político.

No que se refere ao estudo da paisagem, reservei o primeiro capítulo. Nele descrevi os atributos naturais do Delta do Jacuí, justificando a sua importância na preservação ambiental. Este possui, além de uma beleza natural, funções importantes no ambiente em que está inserido, justificando a sua preservação enquanto ecossistema integrado, tanto na escala local quanto na regional. A paisagem nesse estudo foi trabalhada no âmbito da natureza, a qual constitui o conjunto inter-relacionado dos elementos naturais: formação geomorfológica, recursos hídricos e vegetação.

No segundo capítulo a abordagem fica por conta das territorialidades que se constituíram no Delta do Jacuí. Avaliei formas de apropriação do seu espaço geográfico como consequência da expansão urbana da Região Metropolitana de Porto Alegre, sua função inicial de área abastecedora de produtos agrícolas, de leite e de pescados para Porto Alegre e as alterações dessas funções a partir da segunda metade do século XX, tendo em vista os movimentos migratórios em direção à capital e inclusive aos municípios da Região Metropolitana incluindo continente e as ilhas do Delta do Jacuí. Em meados da década de 1970 foi criado o Parque pelo poder público, porém mantendo em seu interior grupos humanos ali instalados e não impedindo a ocupação desses espaços ao longo das décadas seguintes, resultando nos conflitos de usos atuais.

No terceiro capítulo a discussão aborda o tema de maior interesse desse trabalho: o estudo do lugar e o da percepção. Sob o ponto de vista dos ocupantes, o conceito de lugar e a percepção são metodologias aplicadas ao

caso do Parque Delta do Jacuí para problematizar a inserção da população ocupante nos conflitos ali instalados. Essa análise espacial a partir da percepção tem sido utilizada pelos Geógrafos como uma forma de inserir a perspectiva social a partir da visão de quem ocupa os lugares. O olhar geográfico sobre o Delta do Jacuí está balizado por uma visão de espaço geográfico e de paisagem: o olhar dos moradores a partir das suas impressões sobre o lugar.

Ao longo desse estudo, deparamo-nos com uma nova situação, quando em setembro de 2004, através de um Decreto, o Governo do Estado alterou a categoria da Unidade de Conservação, de Parque para Área de Proteção Ambiental e Reserva Biológica. Agregaram-se novas variáveis ao estudo, resultando em análises adicionais. Desta forma, o desenvolvimento da avaliação dessas questões foi se construindo, sem a pretensão de fornecer fórmulas mágicas de resolução dos conflitos existentes, mas transformar-se, quem sabe, em um subsídio de discussão que possa contribuir no redirecionamento da atual situação homem/natureza no Delta do Jacuí e, talvez, para outros lugares também.

Capítulo 1

ESTUDO DE PAISAGEM – DELTA DO JACUÍ

Início esse estudo de caso – aqui especificamente tratando de uma paisagem que possui significado ambiental por tratar-se de um espaço natural possuidor de atributos naturais os quais foram os responsáveis por transformá-lo em uma Unidade de Conservação – trazendo para a lembrança cenas do passado de um período em que ainda não pensava no fazer geográfico.

Em uma tarde da minha adolescência, deparei-me com o fato de ir a um “lugar” de Porto Alegre para distribuição de roupas e utensílios domésticos. Ainda desconhecido para mim, esse lugar foi rapidamente descrito como um ambiente cuja característica era de uma população de baixa renda. Lembro-me ainda da frase dita: “extremamente pobres e miseráveis”.

Após uma reforma e “limpeza” de objetos pessoais que estavam em desuso em nossa residência, meu pai decidiu doá-los para pessoas carentes. Todo esse “entulho” – para nós esses objetos só ocupavam espaço – foi colocado na carroceria de um caminhão, e o destino foi uma das ilhas do Guaíba, escolhido devido às características do lugar.

Nessa época, início da década de 1970, não tinha conhecimento da intencionalidade da transformação desse espaço em um Parque – o Parque Estadual do Delta do Jacuí – que foi criado em meados da década de 1970, conforme descrição a seguir - ou pelo menos não trago na lembrança essa intenção. Enquanto nos deslocávamos, fui informado de que, ao chegarmos no destino, as próprias pessoas iriam esvaziar a carga, pois pelas suas necessidades, qualquer doação era bem vinda e a mobilização seria muito rápida. Meu pai descreveu brevemente as condições do lugar, mas entendi que gostaria que eu próprio tivesse a minha percepção sobre ele.

Quando chegamos ao nosso destino, após atravessarmos a grande ponte do Guaíba – para mim era algo grandioso, já avistara essa ponte com sua parte

móvel elevada para a travessia de navios, o que achara uma grande modernidade para a época – e depois uma segunda ponte sobre o canal do Furado Grande, chegamos à Ilha Grande dos Marinheiros. Ao deixar a estrada BR 116 – 290, na entrada de acesso à ilha, avistei um conjunto de casebres, crianças brincando descalças e a paisagem que era de um imenso espaço “(des) organizado” – minha percepção naquele momento – isto é, um espaço pobre e afastado do nosso convívio diário. Até aquela tarde ainda não havia presenciado nada parecido, pois desconhecia aquela realidade numa percepção direta, já que era algo distante do meu convívio, embora soubesse que essa situação era vivida por milhares de indivíduos iguais a mim em sua essência.

Para minha surpresa, o descarregamento foi muito rápido – mais do que imaginara pela descrição que ouvira. Um grande grupo de mulheres e crianças, ao avistar a chegada de um visitante que oferecia doações, correu em nossa direção e todos queriam apanhar o que o braço alcançava ou o que os olhos enxergassem. Foi tudo tão rápido que não tive a possibilidade de observar cada rosto de forma isolada. Eram crianças e mulheres de todos os lados e muita gente quase desesperada, na ilusão de encontrar algo que preenchesse seu vazio de carência material.

Lembro do desapontamento de alguns por terem chegado depois ou por não terem conseguido “pegar” o que teriam avistado. Tal desapontamento ficou gravado em minha lembrança, assim como também meu primeiro contato com a miséria humana.

É essa paisagem – esse quadro vivo –, a qual trago em minha lembrança, que hoje, anos mais tarde, interpreto como Geógrafo e com meu olhar acadêmico: Uma paisagem que é o somatório de aspectos naturais, com sua diversidade de recursos hídricos, com seus canais, rios e com seu conjunto de ilhas do Delta do Jacuí. Além disso, integra essa paisagem o conjunto de atributos humanos, impressos na paisagem e carregados de simbolismos e imagens que são o resultado da sua origem, mesclada de segmentos sociais de diferentes origens.

Pela sua localização geográfica em alguns dos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre e pela facilidade de acesso às ilhas através das pontes e da rodovia, esse espaço natural transformou-se em uma paisagem materializada por um “aglomerado de indivíduos”, número que foi crescendo décadas após décadas, como resultado, na sua grande maioria, da exclusão social e da migração rural-urbano. “A paisagem, de fato, é uma ‘maneira de ver’, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma ‘cena’, em uma unidade visual”. (COSGROVE, 1998, p. 98)

Aprendi a olhar as paisagens e os lugares a partir das suas diferenças (ou semelhanças), tentando entender as relações entre os atributos que os compõem, observando-os e interpretando-os à luz da sua construção sócio-cultural e histórica. Talvez essa seja a razão, quem sabe inconsciente, pela opção de seguir a Academia pelo caminho da Geografia, ciência que me permitiu expandir o olhar sobre os espaços e as suas complexidades, analisando-os a partir das relações existentes no seu interior e no seu entorno, sejam eles espaços locais, regionais ou globais. Assim, foi com a visão geográfica que passei a avaliar as diferentes formas com que os grupos sociais interagem nos espaços geográficos, perseguindo a idéia de buscar a compreensão nas relações homem-natureza e/ou homem-sociedade. Essa forma de análise tem sido um dos caminhos do fazer geográfico para contribuir na elucidação de possíveis conflitos pertinentes às complexidades dos espaços geográficos, das suas paisagens e dos lugares que os compõem.

Na Geografia, o estudo do espaço pressupõe inúmeras variáveis de análise. Entre uma das formas de compreendê-lo encontra-se o olhar sobre a paisagem, concebida como o resultado de aspectos sociais, culturais e naturais, que se (re)estruturam através do tempo histórico de acordo com a concepção de espaço de cada grupo social. A análise espacial a partir da paisagem dá um novo significado ao espaço geográfico, pois enfatiza o homem inserido como agente transformador, atuante, realizador e empreendedor de idéias e ações que se materializam no espaço, as quais acabam por constituir em significado para o grupo que a constitui.

Esse ponto de vista passa a ser reforçado a partir da década de 1950, quando o espaço geográfico será compreendido não apenas pela sua dimensão local, mas também regional e até global, conseqüência do avanço técnico desse período que rapidamente promove transformações – sociais, ambientais, culturais, econômicas... - em diferentes escalas nos mais distantes recantos do mundo. Assim, o olhar sobre a paisagem é o somatório de ações que se complexificam à medida que as relações passam a ser internas e externas, cada qual influenciando a outra, imprimindo na paisagem aspectos inerentes a sua história de mudanças bem como de influência de mecanismos externos que passaram a (re) organizá-la de acordo com a forma como atuavam.

Nas últimas décadas a velocidade com que as mudanças foram acontecendo nos espaços geográficos desencadeou mecanismos de (re) ação que estimularam vários olhares sobre espaços e paisagens na tentativa de absorver e compreender como o processo se desencadeava. A preocupação ambiental, por exemplo, corporifica-se a partir da década de 1970, quando os indivíduos e a sociedade passam a refletir mais intensamente em razão da rapidez e da forma com que os recursos naturais estavam sendo explorados – pelo avanço de uma técnica a serviço do capital – bem como pelo crescimento da população mundial nas regiões mais pobres do planeta. “As transformações da superfície da Terra, induzidas pela ação do homem, em nenhum outro período da história aconteceram de forma tão rápida, nem foram objeto de conhecimento generalizado pela sociedade. O lado mais visível dessas transformações ocorre na apreensão das paisagens” (LUCHIARI, 2001, p.17).

Assim, quando nos propomos à análise de paisagens, logo nos chega uma série de questionamentos sobre conceitos que, antes de tudo, devem ser esclarecidos. O estudo da paisagem envolve uma série de critérios que podem ser observados sob diversos pontos de vista: o natural ou ambiental, o político, o cultural, o econômico, em que os indivíduos percebem a paisagem de acordo com o(s) seu(s) objetivo(s). A paisagem, portanto, pode ser concebida através de aspectos objetivos ou subjetivos, como os da percepção, por exemplo.

Desta maneira a paisagem é formada por um conjunto de atributos que não apenas os naturais, e os seus significados são atribuídos por quem as ocupa. Podemos compreendê-la como o resultado da interação entre os indivíduos que a compõem e os seus atributos naturais, formando o que chamaríamos de espaço geográfico. Assim, “a emergência da concepção de meio ambiente debate-se entre a idéia de natureza, tomando-a por externalidade, e a idéia de paisagem, que traz em si a natureza e sociedade, objetividade e simbolismo.” (LUCIARI, 2001, p.9). A concepção de paisagem, no período contemporâneo, está, portanto, vinculada a outras questões mais complexas: as formas de ocupação desses espaços de acordo com a concepção cultural de cada civilização ou de agrupamentos humanos. A paisagem é a materialidade por meio da qual a racionalidade humana organiza os homens e a natureza em territórios (LUCIARI, 2001, p.11). Daí o fato de podermos pensar na paisagem concebida a partir de um conceito ideológico, isto é, de como cada grupo de indivíduos organiza o seu espaço, apropria-se dos atributos naturais e recria suas paisagens, historicamente, de acordo com sua evolução técnica e sua concepção espacial, seus interesses econômicos, políticos ou socioculturais.

Podemos então afirmar que a composição de uma paisagem é o resultado das práticas sociais dos indivíduos, com seus valores e atributos, o que acaba por transformá-la em espaço geográfico. Conforme Santos (1994) a natureza e a sociedade são indissociáveis. Então, ou falamos da primeira natureza, aquela que se encontra em seu estado natural, intocada e sem a interferência das sociedades, ou da segunda natureza, que está envolvida pela forma cultural que foi criada a partir das ocupações das sociedades.

A Paisagem é a materialização de nosso envolvimento com o ambiente, segundo nossa concepção enquanto seres sociais e o resultado do uso que fazemos da técnica para nos integrarmos a ela. Assim, vamos nos envolvendo e imprimindo modelos e formas de organização cultural e social, desempenhando papéis e desenvolvendo mecanismos que resultam em simbolismos expressos nos atributos que a compõem. Na decisão de transformar uma paisagem em uma Unidade de Conservação, por exemplo,

estamos legalizando o seu papel de salvaguardar os atributos que julgamos necessários preservar, mesmo que, às vezes, já estejam parcialmente alterados, mas que ainda podem desempenhar funções importantes no meio em que estão inseridos. O interesse pela conservação é, também, uma forma simbólica de ver materializado o desejo de preservação em si e uma maneira de chamar a atenção para o cuidado sobre espaços naturais que ainda possuem características biogeográficas relevantes. Assim, por exemplo: o aumento na criação de Unidades de Conservação tem sido cada vez mais amparado em fundamentos científicos e não apenas na beleza cênica (DOUROJEANI, 2001, p.76). Outrossim, essa crescente demanda revela, ao que parece, uma tentativa cada vez maior em desvendar os mistérios naturais, suas relações e importância para a espécie humana – além das relações intrínsecas com o ecossistema inserido. Manter um domínio sobre eles é uma das formas, quem sabe, de preservar a própria espécie humana, ameaçada pela sua própria técnica criada para o domínio da natureza.

Segundo Luchiari, “para a Geografia cultural, a paisagem sempre representou a expressão material do sentido que a sociedade dá ao seu meio” (LUCHIARI, 2001, p.15). Na medida em que avançamos ao longo do século XX, a sociedade contemporânea foi ocupando os meios naturais com maior grau de técnica, sobretudo nas áreas onde houve uma modernização nos sistemas de transportes e comunicações, os quais encurtam distâncias e “trazem para perto” ambientes naturais pouco ou nada alterados, transformando esses espaços em paisagens de acordo com as características de quem as constitui. Por isso tratamos de espaços transformados, cujas características revelam o seu tipo de grupo social ou cultura, com suas qualidades peculiares que os diferem de outros espaços ou de outras culturas.

“A paisagem lembra-nos que a geografia está em toda parte, que é uma fonte constante de beleza e feiúra, de acertos e erros, de alegria e sofrimento, tanto quanto é de ganho e perda” (COSGROVE, 1998, p. 100). De acordo com MELO (2001), é em Cosgrove que encontramos a integração entre o materialismo dialético e a apreensão da paisagem por meio de seu significado, pois este considera que a paisagem deve ser analisada como resultante da

forma como a sociedade a organiza a partir do modo de produção, dotando-a de significado (MELO, 2001, p.37). Assim, tempo e processo são fundamentais ao explorarmos a dialética entre sujeito e objeto em termos de mente e de mundo.

No estudo da paisagem do Delta do Jacuí, vamos à busca da compreensão das relações internas que permeiam esse espaço geográfico de importância sócio-cultural e ambiental. Comparamos essa análise de paisagem à lente de um fotógrafo ou ao olhar de um pintor, que procuram a inspiração através de significados materiais impressos na paisagem ou na percepção subjetiva sobre ela. Nossa razão reside na compreensão dessa paisagem com sua complexidade carregada de humanidades, a qual mostra, nos seus atributos naturais, a sua beleza e importância enquanto ecossistema natural para a região que está inserida. Apesar das interferências que vem sofrendo a passos cada vez mais largos, é ainda um grande remanescente natural e histórico-cultural do estado do Rio Grande do Sul e o ponto de convergência de vários rios que no passado, vieram por contribuir na formação do Lago Guaíba. Nosso olhar sobre o Guaíba, o pôr-do-sol, orgulho dos porto-alegrenses, talvez não tivesse o mesmo significado caso não tivéssemos também inserido nesse quadro natural a imensa cobertura vegetal que cobre as ilhas do Delta do Jacuí. Quem sabe também o que nos encanta no Guaíba não é justamente o contraste da lâmina d'água com o verde da vegetação e o contorno das ilhas, a geografia dos seus canais, a sensualidade natural exposta nas suas formas arredondadas?

No estudo do Delta do Jacuí, temos que considerar também o seu significado para a cultura porto-alegrense, agregado à nossa percepção enquanto moradores do seu entorno. Além disso, há o fato de que o estado do Rio Grande do Sul, ao longo da sua história de povoamento, principalmente após a segunda metade do século XIX, teve a sua cobertura vegetal drasticamente reduzida, o que fez restar hoje aproximadamente 4% da sua cobertura de florestas. No Delta do Jacuí ainda se conserva intacta grande parte dessa cobertura vegetal e é nosso compromisso zelar por ela. Há também outro fator de extrema relevância, que é de termos a opção de um

laboratório natural, podendo ser utilizado por toda a comunidade como uma aula viva no estudo das suas qualidades naturais hídricas, climato-botânicas e da sua morfogênese.

Na análise dessa paisagem procuro demonstrar a sua complexidade através das suas potencialidades naturais, a importância da sua preservação, principalmente nesse momento em que está criada uma polêmica para a mudança de categoria como Unidade de Conservação, assunto a ser tratado no capítulo três.

Considerando a metodologia para esse primeiro capítulo, vamos abordar a paisagem do Delta do Jacuí tendo em vista os seguintes aspectos:

- localização geográfica do Delta do Jacuí;
- a formação geomorfológica das ilhas que compõem o Delta do Jacuí;
- a diversidade de espécies vegetais existentes no Delta;
- o fato de ser um filtro natural para as cheias do Guaíba no período de maiores índices de chuvas em razão da morfogênese das ilhas.

Assim, nesse primeiro momento, trata-se das paisagens do Delta do Jacuí de forma mais objetiva, demonstrando as suas qualidades naturais que acabaram por transformá-lo em uma Unidade de Conservação. Essa paisagem possui um conjunto de significados e valores de ordem natural ou ecológica, os quais, juntos, atribuem significados que diferenciam a paisagem de uma outra qualquer. É pelo somatório desses atributos e pelas complexidades existentes entre os aspectos que compõem a paisagem natural que colocamos nossas impressões, percepções e, a partir desse olhar, julgamos quais os valores ou significados que devem ser resguardados, quem sabe até como uma forma de nos mantermos integrados à nossa essência como seres naturais que somos.

Entendo que a análise dessa paisagem passa também por outras formas de abordagens que não apenas ressaltar as suas qualidades. Observar os atributos naturais é apenas uma parte dessa análise para apoiar, mais adiante, as justificativas da importância de sua preservação. Num outro momento iremos abordar as formas de ocupação ocorridas no interior do espaço do Delta do Jacuí e os usos que se fazem hoje desse espaço geográfico e que geraram

uma série de conflitos, compreensível sob o ponto de vista sociológico. Quero ressaltar, então, que não basta olhar cada aspecto do conjunto do Delta do Jacuí de forma isolada, mas contemplar cada um dos elementos e, estabelecidas as relações entre esses, destacar as diferenças, interpretando a complexidade total para buscar o entendimento dos conflitos existentes no interior dessa paisagem.

1.1 Caracterização Geográfica do Delta do Jacuí: localização, morfogênese e formações vegetais

O Delta do Jacuí está situado na porção centro-oriental do estado do Rio Grande do Sul (Fig. 1). Ocupa uma porção aproximada de 210 Km², incluindo-se nesse total rios, canais, sacos e terras emersas, entre as coordenadas geográficas de 29°53' e 30°03' de latitude sul e 51°28' e 51°13' de longitude oeste. Ele está distribuído numa área de cinco municípios da Região Metropolitana – Porto Alegre, Canoas, Nova Santa Rita, Triunfo e Eldorado do Sul, abrangendo uma área de 17.245 hectares.

“A poligonal que limita a área do Parque confere-lhe a forma de cachimbo invertido, alongada no sentido leste-oeste, com cerca de 26,5 Km de comprimento e 6,5 Km de largura em média, ao longo do curso inferior do rio Jacuí, alargando-se na região onde o mesmo recebe os rios dos Sinos e Caí e onde se situam as ilhas do delta, apresentando nessa região em torno de 19,0 Km de largura no sentido norte-sul. Está compreendida nessa área, o curso inferior do rio Jacuí, as ilhas e a planície de inundação desse rio a partir da localidade de Porto da Manga, em sua margem esquerda, no município de Triunfo e, as terras na mesma direção em sua margem direita, no município de Eldorado do Sul; a planície de inundação do curso inferior do rio Caí até cerca de 6 Km acima de sua desembocadura com o rio Jacuí; a região da foz do rio dos Sinos; os canais e as 18 ilhas do delta que somadas às demais ilhas do baixo Jacuí somam 28 ilhas, havendo ainda algumas pequenas ilhas em formação, sem denominação”. (OLIVEIRA & PORTO, 1999, p.147,148).

O Delta do Jacuí é constituído por um arquipélago de oito grandes ilhas e oito menores e originou-se da sedimentação deltaica resultante da descarga dos rios Jacuí, Gravataí, Sinos e Caí no Lago Guaíba. Os rios, quando deságuam em grandes reservatórios de água, como o Lago Guaíba, perdem a competência de transporte de sedimentos e depositam o material areno-argiloso, formando bancos submersos de areia e lama. Esses evoluem até formar ilhas recortadas por inúmeros canais distributários. As maiores ilhas – Ilha Grande dos Marinheiros, Ilha das Flores, Ilha da Pintada e Ilha do Lage – possuem feições de antigos canais distributários (paleocanais) que se fecharam naturalmente. Em épocas de enchente, grande parte das ilhas fica submersa. A evolução dos sedimentos que formam o delta resultou de um comportamento marcado por um processo de acumulação ao longo da sua história geológica.

O Delta do Jacuí é formado por um conjunto de recursos hídricos que inclui rios, canais, sacos e reservatórios, ocupando uma área territorial considerável. O conjunto de terras drenadas pelos rios formadores do Guaíba constitui aproximadamente 110.000 Km², com suas bacias hidrográficas instaladas em diferentes formações geológicas, determinando, portanto, formação de sedimentos de diferentes origens. Os rios que vêm do Planalto Meridional escoam sobre formações areníticas-basálticas; os que procedem do planalto Uruguaio Sul-Riograndense sobre o cristalino e os da Depressão Periférica correm sobre rochas sedimentares.

Do ponto de vista geomorfológico e paisagístico, o contato relativamente próximo das quatro grandes unidades geomorfológicas do estado nessa área lhe confere uma singularidade invulgar, notável aos olhos de todos que nos visitam. Isto ocorre porque se põe quase que lado a lado as velhas e soerguidas rochas cristalinas (maciços de Porto Alegre), os jovens sedimentos deltaicos, as rochas da depressão central e, pouco mais ao norte, emoldurando esta paisagem, surgem os primeiros degraus do planalto basáltico.

Ele caracteriza-se como formação sedimentar deltaica ampla de origem recente, quer pelas planícies de inundação dos baixos cursos dos rios

Gravataí, Caí e Sinos, quer por suas ilhas fluviais. Esse pacote de sedimentação em estágio atual de consolidação evoluiu a partir de eventos geológicos do fim do Terciário e do início do Quaternário até os dias atuais, intimamente ligados às invasões do oceano (transgressão) e retrocesso da linha da costa (regressão), que tiveram lugar no hemisfério sul a partir do Terciário.

Na composição dos sedimentos basais verifica-se a presença de seixos de diferentes origens: do basalto, do arenito Botucatu e do escudo cristalino, fato que está associado a sua localização geográfica na Depressão Central. O processo erosivo do passado, através dos vales dos rios nas áreas circundantes ao Delta, promoveu uma ação erosiva, resultante posteriormente na acumulação dos resíduos. Quando do rebaixamento do nível do mar, tudo indica que os rios cavaram profundamente seus vales, e os sedimentos resultantes desse processo erosivo deslocaram-se em direção aos rios que vão em direção ao Guaíba, contribuindo, assim, para a sedimentação do Delta. Durante as elevações dos níveis do oceano (transgressão marinha), depositaram-se sedimentos marinhos associados a uma massa de sedimentos fluviais decorrentes de intervalos regressivos. (KNIJNICK, 1977, p.6) Com a conseqüente regressão marinha houve uma “aluviação cada vez maior e assim a Formação Guaíba foi aumentando de espessura. Surgiram novos cordões de dunas e a grande restinga a leste evoluiu, aprisionando um sistema lagunar imediatamente a leste até proporcionar uma configuração costeira como se observa nos dias de hoje. Estes cordões de dunas que se estenderam também em outras direções são considerados como sendo a Formação Itapoã.” (KNIJNICK, 1977, p.14) A influência marinha pode ser observada a partir da presença de águas salobras aprisionadas nos sedimentos dessa área.

O Delta constitui-se, então, em um receptáculo de uma enorme diversidade de carga de sedimentos trazidos pelos rios, os quais, ao atingirem as áreas mais baixas em direção a Porto Alegre, com sua capacidade de carga exaurida, fazem a deposição seletiva do material leve que transportam em suspensão, possibilitando, assim, a formação de uma planície deltaica a qual

se associa uma série de ilhas que avançam em direção ao Guaíba (KNIJNICK, 1977, p.5).

A formação deltaica – considerada como um delta continental – comprova a lenta evolução do processo de acumulação fluvial que continua ocorrendo, tendo em vista os acréscimos das suas margens e o assoreamento dos canais e bacias internas.

A área deltaica é incluída na planície costeira e se relaciona através da grande bacia hidrográfica do Guaíba com as demais unidades geológicas do estado. Por isso, sob o ponto de vista econômico, é a polarização, a confluência e a interligação entre as várias regiões geoeconômicas do estado do Rio Grande do Sul.

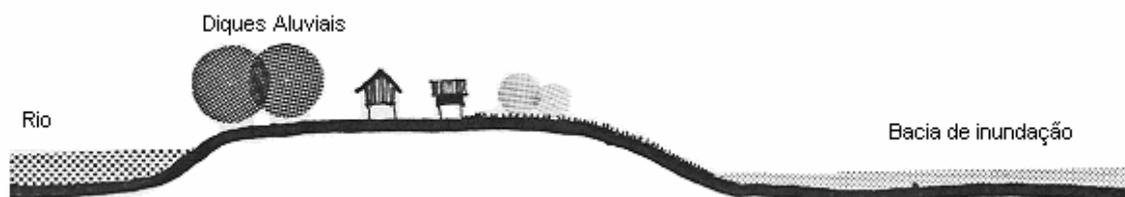
O escoamento das águas no período de cheias é lento, considerando as baixas cotas altimétricas do Delta – as áreas mais elevadas das ilhas estão em torno de 3 metros –, a distância de aproximadamente 300 quilômetros do Atlântico em declividade suave e dos ventos predominantes na direção SE-E em oito meses do ano. Observa-se que os rios provenientes do planalto norteriograndense possuem maior volume de água por estarem localizados nas áreas de maior índice pluviométrico do estado. Quando há a convergência de grandes fluxos como os do Jacuí e os do Taquari (afluente do Jacuí) para a Depressão Central, o volume das cheias pode aumentar drasticamente. Nesse momento, a água penetra no interior das ilhas pelos sangradouros que tomam corrente inversa e vão afogar as áreas mais baixas à retaguarda dos diques comumente alagados. A lâmina de água, ao se expandir, recobre parcial ou totalmente as ilhas e as áreas mais baixas do continente.

Convém ressaltar que a disposição norte-sul da bacia e a predominância dos ventos influenciam o represamento das águas e isso justifica a maior lentidão do escoamento. “As águas descendo vagarosamente retêm, de certa maneira, o trabalho de erosão das margens”. (GOMES, 1977, p.11)

O ecossistema do Delta está, portanto, condicionado às influências do clima e à posição geográfica da bacia de captação da rede hidrográfica que provém de três regiões geomorfológicas diferentes. No Rio Grande do Sul as massas de ar são úmidas, atuantes tanto no verão quanto no inverno. A massa Tropical Atlântica – mTa – mais atuante na primavera- verão e a massa Polar Atlântica – mPa – atua no outono-inverno. O avanço e o encontro dessas massas acabam por determinar elevados índices pluviométricos em todo o estado, principalmente no Planalto Norte-Riograndense onde os índices de chuvas são maiores e de onde provém parte dos rios que formam o Delta do Jacuí.

A carga sólida transportada e depois depositada acaba por formar os denominados “diques aluviais”, os quais resultam da carga aluvial depositada nas margens, constituídos de sedimentos finos como areias e argilas. (GOMES, 1977, p.12) O trabalho de sedimentação das margens é acrescido pelo material que se deposita em forma de restingas nas margens convexas, formando, inicialmente, pequenas e baixas ilhas e, depois, com o assoreamento do canal que a separava do volume maior de sedimentação, é definitivamente soldada ao corpo principal da ilha. Observe a figura 2 abaixo que indica os diques marginais.

Figura 2

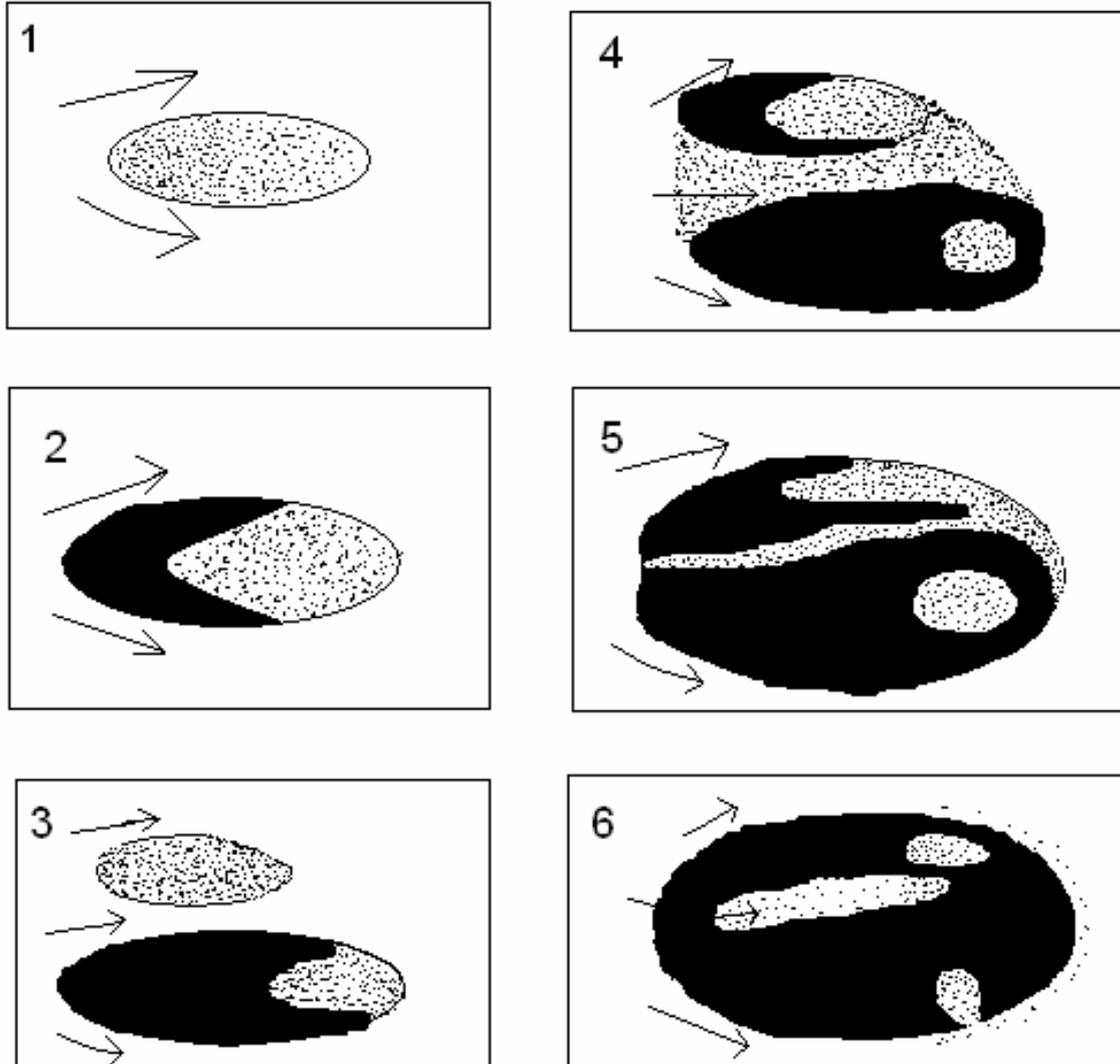


Fonte: GOMES, Alba M. B. Geomorfologia do Delta do Jacuí. 1977, p.12

Pode-se observar que os rios formadores do Delta, ao atingirem a sua foz, perdem a velocidade da corrente, e, conseqüentemente, os materiais que eles transportam se depositam mais ou menos rapidamente até provocar o afloramento de uma barra ou banco transversal de sedimento, que, mais tarde, os próprios rios removerão em seu esforço para encontrar outras saídas. Deste modo se formam as ilhas e novos braços de rio, cujo número aumentará

paralelamente com a repetição do processo. Essa deposição vai sendo consolidada pela vegetação, dando ao conjunto mais elevado a forma de ferradura (figura 3). Ao estenderem-se longitudinalmente, estes diques tendem a se unir, deixando no seu interior uma superfície mais ou menos côncava onde se estabelece uma lagoa – lagoa de decantação – que geralmente é rasa.

FIGURA 3 – Processo de Evolução e formação das Ilhas



Fonte: PLANDEL, P.Knijnik (modificada),1977, p.16

É na região central e na sul do Delta que as ilhas apresentam diques mais individualizados, alimentados pelos depósitos da margem esquerda deste. Esses possuem 1,20 a 1,50 metros de altura com largura entre 5 a 10 metros. No Delta do Jacuí podem chegar a 2,20 a 2,5 metros de altura. Na ilha das Flores e na do Lage essas cotas podem atingir 2,70 metros por estarem na desembocadura dos rios.

A linha dos diques ao longo das margens não é contínua, pois depende da estabilidade atingida em consequência do nível das cheias. Ocorrem também diques sobre cordões aluviais interiores, onde se desenvolve vegetação de mata.

“Evoluindo o sentido da sedimentação deltaica, os diques se interiorizam, marcando cordões aluviais internos, bem distintos porque em geral são propícios ao desenvolvimento das áreas de vegetação de maior porte, a mata”. De acordo com o Relatório de Geomorfologia do PLANDEL, nessas áreas de formação dos diques marginais, em função de estarem mais resguardados das cheias, teriam maior possibilidade de ocupação se comparadas às áreas de sedimentação atual, como as bacias de decantação com suas áreas alagadiças – as depressões interiorizadas, à retaguarda dos diques. (GOMES, 1977 p.25)

As bacias de decantação são as áreas em estágio de colmatação mais moderna, localizadas em depressões semifechadas, com grande participação do elemento orgânico: são os banhados à retaguarda dos diques, como no interior da ilha das Flores, por exemplo. Nessas feições geomorfológicas é freqüente o aparecimento de uma mistura de material de decantação e de um produto fino com grande quantidade de depósito orgânico.

Como consequência de sua posição mais elevada e da textura dos sedimentos, OLIVEIRA (1999), em seu mapa da Cobertura do Solo e Vegetação do Delta do Jacuí (Figura 4), destaca o desenvolvimento de vegetação arbórea e arbustiva-arbórea encontrada sobre depósitos aluvionais quaternários ao longo dos rios e nas várzeas destes. Elas são as seguintes:

- a) Floresta Estacional Semidecidual Aluvial – mata: ocupa 6,85% da área do Parque, localizando-se sobre antigos diques ou diques marginais, podendo atingir uma altura entre 12 a 15 metros, tendo-se como representantes o ingá. Apresentam copas densas, formando um dossel contínuo.

- b) Floresta Estacional Semidecidual Aluvial – mata / Formação Pioneira de Influência Fluvial arbustiva-arbórea – maricazal: formada pela mata e maricazal, com uma área de 6,24% do Parque. Há um predomínio de maricazal, formação com aspecto mais aberto e de menor altura, em média 7 metros. Apresenta estrato herbáceo inferior contínuo, em locais de terrenos elevados, mas periodicamente sujeitos a inundações.

As formações vegetais encontradas nas áreas interiores são aquelas adaptadas às áreas alagadiças, do tipo arbustivo-herbácea e herbácea, de influência fluvial. Elas são apresentadas da seguinte forma por OLIVEIRA(1999):

- a) Arbustiva-herbácea: de 3,0 a 3,5 m de altura, está localizada nas bacias de decantação semi-abertas que mantêm contato com o rio, constituída por *Cephalanthus glabratus*, sarandi, e espécies herbáceas como o aguapé-gigante. Também aparecem espécies lenhosas constituídas pela corticeira-do-banhado, abundante na porção sul da ilha do Pavão e em outros locais do Parque;
- b) Herbácea alta: representada pelo capinzal e juncal com 2 m de altura;
- c) Herbácea baixa: são os campos inundáveis encontrados nas bacias de sedimentação no interior das ilhas, e aqueles que crescem nas margens dos rios, canais e sacos, formando camalotais, um emaranhado de gramíneas como o camalote e com grande quantidade de aguapés. (OLIVEIRA & PORTO,1999, pág. 151 e 152)

O Delta do Jacuí abriga uma grande diversidade biológica, circundada pelas áreas urbanas da região metropolitana de Porto Alegre. As ilhas possuem nas margens áreas de matas, que são mais altas, normalmente secas, e banhados na porção interior, mais baixa, inundados pelas variações do nível dos rios. Elas desempenham papel de filtro natural e contribuem para a melhoria da qualidade das águas, além de garantir proteção contra as cheias nos locais banhados pelo Delta do Jacuí e pelo Lago Guaíba.

Segundo OLIVEIRA (1999), há um predomínio de formações pioneiras herbáceas e arbustivas representadas pelos banhados, além de florestas e maricazal. As matas, tanto as situadas sobre diques marginais quanto aquelas assentadas sobre os diques aluviais internos e mais antigos, desempenham importante papel no ecossistema como corredores ecológicos, fazendo parte da complexidade da paisagem na relação solos inundáveis, sedimentação e clima úmido. São formações vegetais que demonstram profunda relação florística com origem nas planícies de inundação dos rios dos Sinos, Caí e Jacuí e com as ilhas que formam esse conjunto, tanto na foz dos rios quanto ao longo do curso do rio Jacuí.

A paisagem natural encontra-se também fortemente alterada pelo padrão de uso e ocupação verificados ao longo de todo o Delta do Jacuí. De acordo com o Mapa da Cobertura do Solo e Vegetação do Delta do Jacuí (OLIVEIRA, 1999), verifica-se a existência de campos antrópicos para a criação de bovinos, cuja vegetação arbustiva foi suprimida para dar lugar às pastagens, originando uma vegetação de campos sujos na ilha das Flores, na ilha Grande do Domingos José Lopes, na ilha do Lage e na Ilha Grande dos Marinheiros, nos banhados do Paquetá, da Volta Grande, de Santa Clara, da Margem Direita e no município de Eldorado do Sul. Nas lavouras, a produção de arroz é a dominante, juntamente com lavouras de menor proporção no município de Eldorado do Sul, na margem esquerda do rio Jacuí. Também são encontrados solos descobertos, onde a “atividade agrícola suprime totalmente, em certa época do ano, a cobertura vegetal do solo, indicando a preparação do mesmo para implantação de comunidades de substituição nestas áreas.” (OLIVEIRA, 1999, P.155) As habitações localizam-se principalmente nas margens das ilhas, nas elevações do terreno sobre os diques marginais, bem como nas áreas continentais ao longo da BR 116 e nas travessias das ilhas. Justifica-se esse tipo de ocupação por se tratarem de áreas não inundáveis, pois, com exceção das áreas continentais, em todas as ilhas verifica-se a preferência de ocupação em sua periferia.

Nas bacias de decantação e nas zonas alagadiças não há possibilidade de ocupação por moradias, pois essas áreas são atingidas várias vezes ao

longo do ano pelas cheias. Esses são terrenos que devem ser mantidos sem ocupação, no seu estado natural, possuindo função específica de represar as águas e servindo de esponja para a infiltração no período de maior índice de chuvas. Por essa razão, são consideradas áreas inadequadas à ocupação humana, não apenas pelo fato de se constituírem em áreas insalubres, mas também pela sua importância a partir das descrições acima. Os sedimentos superficiais das ilhas são predominantemente siltosos e secundariamente arenosos (areias finas). Eles têm uma permeabilidade lenta, condicionada à presença do lençol freático muito próximo das camadas superficiais. No entanto eles têm um papel importante para a cidade de Porto Alegre, visto a sua capacidade de absorver as águas correntes em épocas das cheias, contribuindo para reduzir os efeitos das inundações nas áreas ribeirinhas do continente.

De acordo com as características da paisagem natural do Delta do Jacuí, observamos a fragilidade da estrutura geológica e morfológica, relacionadas com a sua formação original.

A ocupação dessas áreas, sobretudo as mais baixas e alagadiças, constituem-se em locais impróprios para ocupação, principalmente no período das cheias quando as bacias de decantação permanecem inundadas.

Já nas áreas mais elevadas, os diques interiores e marginais, apesar de se configurarem como áreas mais indicadas para a ocupação por estarem em patamares de maior altitude, possuem uma vegetação de maior porte que merece a preservação como forma de conter os processos erosivos.

Assim, a formação deltaica recente deve ser preservada devido à complexa dinâmica natural do meio, onde se verifica uma profunda relação entre armazenamento de água no lençol freático, a vegetação, a formação dos cursos d'água e, sobretudo, a formação morfológica que deu origem a esse sistema.

A dinâmica que compõe o Delta do Jacuí é o resultado de uma inter-relação de variáveis naturais: a existência de cobertura vegetal e número de

espécies em si como os maricás, os ingás, a corticeira além de outras espécies arbóreas-arbustivas e herbáceas, e o controle das cheias na época em que aumentam os índices pluviométricos entre o outono e o inverno. Sua formação sedimentar recente em acomodação e em evolução como resultado da dinâmica hídrica compõe um conjunto de fatores naturais que devem ser mantidos com vistas a preservar o equilíbrio da fauna, da flora e do manancial composto por rios, canais e sacos. Convém lembrar que essa capacidade flúvio-lacustre mantém o abastecimento e a qualidade da água de milhares de pessoas residentes nos municípios abrangidos pelo sistema do Delta do Jacuí e o Lago Guaíba.

A redução da vegetação através de aterros e as alterações promovidas nos banhados e nos diques podem comprometer a consolidação dos sedimentos das margens dos cursos de água bem como do interior, nas bacias de decantação ou até mesmo nas áreas mais elevadas através do processo erosivo.

Entre as formas de ocupação desencadeadoras desse quadro estão a retirada da vegetação para uso agrícola para o plantio do arroz ou para o plantio de pastagens para a criação de gado, além, é claro, o avanço das populações sobre as margens, os diques e áreas de banhados.

Portanto a preservação não reside apenas na manutenção das espécies vegetais, mas, sobretudo, na sustentação do pacote sedimentar atual, na continuidade desse processo bem como, também, para o prosseguimento da acumulação das águas no lençol freático mais superficial ou de maior profundidade.

Além das suas qualidades naturais inerentes, que justificam a preservação do Delta do Jacuí, podemos ainda acrescentar outros elementos: o uso para o lazer, turismo, atividade pesqueira para os moradores nativos da Ilha da Pintada e para fins de pesquisa e elaboração de atividades educacionais junto ao Parque, já que foi implantado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA – através do Pró-Guaíba e da Fundação

Zoobotânica – FZB – um complexo educativo-cultural para o acesso a toda a comunidade na ilha da Casa da Pólvora.

Capítulo 2

Territorialidades do Delta do Jacuí

Tem sido uma das inquietações da Geografia a busca da compreensão da relação do homem com o seu entorno natural, que se pode denominar de *meio*. Um dos grandes desafios do profissional dessa área é, entre outros, compreender como as questões ambientais e sociais se inter-relacionam, quais resultados podem apresentar nas constituições de diferentes espaços e como vão desencadear, a partir daí, diferentes territorialidades.

Ao longo desse processo, a Geografia balizou-se pelo conceito de espaço geográfico e sua organização, que é vinculada ao conteúdo físico do meio, além do quadro cultural, tecnológico e ideológico dos grupos sociais que se apropriam desses espaços. Para compreender essa apropriação, torna-se necessário entender outro conceito operacional geográfico, e com nível de abstração diferenciado, que é o de território. Em ambos os conceitos – espaço e território – encontramos categorias associadas como natureza, sociedade e comunidade. Esses, por sua vez, associarão questão ambiental, sistema econômico e sistema político – Estado-Nação.

Em um primeiro momento, cabe definir o conceito de *Espaço Geográfico* e *Território*, e como se relacionam com as categorias natureza, sociedade e comunidade. A seguir torna-se necessário para esse estudo definir o que são *Unidades de Conservação* e qual sua importância para a questão ambiental. Finalmente, cabe analisar como a sociedade e a comunidade local percebem e se relacionam com todas essas questões.

Para SANTOS (1997, p.63), o *espaço* “é formado por um conjunto indissociável solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por

objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina”.

Nessa concepção de *espaço geográfico* percebe-se a inserção das categorias de natureza e sociedade. Para o autor a natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos, porque “no princípio tudo, eram coisas¹, enquanto hoje tudo tende a ser objeto², já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos. Assim a natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos e não mais de coisas e, ironicamente, é o próprio movimento ecológico que completa o processo de desnaturalização da natureza, dando a esta última um valor”. (SANTOS, 1997, p.65). Desta forma, só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo e finalidade e, nesse sentido, percebemos que o espaço existe “a priori”, sem necessitar de nenhuma construção, mas podendo ser diferenciado, construído e delimitado ao longo do tempo histórico através de objetos técnicos e ações humanas sobre ele.

Quando esse espaço é delimitado e apropriado, associando uma comunidade de relações organizadas, com as condições naturais e físicas, percebe-se a construção de um *território*. Esse processo fortalece a permanência e a reprodução dessa comunidade nesse espaço específico e demarcado, que ao longo da história vai se reestruturando – criam-se territorialidades – à medida que essa comunidade vai se transformando através dos sistemas econômicos adotados e constituindo-se em uma sociedade com características sócio-político-econômicas diferenciadas. Denota-se que tanto o estado como o território vão adquirindo formas e conceitos diferenciados para cada momento histórico-espacial a que estão submetidos.

Convém destacar que ao tratar de territorialidade, um campo de embate entre forças estabelecidas espacialmente, elas – as forças – só se materializam através da interação entre os ocupantes de um determinado espaço

¹ As “coisas seriam um dom da natureza, sendo o produto de uma elaboração natural”. (SANTOS,1997,p.64)

² Os “objetos são o produto de uma elaboração social, um resultado do trabalho”[...] “Toda criação de objetos responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico. Sua reprodução também obedece a condições sociais”. (SANTOS,1997,p.64 e 68)

geográfico. São essas forças que irão imprimir características em um determinado espaço e, mais adiante, determinar territorialidades diferentes. Cada grupo social, de acordo com suas características e modos de convivência, gera uma espécie de “emblema” que irá distingui-lo de outro grupo social, desencadeando uma espécie de identidade que o diferencia de outros grupos que vivem no mesmo ou em outros espaços.

A partir dessa observação sobre as territorialidades, esclarecemos que estamos tratando de território não entendido como nação ou soberania. Citando Souza, “a palavra território normalmente evoca o território nacional e faz pensar no Estado, em grandes espaços, em sentimentos patrióticos, em governo, dominação, etc. No entanto, os territórios existem nas mais diferentes escalas, da mais acanhada à internacional [...] territórios podem ter um caráter permanente, mas podem também ter uma existência periódica, cíclica.” (SOUZA, 1995, p.81) É assim que entendemos ser a razão de compreendê-lo como o resultado de uma existência que se criou a partir de campos de ação de indivíduos que convivem com interesses semelhantes ou não, de forma pacífica ou conflituosa, dependendo dos interesses que se constituíram e que acabam por constituir-se em territorialidades, em espaços com características mais ou menos comuns.

Deste modo, a abordagem passa a ser traduzida sob o ponto de vista das transformações territoriais expressas no espaço geográfico, que contém complexidades, as quais podem ser geradas, por exemplo, por conflitos de várias origens. Ou, ao contrário, identidades criadas a partir de uma expressão comum de um grupo social qualquer. Nos grandes centros urbanos observamos “guetos” ou “tribos” de indivíduos que possuem qualidades que os distinguem de outros grupos. Determinados bairros apresentam características que são peculiares aos residentes ou aos grupos que os frequentam diariamente. Podemos encontrar, inclusive, uma superposição de diversos territórios, com a existência ou não de contradições internas dependendo do campo de forças ou de poder existentes entre eles. São, portanto, relações internas cuja expressão e formas de organização dos seus grupos sociais faz

com que os espaços se distingam uns dos outros, através das territorialidades e das suas identidades.

As complexidades territoriais geram um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade) e os “outros” (os de fora, os estranhos) (SOUZA, 1995, p. 86). Como espaço de relações sociais podem formar-se ou dissolver-se de modo relativamente rápido. O caráter da permanência ou não depende da forma como essas relações se organizaram no espaço. Essas relações de poder exercem-se também sobre a natureza, uma forma de poder de dominação através de relações de produção.

De acordo com SOUZA (1995, p.96), “como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda a espacialidade social – ao menos enquanto o homem estiver presente”. Assim, território e espaço social podem ser considerados como sinônimos. São campos de forças cujas relações são de poder e espacialmente delimitadas, operando sobre um substrato referencial.

Segundo Raffestin:

“A territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas”[...]“todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele.” (RAFFESTIN, 1993, p.158,159)

Nesta proposta de estudo, o Parque Estadual Delta do Jacuí – PEDJ – será analisado como uma natureza transformada em um espaço geográfico, realidade que se construiu ao longo do processo histórico de ocupação. Constituiu-se, ao longo do tempo, na busca de uma racionalidade política e ideológica com diferentes frentes de ação, a da comunidade, a dos interesses

particulares em transformá-lo em um requintado quintal e a do poder público, esse mais complexo e cheio de meandros que atrasam as implementações de gestões e abre caminho para a especulação privada do meio natural. Portanto, esse objeto de investigação traz uma diversidade de questionamentos e, embora não possa ser considerada uma tarefa fácil, empolga a análise em razão da complexidade do Parque. Assim, pela complexidade existente, resultado das formas de ocupação ao longo do tempo, e por seus motivos diversos, surgiram territorialidades, distintas ou não, que acabaram por transformar esse espaço natural em um campo de forças com objetivos diversos, gerando conflitos e contradições de interesses particulares ou mais amplos, no caso o da conservação.

As ocupações das áreas do Delta do Jacuí são remotas e acompanham o processo de ocupação dessa região do Estado desde a segunda metade do século XVIII, mais especificamente, 1752, pela vinda dos açorianos. Historicamente, o Delta do Jacuí foi acompanhando o município de Porto Alegre, Canoas e Guaíba no processo de expansão urbana. A área do PEDJ que pertencia a um distrito do município de Guaíba desmembrou-se no final da década de 1980 e atualmente constitui o município de Eldorado do Sul.

A partir do momento em que a paisagem natural passa a sofrer sua primeira ocupação, já podemos falar na formação da sua primeira territorialidade. O que se segue nos séculos seguintes são as mudanças na forma de ocupação, isto é, de forma espontânea na medida em que os centros urbanos evoluem em seu entorno. As diferentes territorialidades foram inevitáveis, assim como em qualquer outro ambiente natural. À medida que vai sendo ocupado, percebe-se de forma visível as alterações ambientais decorrentes dos usos, na maior parte das vezes irreversíveis.

A ocupação mais efetiva consolidou-se no século XIX como forma de abastecimento de produtos agrícolas para Porto Alegre. Não era a única fonte de abastecimento para a cidade crescente, mas consolidou-se também com essa função. Das ilhas do Delta do Jacuí procediam hortaliças, pescados, leite e arroz produzidos na forma da pequena propriedade. Essas atividades foram

gradativamente reduzindo de importância na medida em que a cidade de Porto Alegre crescia, as demandas aumentavam e as ilhas do Delta do Jacuí já não possuíam porte de abastecimento. Outras atividades foram surgindo nas ilhas, como estabelecimento de estaleiros e depósitos de combustíveis.

Foi, então, com a evolução dos sistemas de transportes e devido à construção das pontes sobre o Lago Guaíba, a do Canal Furado Grande, a do Saco da Alemoa e a do canal do Jacuí, que as ilhas do Delta do Jacuí e suas áreas continentais tornaram-se área de atração populacional, sobretudo para a população de baixa renda. A população que se deslocou e ainda se fixa nesses locais do Delta do Jacuí o fizeram, na maior parte dos casos, como última opção de moradia, cuja origem tem sido a do movimento rural-urbano. Essas pessoas foram ocupando, na maioria das vezes, áreas insalubres, baixas e alagadas. Na Ilha da Pintada, ao contrário, a pesca permaneceu como atividade econômica, envolvendo parte da população nativa. De acordo com o zoneamento do Plano Básico do Parque Estadual Delta do Jacuí – PLANDEL – , (1979) essa porção do Parque foi incluída como Zona de Ocupação Urbana, parte integrante dessa paisagem, pois se constituiu assim ao longo do processo de ocupação da cidade de Porto Alegre com a sua função definida. Os ilhéus que vivem dessa porção do Delta possuem seu espaço urbano definido e com infra-estrutura, apesar de que se tenha apresentado uma evolução no percentual de população naquelas áreas de acesso à ilha, bem como ao longo do canal do Jacuí.

Para o Delta do Jacuí os prejuízos no ecossistema talvez possam ser maiores pelo tipo de paisagem natural que representa, de acordo com suas particularidades pela sua morfogênese, além da complexidade na flora e fauna. Os avanços sobre ele tiveram maior incremento quando da construção da rodovia BR 116-290, que faz um corte sobre sua área, e das pontes que interligam os canais e rios à cidade de Porto Alegre e aos municípios do interior do estado. A rodovia federal, uma das mais importantes do Estado, constitui um tráfego intenso e colocou essa paisagem natural em total evidência por causa do fluxo que a utiliza. Desse modo, foi quase inevitável a intensificação de diferentes tipos de ocupações ao longo dos anos, as quais foram avançando

de fora para dentro, atingindo áreas insalubres sob o ponto de vista de ocupação humana. Estas ocupações, além de alterarem significativamente áreas que desempenham importante papel no conjunto, como áreas de banhados para o cultivo do arroz e as áreas marginais aos canais e rios que são inundáveis pelo reduzido grau de altitude, fizeram daí o seu local de moradia, por ser esta sua única opção. Essas ocupações desencadeadas pela população de baixa renda efetivaram-se principalmente nas ilhas da Pintada, Grande dos Marinheiros, do Pavão e das Flores.

Foi, então, com o avanço cada vez maior da população sobre as áreas do Delta do Jacuí, que surge a intenção de transformá-lo em área de preservação. Na década de 1970, quando eclodiram os movimentos ambientalistas, é criado o Parque Estadual Delta do Jacuí – PEDJ – com a firmeza de mantê-lo preservado devido a sua beleza cênica. O Delta e o estuário do Jacuí possuem importância ecológica intrínseca e significado³ na qualificação do espaço da cidade de Porto Alegre e da região Metropolitana.

A justificativa de criação do Parque e sua manutenção como área de preservação apóia-se na significativa área verde próxima à cidade de Porto Alegre, na manutenção da qualidade das águas, por constituir-se em um filtro natural, na atuação de proteção contra as cheias, na manutenção da produção de pescado e na oferta de lazer à população em um ambiente natural.

Pelo Decreto Estadual nº 24.385, de 14 de janeiro de 1976, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul cria o Parque Estadual do Delta do Jacuí e justifica sua importância de acordo com os itens abaixo relacionados, considerando:

- que as ilhas situadas no Delta do Rio Jacuí constituem uma área verde próxima à parte mais maciçamente edificada e povoada da Capital;

³ O termo “significado” deve ser compreendido, nesse contexto, a partir da percepção individual que os moradores instalados no entorno e, possivelmente, no interior do Parque Estadual Delta do Jacuí vêem nesse conjunto natural, composto pelos vários tipos de vegetação e a riqueza dos rios, canais e do próprio lago Guaíba, paisagem que faz parte do imaginário de qualquer morador desse espaço. Forma esse conjunto simbólico o pôr-do-sol do Guaíba, inesquecível pela harmonia e o toque de beleza que imprime ao Guaíba e a toda essa paisagem.

- que as mesmas são parte integrante do Plano de Desenvolvimento Metropolitano, cujas diretrizes indicam também sua utilização como área verde;
- que as mencionadas ilhas atuam como imenso filtro natural, situado na abertura dos rios, os quais possuem os mais altos índices de poluição do estado;
- que as ilhas contribuem para manter o grau de potabilidade das águas do Guaíba e que participam, ainda, dos mecanismos de manutenção de bons níveis de produtividade de pescado;
- que elas oferecem condições básicas para proporcionar lazer à população da capital;
- que as ilhas constituem terrenos cotados, atualmente, como de alta produtividade biológica, ao mesmo tempo em que apresentam ecossistemas frágeis e de características peculiares e,
- finalmente que cabe ao Poder Público criar Parques Estaduais e Reservas Biológicas com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos de acordo com o disposto no Art. 5º, alínea a, do Código Florestal Federal.

O Artigo 1º do referido Decreto define que o Parque Estadual do Delta do Jacuí passa a compreender as ilhas das Balseiras, ilha da Pólvora, ilha das Pombas, ilha Mauá, ilha da Pintada, ilha do Chico Inglês, ilha do Pavão, ilha Grande dos Marinheiros, ilha das Flores, ilha do Lage, ilha do Corumbé, ilha do Serafim, ilha das Garças, ilha do Furtado e ilha do Oliveiro, denominações de acordo com a folha 2109 do “Levantamento da Marinha do Brasil – 1964”.

O Artigo 2º define que as ilhas da Pólvora e das Pombas passam a constituir uma Reserva Biológica com a finalidade específica de desenvolver estudos científico-ecológicos.

O Artigo 3º determina que à Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul caberá a instalação e administração do Parque Estadual e da Reserva Biológica. Essa Instituição, pelo seu caráter de pesquisa, ficou com a responsabilidade de administrar o Parque até o ano de 2001, quando o Governo do Estado a transferiu para o Departamento de Florestas e Áreas Protegidas – DEFAP – da Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

As terras, a flora, a fauna e as belezas naturais da área abrangida pelo Decreto ficaram sujeitas ao regime especial de proteção do Código Florestal em vigor e a outras leis específicas.

O Decreto Estadual nº 28.161, de 16 de janeiro de 1979, altera o Decreto 24.385, de 14 de janeiro de 1976, ampliando a área do Parque Estadual Delta do Jacuí com a inclusão das planícies de inundação dos rios Caí, dos Sinos e do rio Jacuí e ilhas do seu curso inferior, totalizando uma área de 17.245 ha.

Pelo Decreto nº 28.435, de 28 de fevereiro de 1979, fica instituído o Plano Básico do Parque Estadual Delta do Jacuí – PLANDEL –, tendo por finalidade disciplinar a ocupação, os usos, os serviços e as atividades que venham a ser admitidos nas áreas abrangidas pelo mesmo.

O PLANDEL (1979) previa a constituição de zoneamento tendo por base as características e condições do meio que retratam o processo de ocupação, propondo seis zonas, sendo uma crítica devido aos problemas a serem superados futuramente – os depósitos de lixo. O plano considera, ainda, que por se tratar de um parque natural contíguo à área urbana de uma grande metrópole, a qual apresenta os seus efeitos, procura definir as restrições necessárias ao seu uso e ocupação.

As zonas propostas pelo PLANDEL (figura 5) são, então, as seguintes:

- 1) Zona de Reserva Biológica (ZRB): corresponde às áreas a serem preservadas integralmente (flora, fauna, substrato) sem permitir nenhuma alteração direta do meio ambiente por ação antrópica. São

permitidos usos com objetivos científicos e educacionais. Abrangem as áreas de banhados, sacos e canais.

- 2) Zona de Reserva Natural (ZRN): semelhante à ZRB, porém admite uso antrópico compatível com o meio, já que se constitui de trechos menos vulneráveis à ação humana. É permitida a manutenção transitória dos usos humanos ou instalações de uso público compatíveis com a preservação. Localiza-se nas faixa marginais onde o meio permite a intervenção e na área central da ilha do Lage.
- 3) Zona de Parque Natural (ZPN): propõe aproveitar o ambiente natural para atividades de recreação e turismo, sem causar transformações que o comprometam. Abrange áreas com atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com objetivos educacionais, científicos e de lazer. Permite o uso passivo da população. Constitui-se de bancos e diques marginais com menor vulnerabilidade e conseqüentemente com melhores condições de utilização.
- 4) Zona de Uso Restrito (ZUR): Áreas que, por suas características naturais e pela tolerância do ecossistema às interferências humanas, admitem a liberação de funções, quer para atividades do próprio Parque como para determinados tipos de ocupação particular. São compatíveis com essa zona as funções administrativas, culturais e de lazer, os clubes, as moradias, atividades rurais e funções públicas. No entanto, só são admitidos os acessos rodoviários já existentes na época do zoneamento, não podendo ser efetuados aterros, nem modificações sensíveis no meio natural. O acesso preferencial deve ser efetuado por via fluvial. Também é permitida a instalação, por particulares, de equipamentos locais, admitindo apenas aqueles voltados para animação do conjunto. Abrange a periferia das ilhas e as faixas ao longo das travessias rodoviárias, nas ilhas das Flores, Grande dos Marinheiros e do Pavão.

- 5) Zona de Ocupação Urbana (ZOU): consagra o uso urbano da ilha da Pintada definindo sua extensão máxima, seu disciplinamento e a reestruturação de serviço e equipamentos urbanos compatíveis com a área. Propõe técnicas e características dos prédios e espaços compatíveis com os objetivos do parque. Os serviços públicos devem se restringir apenas a essa Zona, no caso, uma parte da Ilha da Pintada e, atualmente, sem previsão na época do PLANDEL, da estrada Martinho Poeta, em Eldorado do Sul.

- 6) Zona Crítica: é a zona já comprometida pela ação antrópica, com características e condições do meio profundamente alteradas, correspondente à ilha Coroa dos Bagres e à face norte da ilha do Pavão.

Estava previsto pelo PLANDEL o disciplinamento do uso do solo, onde as Zonas de Reserva Biológica e Parque Natural teriam suas funções definidas por regulamento administrativo.

As zonas que admitem instalações particulares (ZRN, ZUR, ZOU) teriam legislação específica, o que não ocorreu, com exceção da ilha da Pintada, pois se constituía em uma zona urbana definida antes da data de criação do Parque.

Para as áreas de preservação (ZRB, ZRN, ZPN) estava previsto que seu uso seria regulamentado por instrumento interno da administração.

Nas décadas seguintes, como o crescimento da população no Parque tornou-se cada vez maior, as zonas previstas pelo PLANDEL foram sendo cada vez mais ocupadas, como é o caso da borda da ilha Grande dos Marinheiros ao longo do canal do Furado Grande, na ilha das Flores ao longo do canal do rio Jacuí e ao longo da rodovia que cruza as ilha das Flores e Grande dos Marinheiros. Esse adensamento inclui também o município de Eldorado do Sul ao longo do canal do Jacuí e no canal da Pintada.

O quadro 01 demonstra essa evolução da população no período compreendido entre 1971 e 1991, pois no conjunto da paisagem muitas delas não apresentam fixação humana, como é o caso da ilha das Balseiras, das Pombas e da Figueira, por exemplo. Vale lembrar que esse crescimento populacional aí verificado não ocorreu de forma isolada. No Brasil, a expansão urbana acelerou-se a partir desse mesmo período apresentado no quadro, apontado-se o êxodo rural, a mecanização das lavouras e a industrialização como os fatores responsáveis por esse movimento. A rápida metropolização brasileira transformou-se em um fenômeno com conseqüências negativas sob o ponto de vista social e urbano e, as grandes cidades tiveram um crescimento anômalo, a maior parte delas, sem condições de absorver o crescente volume de população. Deste modo, surgem os cinturões marginais urbanos. Em Porto Alegre essa situação ocorreu em vários pontos da cidade, inclusive nas ilhas do Delta do Jacuí onde o acesso foi favorecido pela malha viária.

Quadro 1 – Evolução da Ocupação – 1971 - 1991		
1971	1978	1991
<p>Ilha dos Marinheiros Observa-se ao longo da estrada de chão batido que contorna o canal Furado Grande, tanto no sentido norte como no sentido sul um início de ocupação não muito densa, de baixa renda, bem como próximo à BR 116 no lado sul da ilha.</p>	<p>Ilha dos Marinheiros Aumento das ocupações esparsas ao longo da estrada de chão batido que contorna o canal Furado Grande. Da mesma forma próximo à BR 116, com expansão dos arruamentos e das ocupações. População de baixa e média renda.</p>	<p>Ilha dos Marinheiros Observa-se um aumento significativo da população de baixa renda ao longo do canal Furado Grande, com parcelamento no lado sul de características mais regulares, além da BR 116 com abertura do sistema viário.</p>
<p>Ilha das Flores Pequeno núcleo junto à BR 116, imediações do posto de gasolina e início de ocupação ao longo da estrada de chão batido que contorna o canal do Jacuí, ao sul da BR 116, com características de alta renda.</p>	<p>Ilha das Flores Expansão da ocupação ao longo da BR 116. Na porção sul da Ilha, ao longo do canal do Jacuí, houve uma expansão com parcelamento de grandes lotes para alta renda.</p>	<p>Ilha das Flores Ao norte da BR 116 houve uma densificação da ocupação ao longo do rio Jacuí, próximo da ponte. Houve um aumento significativo da ocupação ao longo de toda a BR 116, lado norte e sul, provavelmente pela duplicação da BR. Houve um aumento da população de alta renda na porção sul voltada para o canal do Jacuí ao longo da estrada de chão batido, assim como um início de ocupação descontínua do outro lado da mesma estrada.</p>

<p>Ilha do Pavão Ocupação bem ao sul da ilha com a sede do Grêmio Náutico União.</p>	<p>Ilha do Pavão Surge ao noroeste da ilha o lixão.</p>	<p>Ilha do Pavão Houve um aumento da área do lixão e um aumento significativo de ocupações de baixa renda em ambos os lados da BR 116.</p>
<p>Ilha do Chico Inglês Observaram-se ocupações pontuais no lado leste da ilha voltada para Porto Alegre, e uma ocupação na parte central. O acesso dá-se apenas por via fluvial.</p>	<p>Ilha do Chico Inglês Parece não ter havido expansão da ocupação. Os dados da foto não permitem uma avaliação precisa.</p>	<p>Ilha do Chico Inglês Parece não ter havido expansão da ocupação.</p>
<p>Ilha da Casa da Pólvora Observou-se uma ocupação rarefeita ao longo da margem do canal do Jacuí, mais especificamente na área voltada para a ilha da Pintada. O acesso dá-se apenas por via fluvial.</p>	<p>Ilha da Casa da Pólvora Observou-se na porção média de sua face oeste uma área de grandes proporções que sofreu alterações.</p>	<p>Ilha da Casa da Pólvora Observou-se uma densificação da ocupação no entroncamento do canal da Conga com o rio Jacuí.</p>
<p>Ilha da Pintada Observou-se um início de ocupação ao longo da rua principal da ilha com maior concentração nas imediações da ponte sobre o canal da pintada. Ao longo do referido canal, próximo à ponte, também se observou um início de ocupação. Ao longo da estrada vicinal que contorna o canal do Jacuí também observou-se uma ocupação mais densa junto ao canal da Pintada e mais esparsa na direção sul. O acesso dá-se tanto por terra, como por via fluvial.</p>	<p>Ilha da Pintada Observou-se uma densificação tanto da via principal da ilha, como ao longo do canal do Jacuí na direção sul.</p>	<p>Ilha da Pintada Observou-se uma expansão significativa da ocupação, tanto em relação ao núcleo inicial, como em relação a ocupação ao longo do canal da Pintada, em ambos os seus lados. Quanto à área do estaleiro ao longo do rio Jacuí e a vila de pescadores adjacente, parecem ter se mantidas inalteradas.</p>

Fonte: Reavaliação das condições sócio Econômicas da população e situação atual de ocupação e uso do solo do Parque – Metroplan. Porto Alegre. 1999 – Modificado.

De acordo com o quadro acima, observamos que as porções do Delta do Jacuí que tiveram maior crescimento populacional no período de 1971-91 foram nas ilhas que possuem acesso por estrada, junto às pontes e na própria BR 116, isto é, na ilha Grande dos Marinheiros, na das Flores, na do Pavão e na da Pintada.

Essas ocupações podem ser visualizadas a partir da figura 6, onde se verifica que o corte da estrada ao longo das ilhas foi o elemento facilitador para o avanço das ocupações. A densificação tornou-se também periférica, sobretudo nas áreas mais elevadas das ilhas, nos diques marginais.

As ilhas que possuem apenas acesso fluvial – Ilha do Chico Inglês e da Casa da Pólvora, por exemplo – não tiveram o mesmo crescimento no período indicado, constatando a importância do sistema viário para justificar o crescimento das ocupações.

Na ilha das Flores, a ocupação pontual pré-existente ao longo do canal do Jacuí, provavelmente de moradores locais ligados à pesca, foi se transformando em ocupação de residências de alta renda (Reavaliação das condições sócio-econômicas da população e situação atual de ocupação e uso do solo do Parque, METROPLAN, 1999, p.34). Nessas residências verifica-se a existência de obras de paisagismo que acabaram por suprimir e transformar a vegetação original, com a inclusão de espécies exóticas. Além disso, foram construídos muros de contenção e marinas de acesso ao rio, impedindo a continuidade do processo de deposição de sedimentos nas margens dos antigos diques.

As áreas urbanas que se constituíram correspondem àquelas caracterizadas pelo PLANDEL como Zonas de Uso Restrito e que não previam ocupações por particulares com tamanha densidade.

De acordo com o PLANDEL (1979), “Os objetivos do Parque Estadual Delta do Jacuí são os seguintes:

- a) A preservação de uma das mais expressivas áreas naturais da região metropolitana de Porto Alegre no sentido de se conservarem suas características:

Ecológicas – para permitir a manutenção em funcionamento de todos os processos naturais que ocorrem na região e assegurar a evolução do ecossistema em suas condições típicas;

Paisagísticas – para preservar, e mesmo valorizar, em termos de uma utilização humana mais efetiva, sem sua destruição ou desequilíbrio, uma de nossas mais belas paisagens regionais;

Culturais – para manter com seus valores tradicionais, melhorando sua higidez, os agrupamentos humanos existentes na área adaptados às condições naturais.

- b) A utilização de um espaço natural para atividade de educação, visando basicamente:

Ao aspecto cultural – o Parque servirá, nas suas diversas funções, como fator de aperfeiçoamento cultural da população, pela sua simples presença, pela sua organização, pelos seus equipamentos;

Ao aspecto educativo – atingido através dos equipamentos especificamente destinados à educação assistemática – núcleos de informação, museus, centros de iniciação à natureza, viveiro.

O aproveitamento da natureza para atividades de lazer, incluindo a recreação, os esportes ligados ao meio e ao turismo.

- c) A manutenção de uma área que, nas suas condições naturais, serve como elemento de proteção à cidade e à região, por se constituir em filtro natural e indicador da poluição, em regulador de clima e um controlador de cheias.

- d) Propiciar a pesquisa científica de um ecossistema em pleno processo de evolução, através de estudos biológicos, hidrológicos, humanos.”
(METROPLAN, 1999b, p.6,7)

Após a criação do PLANDEL, os trabalhos de pesquisa e investigação sobre as potencialidades do Parque foram inúmeros e de relevante importância para o mapeamento sócio-ambiental. As propostas de zoneamento descritas anteriormente fazem parte desse trabalho. Assim, coube também à Fundação Zoobotânica – FZB –, nos seus mais de vinte anos de trabalho junto ao Parque, desenvolver projetos que visavam a sua preservação. Os trabalhos desenvolvidos pela Instituição nem sempre foram implementados devido aos entraves administrativos que tornou lento o processo de efetivação do Parque. Hoje as discussões acerca dos novos parâmetros de uso do solo estão nas negociações entre os órgãos estaduais envolvidos, visando a uma adequação à nova Legislação Federal do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC.

A criação de uma Unidade de Conservação – UC – traz consigo uma série de trâmites legais que requerem, antes de tudo, vontade política na implementação, recursos econômicos e longos estudos de adequações, já que na maioria dos casos essas UCs são ocupadas por grupos humanos, formaram territorialidades e exigem, em alguns casos, desapropriações – (des)territorialidades. Essa é a situação do Parque Estadual Delta do Jacuí.

De acordo com a METROPLAN, na década de 1970 esboçou-se o padrão de ocupação que se conservaria até hoje, caracterizado por:

- **Crescimento populacional e aumento da população de baixa renda.** Na ilha Grande dos Marinheiros, uma das mais próximas da área urbana de Porto Alegre, as ocupações pontuais do canal do Furado Grande, provavelmente de pescadores, transformaram-se numa área de ocupação linear ao longo dos diques, de população de baixa renda. Na ilha das Flores ao longo do canal do Jacuí efetivou-se uma ocupação de residências de alta renda. Na ilha do Pavão, sede do clube de lazer Grêmio Náutico União, verifica-se por parte do

poder público a transformação de uma área em um depósito de lixo na segunda metade da década de 1970, surgindo também nesse período invasões de populações de baixa renda ao longo da faixa de domínio da BR 116. A ilha da Pintada se caracteriza por um núcleo urbano consolidado, originado de uma vila de pescadores, que vem sofrendo grande densificação. Na ilha da Casa da Pólvora, onde o acesso se dá apenas por via fluvial, as ocupações pontuais existentes nas margens parecem ter se mantido sem grandes alterações, com exceção das margens do canal de Maria Conga, onde parece ter havido uma maior ocupação. Na ilha do Chico Inglês as ocupações pontuais, provavelmente de população ligada à pesca, permanecem estáveis. O acesso também é apenas por via fluvial.

Na ilha da Casa da Pólvora foi implementado através da Fundação Zoobotânica da Secretaria Estadual do Meio Ambiente um complexo educativo-cultural que possibilitará o acesso da comunidade ao Centro de Interpretação Ambiental. O Paiol da Pólvora, prédio de 1852, abrigará uma exposição museológica com aquários, terrários, plantas e animais do Delta, maquete interativa e um sistema multimídia do Parque. A Casa da Guarda, também de 1852, será utilizada para palestras e apresentação de vídeos, com capacidade para aproximadamente 50 pessoas. A Casa da Chácara, antigo depósito de pólvora, abrigará a administração e venda de artigos, salas de exposição e bar para o público.

- **Uso do solo para Lazer.** Descoberta pela classe de alta renda, das potencialidades de lazer da área do Delta, no que diz respeito aos esportes náuticos, construindo grandes residências de final de semana principalmente ao longo do canal do rio Jacuí.
- **Novas Ocupações.** Surgimento de núcleos de população de média renda, em setores das ilhas dos Marinheiros, das Flores, além da ocupação tradicional da ilha.

Em relação à ocupação das áreas continentais do Parque observou-se especificamente uma expansão da ocupação do uso do solo:

- Em Morretes (Nova Santa Rita), a ocupação original, provavelmente de vila de pescadores, expandiu-se com um perfil de ocupação de baixa renda.
- Ao longo dos diques, no lado oeste, em áreas do município de Canoas, houve uma ocupação de população de baixa renda, enquanto que no lado leste, houve um aumento de parcelamento regular.
- Em Eldorado do Sul, ao longo da margem do canal do Jacuí, existia, anteriormente, uma estrada vicinal que se estendia no sentido norte/sul, atendendo aos moradores locais, possivelmente ligados à pesca e à agricultura, e fazendo a ligação com a ilha da Pintada. Observando a evolução da ocupação pode-se verificar que foi aos poucos sendo substituída por ocupações de alta renda que se beneficiam das potencialidades de lazer da área. Já as ocupações próximas à atual sede de Eldorado do Sul, que invadem os limites do Parque do Delta, são formadas principalmente por loteamentos regulares aprovados pelo poder público local. (METROPLAN, 1999b, p. 33-34)

Pela descrição percebemos um aumento das ocupações sobre os limites do Parque do Delta do Jacuí, cujo aumento da pressão populacional transformou várias áreas em ocupações irregulares na maior parte, com ausência de infra-estrutura e controles, transformando esse espaço geográfico em um caos urbano, social e ambiental, como é o caso da ilha Grande dos Marinheiros. As populações que o foram ocupando com desconhecimento do que estava havendo, no afã de resolver seus problemas mais imediatos, da moradia, por exemplo, foram provocando alterações sem precedentes. Além disso ocupam áreas que, sob ponto de vista humano são impróprias,

principalmente aquelas que alagam no período de chuvas, nas chamadas bacias de decantação, aumentando ainda mais as dificuldades.

Não foi apenas essa parcela da população que alterou o ambiente, mas também os ocupantes com suas casas de finais de semana, que ao construírem suas residências e urbanizarem seus lotes, introduziram espécies vegetais exóticas, construíram diques para os esportes náuticos, muros de contenção junto aos cursos d'água. Esses impactos não são menores, apenas representam uma parcela menor do total dos ocupantes do Parque.

De acordo com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, através do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas – DEFAP – Divisão de Unidades de Conservação (DUC), os principais problemas ambientais do Parque são:

1. Aterros – provocam modificação dos habitats;
2. Poluição das águas – os rios com maior quantidade de carga poluidora são o rio dos Sinos (origem industrial) e o Gravataí (esgotos domésticos);
3. Extração ilegal de areia – provoca danos nas margens das ilhas e altera a hidrodinâmica responsável pelo processo de formação das ilhas;
4. Criação de porcos – o maior foco é na ilha Grande dos Marinheiros (de forma esparsa nas demais ilhas e nas áreas continentais de Canoas e Eldorado do Sul), faz parte do ciclo do lixo do Delta. Tem sofrido forte pressão de fiscalização e enfrentamento por parte do Ministério Público, Governo do Estado e Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o que reduziu significativamente o seu número;
5. Ocupação ilegal – resultado da proximidade com Porto Alegre e demais Municípios da RMPA;

6. Lixo – atividade de reciclagem do lixo realizada de forma incorreta, sem a deposição adequada dos resíduos. Na época de cheia, o lixo é carregado pelas águas;
7. Pesca predatória – fora do período permitido, em época de reprodução, ou com malha de rede fora dos padrões admitidos;
8. Caça ilegal;
9. Trânsito de cargas perigosas – cargas dos navios que transportam produtos do Pólo Petroquímico;
10. Navios abandonados junto às ilhas do Parque;
11. Introdução de espécies exóticas – gado, taquara, eucalipto;
12. Tráfego aéreo – o Parque é corredor para o pouso e decolagem de aeronaves do aeroporto Internacional Salgado Filho;
13. Aterro sanitário – no início dos anos 70 a Prefeitura Municipal de Porto Alegre utilizou uma área da Ilha do Pavão como local de deposição de lixo, gerando problemas de contaminação dos lençóis d'água e canais (Navegantes e Furado Grande).(DEFAP, SEMA, 2002)

A partir dos dados apresentados, verifica-se que na paisagem tem ocorrido elevada alteração a partir dos tipos de ocupação que vem sofrendo ao longo dos anos que se sucederam entre a década de sua criação e o atual período em que o Governo do Estado, através da Secretaria do Meio Ambiente em seu Departamento de Florestas e Áreas Protegidas – DEFAP – tem procurado dar continuidade à sua efetivação. Está instalado aí um conflito de uso de uma paisagem natural que possui fragilidade pelas suas características naturais: formação de rios, canais e ilhas.

Dessa forma essa paisagem foi adquirindo maneiras diferenciadas de territorialidades e (des)territorialidades, na medida em que os tipos de

ocupação mudam e os avanços sobre áreas já com equipamentos instalados são inevitáveis. Ao longo da rodovia instalaram-se empresas de comércio e de fiscalização da Receita Federal. Essa realidade atual, inerente ao PEDJ, tem sido uma realidade comum a várias Unidades de Conservação criadas na América Latina e no Brasil. Segundo DOUROJEANNI (2001):

“Como é bem conhecido, em geral não é suficiente estabelecer uma área protegida para assegurar o benefício de seus serviços ambientais à sociedade. Por isso, e para garantir sua sobrevivência e integridade, também é necessário manejá-las. Tem sido um hábito latino-americano criar UCs, tanto as de uso indireto como as de direto, e abandoná-las à sua própria sorte. Poucos países conseguiram fugir dessa prática[...]contribuído para a má reputação das UCs. Os problemas principais de manejo das UCs podem assim ser agrupados: situação fundiária; planos de manejo e sua aplicação; questão orçamentária; autonomia administrativa; participação efetiva na gestão e pessoal”. (DOUROJEANNI, 2001, p.83 e 84)

Com o transcorrer do tempo, as ocupações intensificaram-se de forma inevitável, e a paisagem natural foi cedendo lugar às transformações espaciais até que chegamos aos dias de hoje com um elevado volume de população e uma complexidade espacial bem significativa. Entre o ano de 1976 até os dias atuais transcorreu um tempo de ocupação bastante largo com um acréscimo significativo de população.

Entretanto, em se tratando de aumento de população, segundo dados do levantamento realizado pela METROPLAN (1999) a maioria da população está aí localizada em curto período de tempo, demonstrado pela tabela 1.

Tabela 1 – Tempo de moradia na Residência

Ilhas	+ de 10 anos (%)	6 a 9 anos (%)	0 a 5 anos (%)
Grande dos Marinheiros	32	21	47
Pavão	13	15	72
Flores	11	22	67

Fonte: METROPLAN, 1999, p.69 (modificada).

Pelos dados observa-se que as ilhas mais próximas a Porto Alegre apresentaram maior crescimento, sobretudo em função da ligação através da BR 116/290. Nas três ilhas acima citadas, foi na década de 1990 que houve

maior crescimento e, em todas elas, predomina uma ocupação residente com um tempo de moradia entre 0 e 5 anos. Portanto, não foram as populações tradicionais que mais cresceram e, sim, aquelas que foram chegando devido às necessidades de espaço na cidade.

Esses acréscimos foram ocorrendo por conta de um processo comum a todos os grandes centros metropolitanos dos países mais pobres. A rápida metropolização dos grandes centros em países subdesenvolvidos transformou-se em um desastroso processo, não apenas pela falta de controle em decorrência dos movimentos migratórios, como também pelas conseqüências desumanas que advêm dessa rapidez.

Nesse caso, o do Parque, temos a necessidade de discutir sob diferentes abordagens, inclusive das implicações sócio-ambientais, devido à formação de territorialidades construídas ao longo dos anos.

Mesmo após a criação do Parque através de Legislação, as ocupações evoluíram para um número aproximado do atual de quinze mil pessoas residentes na sua área. Hoje a complexidade é muito maior em razão do número de pessoas envolvidas e das atividades econômicas que se formaram pelas suas necessidades. A urgente discussão da necessidade da sua preservação está relacionada as suas qualidades ambientais descritas anteriormente, considerando ser ainda um ecossistema que pode ser recuperado e resguardado. A necessidade de definições políticas para o PEDJ não se restringe apenas às suas características naturais e à recuperação de um ecossistema natural, mas, também, para que se dê uma definição para a vida das comunidades que estão no seu interior, cuja qualidade de vida é totalmente discutível. Afinal, os aglomerados populacionais aí existentes surgiram como resultado de uma sociedade excludente que cria esses mecanismos de defesa para essa parcela da população.

A divisão territorial do trabalho expressa nessa porção do espaço urbano da Região Metropolitana de Porto Alegre é uma mostra da forma excludente da locação de grande parte da população do Delta do Jacuí ao longo dos anos. De acordo com levantamentos da METROPLAN (1999,p.82,85) sobre as

condições socioeconômicas da população nas ilhas Grande dos Marinheiros e das Flores (com dados pesquisados pelo DEMHAB entre dezembro de 1994 e janeiro de 1995), pode-se concluir que as referidas ilhas comportavam um reduzido número de atividades econômicas, muito modestas, sendo quase todas do tipo familiar e de pouca significação na geração de emprego e renda local. O setor primário apresentava-se bastante limitado, na produção de arroz, hortaliças e frutas, criação de aves e porcos destinados ao consumo local. O setor secundário era praticamente inexistente. No setor terciário destacavam-se serviços de cabeleireiros, costureiras, locais de separação de lixo, oficinas mecânicas e de consertos em geral, pequeno comércio para abastecimento de gêneros de primeira necessidade.

Dessa forma novas territorialidades foram surgindo e, ao pensarmos na implementação efetiva desta Unidade de Conservação, conforme determinação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – constatamos que inevitavelmente haverá deslocamento de residentes e, com isso, (des)territorialidades para quem ocupa áreas que devem ser mantidas como paisagens naturais significantes e para aqueles que estejam ocupando áreas consideradas inadequadas para uma vida humana digna, indicando também necessidade de transferência de moradia.

A análise do processo de criação das Unidades de Conservação e de sua importância geoambiental em nível local, regional ou nacional, remete-nos à necessidade de uma análise do contexto espaço-tempo (histórico) em que surge a concepção de criação destes espaços territoriais diferenciados. Para o Geógrafo, esse campo de análise torna-se uma forma de trabalho que pode contribuir na ampliação de uma abordagem holística desses espaços, interpretando todas as variáveis possíveis da complexidade de uma paisagem considerada como uma UC, no intuito de instrumentalizar ações que venham a servir para a sua otimização.

Para enfrentar a crescente degradação ambiental, uma das soluções encontradas pela humanidade tem sido a de resguardar porções do território com o objetivo principal de proteção dos recursos naturais. É a partir desse

contexto que vão surgindo as Unidades de Conservação com o intuito de garantir a preservação de ecossistemas naturais.

Na América Latina, a pobreza, em especial a pobreza crítica, vem se agravando em números absolutos, pois as reformas econômicas, em especial as microeconômicas, não têm dado os frutos esperados, muito menos nas áreas rurais afastadas, onde freqüentemente estão inseridas as áreas protegidas ou UCs do continente. Isso se deve a situações de abusiva falta de eqüidade social, particularmente agudas no Brasil, em que a diferença entre ricos e pobres cresce desmedidamente. Entre crescimento da população, pobreza, desigualdade, exclusão social e degradação ambiental existe uma relação complexa, na qual é sempre difícil distinguir a causa do efeito. Porém o resultado tem sido o mesmo (em espaços locais ou globais): aumento da pressão sobre os espaços naturais e sobre os seus recursos.

A adaptação desses espaços considerados de interesse de preservação passa a constituir uma territorialidade em disputa. A justificativa está na premissa de que eles serão mais afetados se não forem preservados. Qualquer ação do homem sobre eles passa a constituir territorialidades. O território se apóia no espaço, é uma produção dele. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações. As Unidades de Conservação são projetos sócio-ambientais, cuja finalidade primeira é conservá-lo, evidente que não mais com suas características iniciais, pois formam espaços da natureza que já sofreram algum tipo de influência antrópica.

Assim, a territorialidade de uma UC pressupõe um conjunto de normas que irão comandá-la: reestudo sobre a população presente nesses espaços, fatores de degradação da paisagem natural, agentes atuantes, atividades secundárias que se desenvolveram no entorno desses lugares, população ocupante. O crescimento de populações humanas no entorno e no interior das Unidades de Conservação é, em qualquer parte do mundo, a principal fonte de conflitos. Frente à pressão do crescimento populacional e da pobreza, o poder público tem cedido as áreas de UCs a assentamentos humanos, ou mesmo

modificado a categoria das unidades para adequá-las à situação de ocupação (DOUROJEANNI, 2001).

As áreas preservadas possuem limites administrativos fixos, definidos por legislação própria, determinadas pelo entendimento da razão natural e da possibilidade de mantê-los inalterados. Geralmente esses limites coincidem com a ocupação de espaços no seu entorno. São esses limites administrativos, definidos pela lei de criação, que legitimam as UCs. Essas relações com esses territórios são, portanto, relações sociais.

Por outro lado, torna-se complexa a delimitação dessas fronteiras, na medida em que esses espaços estiveram sob ocupação humana por várias décadas ou até séculos. Construiu-se nesses lugares ações de poder muitas vezes legitimadas pelo estado que a constituiu. Daí estabelecerem-se os conflitos e (des) territorialidades. Os espaços ecológicos vão diminuindo em detrimento da expansão do espaço geográfico (que recebe uma carga de técnica). No momento em que se constitui uma UC, criam-se identidades ecológicas, onde os elementos dessa paisagem passam a ter mais segurança de sua manutenção, construindo-se, assim, um território ecologicamente protegido.

De acordo com SUERTEGARAY (2003) percebe-se uma transfiguração no ambiente pelas práticas sociais a partir de um histórico processo de apropriação. A análise ambiental implica a conjunção do social e do natural, passando, portanto, a encará-lo como um espaço geográfico. Assim, o ambiente constitui um conceito que permite compreender a transfiguração da natureza e da natureza humana pelas práticas sociais. Portanto, a criação de uma Unidade de Conservação passa necessariamente por estas discussões sendo que alguns questionamentos são imprescindíveis. Não se trata apenas de uma questão de preservação da natureza em si, com um projeto social e ambiental mais amplo, mas também de consideração de que esses espaços adquiriram qualidades pelos usos que os grupos sociais fizeram deles até a criação da UC. Trata-se de uma relação social homem-natureza e a gestão ambiental torna-se muitas vezes conflitante. A dificuldade está em harmonizar

interesses diferentes: o da preservação e o socioeconômico em função dos seus usos.

Nesse sentido, compartilho com a idéia em SUERTEGARAY (2003) de que a idéia de natureza é social e historicamente construída. A criação de uma Unidade de Conservação é um exemplo dessa afirmação. Ao criar uma UC estamos imprimindo ao espaço a categoria de natureza externa ao homem e mesmo que a classificação admita usos indiretos, estamos separando e externalizando a ação social, em que a finalidade de sua criação está calcada na preservação. Mas quem sabe esse seja o ônus de termos necessidade de conservar alguns espaços em razão da sua drástica redução pela apropriação indevida nos séculos de ocupação da história de cada cultura, ou da nossa em particular, onde as necessidades e os interesses se sobrepuseram aos limites da natureza?

Uma Unidade de Conservação, portanto, é a materialização do conceito de espaço geográfico, onde se estabelecem normas de usos diretos ou indiretos, criando-se formas legais de apropriação e constituem-se territorialidades, limites de usos definidos formalmente por uma lei específica.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC – criado pela Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, no Capítulo III e seu Artigo 7º, o Parque Nacional constitui-se em uma Unidade de Proteção Integral, e no seu § 1º o objetivo básico das Unidades de Conservação de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei. No seu Artigo 11 O Parque Nacional tem como objetivo básico à preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Outras atividades como a coleta de espécimes para a sua identificação ou a pesquisa científica de modo geral, também podem ser desenvolvidas, embora sejam igualmente submetidas a

regras precisas que garantam níveis mínimos de interferência na natureza. Neles não são aceitas nenhuma forma de exploração direta dos recursos naturais, nem infra-estrutura que possa alterar as características naturais de modo significativo. Por similaridade, os Parques Estaduais e Municipais seguem as mesmas regras.

A autoridade que executa a gestão das UCs de uso indireto deve ser pública, ainda que, cada vez mais, se aceite modalidades de terceirização e de co-gestão. Devem ter um marco legal apropriado, possuir planos de manejo, um zoneamento, infra-estrutura, equipamento e, em especial, pessoal de nível adequado e devidamente treinado.

Portanto, o Parque Estadual Delta do Jacuí, está incluído na categoria de uso indireto, não prevendo a ocupação por parte de comunidades, estando aí um dos seus principais conflitos com a Lei do SNUC.

Segundo o SNUC, o Plano de Manejo é o documento básico para a gestão de Unidades de Conservação. De acordo com o estabelecido pelo Decreto nº 84.017/79, que aprova o regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, o Plano de Manejo é um instrumento dinâmico que apresenta as diretrizes para o manejo de áreas protegidas, tendo como base o diagnóstico de seus recursos naturais e dos fatores socioeconômicos que as afetam. O Plano de manejo é integrado pelo zoneamento da Unidade de Conservação e pelos programas de manejo.

Em virtude dessas novas regras para a constituição dos Parques e também pela urgência de um direcionamento para o Delta do Jacuí, a Fundação Zoobotânica lança os “Subsídios à discussão da Proposta de Novo Zoneamento para o Parque Estadual Delta do Jacuí (OLIVEIRA, 2000). Após dez anos de estudos tendo como base o Planejamento do PLANDEL, novas propostas foram estudadas visto que o zoneamento por ele proposto em 1979 está desatualizado pelas alterações ocorridas na área do Parque, desde a sua criação até os dias de hoje.

Assim, o documento elaborado pelo Museu de Ciências Naturais da Fundação Zoobotânica atendeu a uma das metas do Subprograma de Parques

e Reservas Naturais, do Programa Pró-Guaíba, que visa à consolidação desta Unidade de Conservação, a seguir apresentada (figura 7).

O zoneamento é a divisão da área da unidade em parcelas ou Zonas, cada uma delas buscando atender a um ou mais objetivos da Unidade de Conservação, apresentando distintos graus de proteção e intervenção de acordo com a categoria da unidade.

O zoneamento é, portanto, uma técnica de planejamento utilizada para a resolução de conflitos de usos de um determinado espaço. Para cada zona é feita sua caracterização e delimitação em mapa, sendo propostas normas de manejo e de desenvolvimento físico, para cumprimento de suas finalidades. No zoneamento, deve ser contemplada a transição das zonas de maior proteção para as zonas onde são possíveis intervenções, através de um gradiente de zonas intermediárias.

Proposta Técnica para o Novo Zoneamento Preliminar elaborado pela Fundação Zoobotânica – FZB (2000) (figura 7), utilizando as zonas propostas pelo Regulamento dos Parques Estaduais do Rio Grande do Sul (Decreto nº 34.573 de 16 de outubro de 1992):

1. Zona de Recuperação

O objetivo de manejo a ser atingido nesta zona é o restabelecimento das condições naturais degradadas por ações antrópicas, incorporando-as no futuro, às demais zonas de conservação. Compreende uma superfície aproximada de 2.820 ha (18,91% da área do Parque). São caracterizadas por três tipos de ocupação humana: propriedades rurais (orizicultura), sítios de lazer ou residência fixas isoladas ou em pequenos agrupamentos; núcleos de moradores/ocupantes irregulares, de baixa renda, localizados ao longo da BR 116/290 e margens das ilhas. Áreas atingidas: ilhas das Flores (ZUR ao longo da BR 290), Grande dos Marinheiros (ZUR na margem leste da ilha e ao longo da BR 290), Municípios de Eldorado do Sul (ZRN ao longo da BR 290), município de Canoas (ZRN).

2. Zona Intangível

Integrada pelos remanescentes naturais, representativos dos ecossistemas característicos da região, ocupa 2.497 ha (16,75% da superfície). Possui finalidade de proteção integral dos ecossistemas e de seus recursos genéticos, sendo vedado qualquer tipo de intervenção nestas áreas (ZRB).

3. Zona Primitiva

Compreende 8.291 ha (55,61% da área do Parque) de habitats naturais e seminaturais. Tem como principais objetivos de manejo a conservação dos ecossistemas, a pesquisa científica e a educação ambiental, sendo permitido o acesso do público também para atividades simples de recreação (ZRN, ZRB, ZPN).

4. Zona de Uso Extensivo

Abrange, aproximadamente, 325 ha, perfazendo 2,18% da superfície do Parque e constituindo-se por áreas do entorno da Zona de Uso Intensivo, nos municípios de Eldorado do Sul e Canoas, e quase a totalidade da ilha Humaitá. Como objetivos de manejo para esta zona pode-se destacar o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e recreativas, compatíveis com a fragilidade do meio (ZRB na ilha Humaitá).

5. Zona de Uso Intensivo

Está integrada por uma superfície de cerca de 33 ha (0,22% da área do Parque) nos municípios de Eldorado do Sul (camping municipal) e Canoas (Praia Paquetá), áreas já tradicionalmente usufruídas pelas comunidades para recreação.

O aspecto fundamental dessa zona é o oferecimento de serviços de educação ambiental e interpretação da natureza e espaços equipados para apoiar atividades de recreação junto à natureza, necessitando de infra-estrutura para tal.

6. Zona Histórico-Cultural

Zona constituída por duas áreas localizadas na ilha da Casa da Pólvora, abrange 12 ha ou 0,08% do território do Parque. Abrigará o Centro de Interpretação Ambiental do Parque, integrado por três prédios tombados pelo patrimônio histórico (Casa da Guarda, Paiol de Pólvora e Casa da Chácara).

7. Zona de Uso especial

Destinada a abrigar instalações administrativas do Parque, atualmente compreende pequena áreas localizada no bairro Mauá da Ilha da Pintada, e uma casa para vigilância, localizada atrás do Posto de Fiscalização de ICM, na ilha do Pavão. Está prevista a construção de várias guaritas em locais estratégicos para a fiscalização no Parque.

Esse documento corresponde a uma primeira proposta de ação sobre o Parque, após o PLANDEL, mas ainda na forma de subsídio. Até o momento da construção desse documento e aquele elaborado pelo grupo do PLANDEL, passaram-se vinte anos e o PLANDEL é ainda considerado como instrumento de validade quando se fala em zoneamento para o Delta do Jacuí.

Nesse período transcorrido, o aumento de núcleos de sub-habitação e com tendência à expansão em locais inadequados à instalação de saneamento, teve como conseqüência direta a produção de uma carga maior de esgoto domiciliar, cujo destino são as águas do delta, destinadas à proteção das comunidades aquáticas e do recurso hídrico.

As condições físicas, anteriormente caracterizadas, da maior parte da superfície territorial do Parque e, particularmente as ilhas, caracterizam-se como áreas baixas, alagadiças, que requerem a observância de cuidados especiais para qualquer tipo de uso. A área como um todo, pela sua geomorfologia e localização, está sujeita a variações de nível da água, determinantes de inundações periódicas, uma vez que a cotas altimétricas variam em média entre 1,50 e 2,0 metros.

A fixação de sub-habitações nessas áreas além de contrariar os Códigos da Água e Código Florestal, implicaria medidas sanitárias extremamente complexas, demandando desapropriações de imóveis privados e custos elevados para a instalação de infra-estrutura mínima requerida para um núcleo habitacional. Dentre elas: necessidade de aterros, construção de vias de acesso praticáveis durante as cheias e instalação de serviços de água e esgoto em área com lençol freático aflorante, na maior parte do ano.

No PEDJ essa parcela da população possui uma importante fração da superfície do Parque e as transformações por eles causadas já foi descrita anteriormente.

A partir de 06 de junho de 2001 (Decreto Estadual nº 40.812) a administração do Parque foi transferida da Fundação Zoobotânica para o Departamento de Florestas e Áreas protegidas – DEFAP da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, órgão responsável pela gestão das Unidades de Conservação Estaduais.

Em abril de 2002 o DEFAP elaborou uma nova proposta de limites para o Parque considerando as alterações nas políticas das Unidades de Conservação através do SNUC, uma vez que este reafirmou a ilegalidade da permanência de populações humanas no interior de áreas de Parques, já que essa categoria foi incluída como Unidade de Proteção Integral. (SEMA, 2002)

O documento do DEFAP utilizou como base os “Subsídios à discussão da proposta de um novo zoneamento para o PEDJ”, elaborado pela FZB em dezembro 2000.

As alterações propostas foram especificamente para a Zona de Ocupação Urbana e a Zona de Uso Restrito no município de Porto Alegre, para a Zona de Reserva Natural e Zona de Ocupação Urbana no município de Eldorado do Sul, e para a Zona de Reserva Natural dos municípios de Canoas e Nova Santa Rita.

Essa proposta foi elaborada levando-se em consideração os seguintes princípios:

- a) Manutenção ou aumento da área total do Parque;
- b) Regularização de núcleos urbanos já consolidados;
- c) Viabilidade financeira de implantação do Parque;
- d) Conservação dos ecossistemas naturais do Parque Delta do Jacuí.

No município de Porto Alegre as áreas a serem atingidas e, portanto sujeitas a serem desafetadas do Parque, são as ilhas do Pavão, Grande dos Marinheiros, das Flores e da Pintada.

O município de Eldorado do Sul concentra 44% da população ocupante do PEDJ, estando grande parte dessa população localizada no loteamento Cidade Verde. Encontra-se ainda uma ocupação residencial, com luxuosas casas de veraneio nas margens do Jacuí, ao longo da estrada Martinho Poeta – ZOU e ZRN. Essas são as áreas destinadas a serem desafetadas. Na cidade de Eldorado do Sul será desafetada a área ocupada do loteamento Cidade Verde e no bairro Sans Souci.

O município de Canoas concentra 5,17% da população ocupante do Parque, estando grande parte dessa população localizada no Dique e em Paquetá, áreas a serem desafetadas.

O município de Nova Santa Rita tem um núcleo urbano no bairro de Morretes, sendo que parte desse núcleo encontra-se no interior do Parque, representando 2,36% da população ocupante do Parque.

Pela mesma proposta do DEFAP foi lançada a anexação de áreas como compensação da desafetação de outras. Assim estaria sendo ampliada a área de ambiente aquático: a área limitada pela ilha Grande Domingos José Lopes, ilha da Formiga e ilha da Virgínia e a área limitada pela ilha do Cravo e Cabeçuda.

Para a compensação das perdas de áreas territoriais foi proposta a ampliação do Parque nos municípios de Eldorado do Sul e Triunfo, consideradas áreas relevantes para a conservação conforme indicação pela tabela 2 abaixo.

Tabela 2 - Área do Parque Estadual Delta do Jacuí

Ambiente	Antes da Proposta	Após a Proposta	Diferença (ha)
Terrestre	15.773	16.247	+ 474
Aquático	1.472	1.933	+ 461
total	17.245	18.180	+ 935

Fonte: Proposta de redefinição de limites – DEFAP, SEMA, 2002, p.49.

Do total da população computada na área do Parque, 2.133 pessoas estão localizadas ao longo da faixa de domínio da BR 116/290 e essa parcela da população deve ser relocada, cabendo essa relocação aos órgãos responsáveis pela faixa de domínio.

No interior do Parque a proposta é de relocar ou desapropriar aproximadamente 405 famílias (1.354 habitantes).

A população a ser desafetada representa 89,8% da população que vive atualmente no interior do Parque. Essas áreas ficarão caracterizadas como Zonas de Amortecimento do Parque, com seu uso normatizado por decreto específico, de acordo com a lei 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Após a redefinição dos limites o documento também contempla uma proposta de desenvolver várias ações visando à implantação do PEDJ:

- a) demarcação dos novos limites e sinalização;
- b) com base em diagnóstico fundiário já iniciado, será elaborado decreto desapropriatório das áreas particulares que permaneceram no interior do Parque;

- c) regularização das áreas públicas existentes no interior do Parque;
- d) normatização das Zonas de Amortecimento;
- e) relocação dos moradores de áreas prioritárias para a conservação;
- f) elaboração do Plano de Manejo;
- g) criação do Conselho Gestor.

Esta proposta foi aprovada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA, em dezembro de 2002, porém não foi encaminhada aos Poderes Executivo e Legislativo para ser transformada em Lei.

Em fevereiro de 2004 o DEFAP propõe a transformação do Parque em uma APA, tendo em seu interior uma Reserva Biológica, substituindo o Parque Estadual Delta do Jacuí, criando uma insatisfação por parte dos ambientalistas e demais órgãos ambientais da administração estadual envolvidos na busca de soluções.

Por interesse da SEMA em definir a problemática do Parque e em busca de uma solução para o assunto, foi criado por esta Secretaria, em maio de 2004, um grupo de trabalho integrado pela FZB, DEFAP e Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler – FEPAM, que modificou essa nova proposta.

A APA do Delta do Jacuí, como foi denominada, passa a compor uma área de 26.269 hectares, constituindo uma categoria de manejo do grupo de Uso Sustentável, na qual são permitidas algumas situações antrópicas, além da propriedade particular.

Na Reserva Biológica dos Banhados do Delta, com 13.369 hectares, categoria pertencente ao grupo de Proteção Integral, são permitidas somente atividades de preservação dos recursos naturais, pesquisa científica e educação ambiental. Esta Reserva Biológica está inserida na APA do Delta do Jacuí, constituindo uma zona núcleo ou zona de preservação. As terras abrangidas pela Reserva Biológica dos Banhados do Delta, correspondendo a 49,69% da

área total da APA, devem ser de domínio público, sendo necessárias desapropriações.

Foi prevista pela mesma proposta a desafetação das áreas urbanizadas, que constituem as áreas de ocupação antrópica. Tais áreas seriam desafetadas tanto na APA do Delta do Jacuí como na área da Reserva Biológica dos Banhados do Delta, que integra a APA. As áreas urbanizadas, distribuídas em várias ilhas e na parte continental somam 730,6116 hectares correspondem a 2,71% da área total da APA. Em relação à área de Reserva Biológica dos Banhados do Delta os 730,6116 hectares correspondem a 5,46% desta.

Entre as justificativas da mudança de categoria de manejo do PEDJ estão:

- o elevado número de população – 15.500 moradores. É insustentável, sob o ponto de vista legal (Lei do SNUC), pois a categoria Parque é enquadrada em Unidade de Conservação de Proteção Integral, que não permite moradores em seu interior e determina o domínio público da área da UC;
- financeira, pois considera inviável a relocação das comunidades da área;
- a necessidade, por parte do poder público, de instalar serviços básicos, como água, luz e rede de esgotos, condições imprescindíveis para moradia dos ocupantes;
- A APA, segundo o SNUC, tem por objetivo proteger as paisagens significativas características de interação harmoniosa homem-natureza, bem como possibilitar oportunidades de recreação e turismo públicos, dentro das tradições socioeconômicas e culturais destas áreas, além de administrar elementos de diversidade ecológica para fins científicos, culturais e educacionais. Elas constituem um procedimento de ordenamento territorial sobre a propriedade privada e submetem gerenciamento e manejo orientados segundo as normas e diretrizes conservacionistas. Os proprietários das terras existentes na APA, embora não sejam desapropriados deverão, após a elaboração do Plano de Manejo, realizar uma utilização conscienciosa

dos recursos e conduzir suas explorações de forma racional e sustentável.

Esta proposta foi encaminhada ao CONSEMA em junho de 2004 para apreciação na Câmara Técnica Permanente de Biodiversidade e Política Florestal – CTPBPF. Outros segmentos da sociedade também encaminharam propostas ao CONSEMA, como a Rede de ONGS da Mata Atlântica-RS, o Comitê Estadual da Reserva Biológica da Mata Atlântica, o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a Comissão de Representantes da Comunidade do Bairro Arquipélago, a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul – FARSUL – e o Instituto Riograndense do Arroz – IRGA.

Enquanto a CTPBPF apreciava as propostas, juntamente com representantes de moradores, de ONGs, do setor produtivo – IRGA, FARSUL, e Instituições Governamentais foi editado um Decreto do Governador do Estado do Rio Grande do Sul – Decreto nº 43.367, de 28 de setembro de 2004, que cria a Área de Proteção Ambiental do Delta do Jacuí (com área total de 17.245 hectares) e revoga os Decretos que criaram o Parque Estadual do Delta do Jacuí. No seu Artigo 3º indica que a Zona de Proteção Integral da APA Delta do Jacuí será constituída pela Reserva Biológica dos Banhados do Delta, porém não define os limites. No seu Artigo 4º prevê que no prazo de um ano a SEMA elaborará uma proposta de Plano de Manejo para a APA e a delimitação dos limites geográficos para a Reserva Biológica.

Esta ação do Governo desencadeou um movimento contrário de segmentos da sociedade, especialmente de ONGs, que solicitaram uma Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN ao Ministério Público Estadual e suscitou discussões acirradas na Assembléia Legislativa, na imprensa e no próprio CONSEMA. Vários segmentos interpretam que, de acordo com o SNUC, é inconstitucional extinguir uma UC de Proteção Integral através de Decreto, somente é possível através de Lei específica, de acordo com o Artigo 22, § 7º. Desta forma, a desafetação ou redução dos limites de uma Unidade de Conservação só pode ser feita mediante lei específica.

Independente da legalidade do Decreto, o CONSEMA determinou que a CTPBPF continuasse sua avaliação e apresentasse uma proposta para solucionar a questão do Parque do Delta do Jacuí.

Em dezembro de 2004 a Câmara Técnica chegou ao seu parecer final que foi encaminhado à Plenária do CONSEMA, que a aprovou integralmente em uma reunião extraordinária ainda no mês de dezembro. Esta proposta foi encaminhada à Casa Civil para elaboração de Projeto de Lei a ser encaminhado à Assembléia Legislativa, com o comprometimento pessoal do Governador de revogar o Decreto nº 43.367/04.

O parecer do CONSEMA difere substancialmente do Decreto nº 43.367/04 uma vez que propõe a criação de uma APA do Delta do Jacuí, com uma área aproximada de 22.700 hectares e a criação de Unidade de Proteção Integral, mantendo a categoria de Parque Estadual, inserida na APA. As áreas hoje ocupadas com características urbanas ficaram inseridas na APA e excluídas do Parque (Figura 8). O Plano de Manejo da APA do Delta do Jacuí definirá as regras de proteção ambiental e uso territorial que deverão ser aplicados nas áreas públicas e privadas abrangidas por ela.

No dia 16 de março de 2005, atendendo a uma ação popular movida contra o Estado, o Tribunal de Justiça (TJ) suspendeu o Decreto que reduzia o nível de proteção do PEDJ, utilizando como justificativa o fato da redução do Parque, considerado como uma Unidade de Proteção Integral, à condição de uma Unidade de Manejo Sustentável.

No dia 30 de junho de 2005, o Governador Germano Antônio Rigotto encaminhou à Assembléia Legislativa o Projeto de Lei nº 159/2005, criando a Área de Proteção Ambiental – APA – Estadual Delta do Jacuí e o Parque Estadual Delta do Jacuí. No seu Artigo 1º fica criada a Área de Proteção Ambiental – APA – Estadual Delta do Jacuí como Unidade de Uso Sustentável, com superfície de 22.826,39ha, nos quais, em 14.242,05ha, fica inserido o Parque Estadual Delta do Jacuí, como Unidade de Proteção Integral.

Assim, pelos relatos, observamos como os conflitos foram instalados. Como um cabo de força, os interesses e soluções apontados promovem forças contrárias e as soluções parecem ainda longe de serem efetivadas, principalmente no tocante à ecologia social: a população localizada em terrenos irregulares permanece instalada, sem definições sobre o seu destino a curto prazo.

Se considerarmos então que o ambiente é a síntese entre o natural e o humano, essa relação se estabelece de forma contraditória e conflitante, e o elemento humano se corporifica na forma de conflitos sociais e políticos. O Delta do Jacuí é um espaço geográfico cuja materialidade dessas contradições se estabelecem no lugar.

No urbano esses embates possuem essa complexidade, porque o tempo desses espaços geográficos é muito veloz, como de resto, aliás, nas sociedades capitalistas urbanas do final do século XIX até a atualidade. Qualquer conflito que envolva a natureza tornou-se social pelo avanço das comunidades sobre ela, tanto no rural quanto no urbano. Apenas nas cidades pelo volume de populações e as complexidades dos lugares por serem maiores, os conflitos também o são. Em SPÓSITO (2003) encontramos a citação:

“A questão ambiental, nas cidades, é uma das expressões mais completas desse jogo de alianças e conflitos, porque revelam, contraditoriamente, em espaços marcados pela complexidade e pela densidade, as diferenças socioespaciais que estão na base dessa estrutura social”. (SPÓSITO, 2003, p.358)

Nessa discussão sobre a paisagem do Delta do Jacuí torna-se também importante ressaltar outro aspecto; o tempo. O tempo do social não é o mesmo da natureza. Segundo SPÓSITO (2003) a aceleração do processo social de extração e transformação dos recursos advindos da natureza, de consumo dos produtos que resultam dessa transformação e, ao mesmo tempo, da produção de dejetos decorrentes do próprio processo produtivo gera um enorme descompasso entre esses dois tempos – o da natureza e o da sociedade. O tempo da natureza é o das eras geológicas e o tempo da sociedade o dos

anos, dias e horas. Existe assim uma contradição entre duas escalas temporais. A forma exploratória de ocupação do espaço geográfico tem resultado em transformações que rapidamente causam reflexos na paisagem traduzidos pelos impactos sócio-ambientais que presenciamos dia a dia na sociedade atual.

Compreendemos que a sustentação de uma Unidade de Conservação de uso direto ou indireto, com seus planos de manejo, tem sido uma das formas de procurar manter para as gerações futuras os fragmentos da “natureza”, com a busca de uma perspectiva ecológica que contemple, ao mesmo tempo, os interesses sociais e ambientais. Eis aí um problema a ser enfrentado, em vista dos interesses que estão em jogo pelos atores que compõem esse cenário.

No âmbito do urbano, esse alerta é ainda mais importante, porque pensar na natureza é considerar a dinâmica das relações entre essa e os processos sociais. A complexidade, no caso do Delta do Jacuí, é maior pelo envolvimento de populações que se instalaram, mesmo que impropriamente do ponto de vista ambiental e humano, mas oportunamente para a sobrevivência em termos de moradia.

Segundo SPÓSITO (2003) “a questão ambiental é social, compreendido o social em suas dimensões econômica, política, cultural e ideológica. Com muita freqüência associa-se o ambiental, apenas, ao natural, quando sabemos que ele contempla o social, pois, sobretudo na cidade, o ambiente não se restringe ao conjunto de dinâmicas e processos naturais, mas das relações entre estes e as dinâmicas e processos sociais.” (SPÓSITO, 2003, p.295)

Assim, percebemos que essa UC abriga um cenário cujos atores possuem interesses conflitantes. Observamos que no seu interior encontram-se áreas consolidadas enquanto território: moradias históricas, com seus ocupantes instalados em data anterior à criação do PEDJ em 1976, com atividades ligadas à pesca e à agropecuária e, os moradores por ocupação irregular, na sua maioria com menos de dez anos de uso, tanto de baixa renda, em maior número, quanto os moradores de alta renda com suas residências de lazer.

Convém salientar que os conflitos, ao que parece, começam a existir quando esse espaço geográfico passa a ser considerado como um “valor ecológico”, cujas ações externas provêm de instituições públicas e ambientalistas preocupadas com a sua conservação.

Os conflitos estão materializados pelos projetos de apropriação definidos por interesses mais amplos que aqueles dos moradores. Além da preservação com um valor relevante como um bem ecológico social considerando a sua situação em relação à Região Metropolitana de Porto Alegre, os interesses de preservação estão também conflitantes com os econômicos pela presença da FARSUL e do IRGA.

Deste conflito emerge a questão fundamental na constituição do território – o poder. Esse é um elemento que está materializado no espaço o qual é definido e delimitado para a construção de um território em que as relações de poder estão cristalizadas a partir das relações sociais, políticas e culturais ocorridas no seu interior. Essas relações são a expressão de formas de poder que se embatem nas disputas territoriais. O espaço geográfico torna-se um “palco”, cujo cenário foi montado por forças construídas e expressas por disputas territoriais com interesses diferentes. Em Santos encontramos a seguinte citação: “o espaço pode ser visto como um palco onde os humanos entram em relação com outros homens e com objetos”. (SANTOS, 1997, p.98) O interesse por manter as territorialidades fica claro na citação de Souza:

“A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais as características geológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por toma-lo ou mantê-lo“[...] “uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder a questão é quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?” (SOUZA, 1995, p.78 e 79)

O impasse está expresso, portanto, por forças internas e externas. Pelo exposto percebemos que os conflitos estão polarizados, de um lado, pelo poder

público que quer viabilizar da forma mais simples esse impasse, por isso estabelece a criação de uma APA sem aguardar o retorno do CONSEMA com suas propostas de viabilização. Essa forma de resolução implicaria menor custo para o poder público, levando em conta que não haveria necessidade de desapropriações em boa parte da área, visto que, se o Delta do Jacuí permanecesse como Parque conforme seu Decreto de criação de 1976, grande parte da população deveria ser retirada do seu local de moradia ou seriam essas áreas retiradas da poligonal que compreende atualmente essa Unidade de Conservação. De outro lado, o grupo de ambientalistas e de técnicos dos órgãos estaduais tem defendido a preservação e propõe a criação de uma APA e de uma Reserva Biológica dos Banhados do Delta, substituindo o Parque Estadual Delta do Jacuí, como forma de garantir a preservação de grande parte da área.

Em outro extremo desse impasse, representando as forças internas, está o grupo composto pelas Prefeituras dos municípios atingidos, a saber, Eldorado do Sul, Canoas, Porto Alegre e Nova Santa Rita, que tem interesse em resolver os problemas fundiários da forma mais simples, através da legalização das suas áreas ocupadas por moradores, já que a APA permite a permanência dos ocupantes em seu território. Aqui se incluem, por exemplo, o loteamento Cidade Verde e bairro Sans Souci em Eldorado do Sul e Paquetá em Canoas, já descritos anteriormente como áreas a serem desafetadas do Parque caso permanecesse categorizado como tal. Além desse segmento, há o os moradores e produtores de arroz, através das instituições que os representam, o IRGA e a FARSUL, que defendem a criação da APA do Delta do Jacuí, principalmente os moradores, pelo receio de perderem as suas instalações, mesmo que em lugares impróprios para moradia sob o ponto de vista humano e ambiental.

Estabeleceram-se portanto, nesse espaço geográfico, conflitos de poder materializados pelas disputas territoriais, colocando lado a lado interesses diferentes: *interesses mais amplos* voltados para as questões ambientais cuja justificativa apóia-se nas qualidades do meio natural, e, sociais, para os que acreditam ser possível viabilizar uma moradia adequada para os moradores

irregulares; de outro lado, estão os *interesses mais imediatistas* com os projetos de apropriação urbana para grande parte dos moradores do Delta do Jacuí, contrariando as questões ambientais e discutíveis quanto a qualidade de moradia e de vida para esses ocupantes.

Capítulo 3

O Lugar e as Percepções

Nossa análise até este capítulo esteve centrada na discussão dos atributos naturais do Delta do Jacuí, os quais procuramos identificar e, através deles, ressaltar a importância desse ambiente sócio-natural como uma área de preservação para as comunidades que vivem próximas a ele e para o ecossistema ambiental dessa porção do Estado do Rio Grande do Sul.

Destacadas as qualidades naturais e a importância da sua preservação, passamos, num segundo momento, à análise dos conflitos territoriais. Justificamos que o embate gerado como resultado desses conflitos faz parte de um conjunto de situações que se acumularam ao longo de anos, calcado, entre outros fatores, na morosidade do poder público e nas dificuldades da implementação de um plano de manejo que pudesse ordenar espacialmente essa Unidade de Conservação em contraposição ao crescimento urbano das cidades junto ao Parque Estadual Delta do Jacuí. Fruto dessa complexidade, o Delta do Jacuí passou a sofrer as conseqüências do rápido crescimento das ocupações, que veio a se somar à problemática já existente, isto é, o avanço sobre as áreas naturais através da construção de infra-estrutura urbana no interior e no seu entorno, bem como o interesse em ocupar áreas pertinentes à atividade agrícola e para criação de gado.

Nesse momento, partiremos para uma análise mais pontual. Nossa abordagem, antes centrada na paisagem e nas territorialidades do espaço geográfico, tratará da análise do lugar; uma opção de estudo agora centrada nas percepções dos indivíduos que ocupam diretamente as áreas periféricas das ilhas e do continente do Delta.

A análise de questões ambientais é um tema desafiador e, ao mesmo tempo, complexo porque abre um leque para abordagens sob diferentes ângulos – o natural, o socioeconômico, o cultural e o político. Como a defesa, nesse trabalho, enfoca a relação homem/natureza como um elemento único,

cujas relações são materializadas nos espaços geográficos e nos lugares, olhar esse espaço sob diferentes aspectos transforma-se em uma busca para o entendimento da complexidade do espaço geográfico.

Para o geógrafo está reservada a tarefa de interpretar o espaço geográfico de várias formas, dependendo do seu objeto de análise. Ora é visto como paisagem, ora como território, ora como lugar.

O debruçar-se sobre uma paisagem, além de possibilitar a visão do todo, permite também perceber a subjetividade dos detalhes do lugar e, ao mesmo tempo, as suas inter-relações. São diferentes interpretações direcionadas para um objetivo comum: o espaço geográfico. Assim como o motorista de um automóvel, que observa de uma maneira a paisagem ao conduzir seu veículo; ao mudar de posição (de condutor para passageiro), terá uma compreensão mais aguçada da subjetividade dos lugares. É a mesma paisagem, mas com percepções e detalhes diferentes, uma global e a outra pontual, impressões que vão se somar às imagens, às nossas predileções e subjetividades e que vão se configurar no nosso entendimento sobre os lugares e, quem sabe, de nós mesmos.

Essa discussão no âmbito da Geografia dos lugares é atraente na medida em que possibilita um olhar voltado para as suas particularidades e subjetividades. A vertente de análise da ecologia urbana, que nesse estudo envolve uma área no interior da Região Metropolitana de Porto Alegre, vem acrescida de uma problemática cada vez mais crescente em decorrência do volume de população que se aglomera nesses grandes centros, considerada uma característica de crescimento típica dos chamados países periféricos. Os problemas avolumam-se no mesmo ritmo de crescimento das cidades, com as mais diferentes origens: sociais – sobretudo pela expansão dos bolsões de miséria – econômicas, políticas e ambientais. Geralmente a rapidez das transformações urbanas está além das possibilidades de soluções a curto e médio prazo, sobretudo para aqueles casos considerados mais urgentes e necessários, como por exemplo, a ampliação do número de pessoas residentes em favelas sem as mínimas condições de moradia.

Conservar ambientes ecológicos naturais torna-se, então, uma tarefa mais difícil e complexa. A pressão sobre as áreas naturais tem sido inevitável, e o poder público nem sempre consegue absorver as demandas, mesmo porque as questões dessa amplitude nem sempre são vistas com a devida importância ou porque os recursos, na maioria das vezes, são escassos. A temática ambiental foi evoluindo, embora, ainda aquém do que deveria ocorrer, freada devido à pressão política e econômica da sociedade de consumo moderna.

Desta maneira a ecologia ambiental e social⁴ para os centros urbanos deve procurar analisar e propor uma interação homem/natureza, estabelecendo um sistema de relações em que não prevaleça um elemento em detrimento do outro. São relações em que o homem procura adequar suas necessidades para a sua sobrevivência e considera a natureza como uma realidade ambiental, cujos objetos serão transformados e adaptados de acordo com seus interesses. Assim, a realidade ambiental no urbano está cada vez mais carregada de conflitos de interesses sócio-culturais, políticos e econômicos, cuja relação homem/natureza encontra-se desgastada e mal resolvida.

Esta é uma realidade tensa que se manifesta nos espaços geográficos como um todo e nos lugares em particular. O urbano, com a multiplicidade de sub-espacos e funções, por si só constitui-se em uma paisagem complexa. No tecido urbano, as relações de proximidade são facilitadas por distâncias menores em espacos mais contíguos. No dizer de Santos “a proximidade não se limita a uma mera definição de distâncias; ela tem que ver com a contigüidade física entre pessoas numa mesma extensão, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo com a intensidade de suas inter-relações. É assim que a proximidade pode criar a solidariedade, laços culturais e desse modo a identidade”. (SANTOS,1997, p.255)

⁴ Nota: os termos ecologia ambiental e social são uma referência a Guattari, que em sua obra *As Três Ecologias*, destaca práticas sociais e individuais agrupadas em três “rubricas complementares”: a ecologia mental, a ecologia social e a ecologia ambiental, relacionando a uma articulação ético-política a que denomina *ecosofia*, cuja substância estaria centrada em novas perspectivas e parâmetros éticos para a discussão das questões sociais. Ele destaca que “o que está em questão é a maneira de viver daqui em diante sobre esse planeta, no contexto da aceleração das mutações técnico-científicas e do considerável crescimento planeta, no contexto da aceleração das mutações técnico-científicas e do considerável crescimento demográfico”.(GUATTARI,1991,p.8 e 23)

Lugares assumem identidades pela corporificação das idéias e ações dos agentes que os compõem. Nas cidades, e em especial nas metrópoles, encontramos várias identidades dependendo das diferenças sócio-culturais e econômicas expressas em cada subespaço. Elas não estão isoladas no contexto urbano, as inter-relações ocorrem com um elevado grau de interação, mas inevitavelmente possuem suas características peculiares. Citando Santos:

“Esses lugares, são com a sua gama infinita de situações, são a fábrica de relações numerosas, freqüentes e densas. O número de viagens internas é muitas vezes superior ao de deslocamentos para outros subespaços. [...] A cidade é o lugar onde há mais mobilidade e mais encontros.” (SANTOS, 1997, p.255).

Na medida em que o tecido urbano foi avançando sobre o meio natural, viabilizado pelas técnicas de usos através do aumento da infra-estrutura, o ecossistema natural foi se tornando social. A humanização desses espaços é o resultado de um crescimento que vai gradativamente ocorrendo e avançando horizontalmente com seus limites territoriais definidos. Chegamos, então, no final do século XX com índices elevados de população urbana. Nesses espaços a interdependência com outros subespaços inevitavelmente são cada vez maiores como conseqüência da modernização das comunicações, dos sistemas de transportes, enfim, das redes urbanas locais e globais.

De acordo com SANTOS (1997) “nas cidades a co-presença e o intercâmbio são condicionados pelas infra-estruturas presentes e suas normas de utilização, pelo mercado territorialmente delimitado e pelas possibilidades de vida cultural localmente oferecida pelo equipamento existente. A divisão do trabalho dentro dessas cidades é o resultado da conjugação de todos esses fatores, não apenas do fator econômico”. (SANTOS, 1997, p.256)

O desenrolar dessa situação presente se faz sentir na ocupação dos espaços “naturais” urbanos reduzidos pela lógica da rapidez de ocupação. São paisagens naturais e sociais ao mesmo tempo: homem e natureza lado a lado. As formas de ocupação dependem do grau técnico utilizado, e as barreiras sobre as paisagens naturais vão sendo ultrapassadas passo-a-passo. Verificamos, assim, no tecido urbano, ocupações de áreas de declividades

acentuadas, áreas baixas aterradas, áreas verdes reduzidas, etc. Assim como também presenciemos os danos provenientes dessa lógica: deslizamentos, inundações, ilhas de calor, comprometimento da potabilidade das águas entre outros.

O ambiente natural do Delta do Jacuí caracteriza-se como um lugar, o qual é um subespaço da paisagem da cidade pela identidade cultural que se corporificou em detrimento das ocupações que ali ocorreram. Como já descrevemos anteriormente, a facilidade de comunicação das ilhas e da porção continental do Parque com o restante da cidade foi o elemento dinamizador para as alterações sócio-ambientais sofridas por ele.

Conforme SANTOS (1997), "através do entendimento desse conteúdo geográfico do cotidiano poderemos, talvez, contribuir para o necessário entendimento (e, talvez, teorização) dessa relação entre espaço e movimentos sociais, enxergando na materialidade, esse componente imprescindível do espaço geográfico, que é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação. Nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam". No seu dizer, "o geógrafo é obrigado a trabalhar com todos os objetos em todas as ações". (SANTOS, 1997, p.257)

Em decorrência dessas observações conceituais sobre o lugar, surgiu a opção de trabalhar com a percepção a partir da pesquisa qualitativa com os agentes que o compõem, visando debruçar-me sobre as suas impressões sobre o PEDJ, a construção – ou não – da identidade do lugar, bem como as suas ações sobre ele.

A percepção é uma metodologia e um critério de análise cujo objetivo é verificar os sentimentos dos agentes do espaço geográfico sobre sua inserção nesse meio. É uma abordagem que tem sido usada amplamente pelas ciências sociais como um instrumento a mais na facilitação de estudos que envolvem a comunidade como um todo. O estudo da percepção na Geografia está diretamente vinculado à paisagem e ao lugar.

Na Geografia, a percepção visual vem a contribuir na análise da paisagem, levando em conta um estudo que considere as inter-relações dos fenômenos e que possam vir a auxiliar em uma abordagem mais holística das relações que ocorrem na paisagem e no lugar, que venham a construir um saber, um conhecimento coerente e adequado aos dados da experiência. (OLIVEIRA, Livia de, 2002) “A precaução essencial é não utilizar, para analisar os fenômenos perceptivos, senão uma linguagem e uma conceitualização que permaneçam puramente *relacionais*. Isto é, que não façam apelo a nenhum fator, não mais que às próprias *relações* e suas interligações”. (OLIVEIRA, Livia de, 2002, p.190)

As idéias de espaço e de lugar originam-se das experiências singulares e comuns acrescidas de sentimentos ao longo dos anos e o lugar vai adquirindo significado para o indivíduo. Quando o espaço nos é inteiramente familiar torna-se lugar. (MACHADO, 1996, p.98) A atividade perceptiva enriquece continuamente a experiência individual e por meio dela nos apegamos, cada vez mais, ao lugar e à sua paisagem, desenvolvendo sentimentos topofílicos (elo afetivo entre a pessoa e o lugar). Cada imagem e idéia sobre o mundo são compostas de experiência pessoal, aprendizado, imaginação e memória. (MACHADO, 1996, p.97)

O espaço em que vivemos possui significado a partir das nossas impressões sobre ele, e o valorizamos mais ou menos dependendo das nossas vivências, com suas experiências mais ou menos favoráveis/positivas. O espaço vivido, dessa forma acaba sendo valorizado de acordo como agimos e compreendemos as relações do sujeito no e com o lugar.

Conceituando, “a percepção é a apreensão de uma qualidade sensível, acrescida de uma significação, como uma qualidade essencial, e não apenas um acréscimo [...] Uma forma de traduzir passo-a-passo em expressões precisas as condutas dos sujeitos, das pessoas Ela está subordinada às limitações de proximidade no espaço e no tempo [...] É essencialmente egocêntrica e ligada a uma certa posição do sujeito percebedor em relação ao objeto, ao percepto, sendo estritamente individual e incomunicável. [...] É uma

interpretação com o fim de nos restituir a realidade objetiva, através da atribuição de significado aos objetos percebidos”. (OLIVEIRA, Livia de, 2002, p.191 e 192).

Nesse caso, trabalhar com a percepção objetiva, isto é, conhecer dos sujeitos pesquisados a sua impressão e experiência sobre os objetos que compõem o lugar no tocante aos atributos da paisagem natural e social do PEDJ, significa buscar a compreensão da visão de meio ambiente e da imagem das qualidades do Delta do Jacuí pela comunidade inserida nessa paisagem, considerando que essa percepção depende de como esses objetos são vistos e como os valores lhes são atribuídos. Através do entendimento dos significados dos objetos atribuídos pelos sujeitos que compõem esse lugar poderemos, talvez, compreender o grau de inserção dos moradores no lugar e as relações de homens e mulheres com o meio ambiente, bem como o tipo de experiências vividas pelos ocupantes da paisagem em questão.

Um nativo de uma região extrativa vegetal ao ser argüido sobre as potencialidades dos objetos explorados por ele irá demonstrar que o significado desse objeto é o resultado da sua percepção e da sua cognição sobre ele, pois, a sua manipulação desencadeou um conhecimento empírico sobre ele. A descrição do objeto virá carregada de subjetividades e sentimentos pela forma como se relaciona com eles.

Segundo Machado:

“A interpretação da experiência humana e sua ambivalência, ambigüidade e complexidade pode ser sistematicamente explorada para esclarecer o significado dos conceitos, dos símbolos e das aspirações, no que dizem respeito ao espaço, ao lugar e suas paisagens. Pode-se mostrar como o lugar é um conceito e um sentimento compartilhados tanto como localização como meio ambiente físico. Pode-se sugerir meios pelos quais um sentido de lugar seja enfatizado.”(MACHADO, 1996, p.98 e 99)

O grau de conflitos territoriais verificados nessa paisagem e analisados no capítulo dois sugere várias abordagens de análise pela sua subjetividade e

complexidade. Por isso, ao buscar a percepção como instrumento de trabalho, estamos utilizando mais uma forma de sistematizar procedimentos de estudos e de análise voltada para a averiguação das subjetividades dos integrantes desse lugar. Desta forma, essa análise pode gerar, talvez, questionamentos que venham a contribuir para uma melhor compreensão no desenvolvimento de soluções para os conflitos nessa paisagem e na criação de um plano de manejo que contemple as partes envolvidas – do ponto de vista socioeconômico e ambiental. Trata-se, portanto, de um trabalho qualitativo, sem a pretensão de apresentar soluções imediatas, com uma abordagem descritiva e aproveitando o “dizer” de cada segmento desse espaço geográfico e suas experiências sobre o lugar.

Para tanto, trabalhamos somente com os dados já manipulados pelos técnicos da METROPLAN que, através do Programa Pró-Guaíba executou uma pesquisa, em 1999, denominada “*Relatório de Pesquisa Social Qualitativa, Percepções e Expectativas Sócio-Ambientais da População Residente no Parque Estadual Delta do Jacuí*”, através do Projeto Consolidação do Parque Estadual Delta do Jacuí, um trabalho conjunto entre a Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional – METROPLAN – e a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul – FZB – através do Programa Pró-Guaíba. A pesquisa foi realizada junto a quatro segmentos envolvidos no então Parque Estadual Delta do Jacuí: Moradores, Associações Comunitárias, Associações Ambientalistas e Prefeitura Municipal de Eldorado do Sul. A justificativa para esse trabalho estava na complexidade que se instalou no Parque frente às ocupações e a necessidade de um reestudo de uso do solo a partir dos dados do PLANDEL de 1979.

De acordo com o relatório:

“Abordagem inicial entre a equipe técnica e representantes da comunidade envolvida deu-se através das reuniões da Rede Comunitária, fórum criado recentemente para discutir os principais problemas das ilhas. A Rede conta com a participação de moradores, representantes de associações comunitárias, religiosas, clubes de mães, escolas, governo, organizações não governamentais, enfim, a Rede Comunitária é um mecanismo representativo da diversidade

dos agentes sociais envolvidos com a área do Parque”. (Metroplan, Relatório de Pesquisa Social qualitativa, Percepções e Expectativas sócio-ambientais da População residente no Parque estadual Delta do Jacuí, p.5)

Assim, optamos por utilizar a metodologia dessa pesquisa por entendermos que correspondia com as expectativas de análise pretendida nesse estudo. Os segmentos utilizados traduzem a realidade das idéias, das oposições e contradições, dos interesses por segmentos, das percepções sobre o meio, da legislação e da resolução da problemática individual e do Parque como um todo.

Além dessa condição ter sido satisfeita, concluímos também que desenvolver nova pesquisa com os moradores e os segmentos seria mais uma “invasão” sobre a sua rotina e nos conflitos já existentes. Num dito popular: “botar o dedo na ferida”. Os conflitos instalados nesse espaço tem sido cada vez maiores e mais complexos, e a população ocupante deve ver-se em uma “corda bamba” quando novas investidas são feitas na área. Não gostaria de ser visto como mais um invasor da privacidade desses ocupantes, grande parte deles fragilizados pela sua própria condição.

Outro esclarecimento que julgamos conveniente fazer é a justificativa da omissão dos depoimentos de um dos segmentos pesquisados pelos técnicos da Metroplan: a dos ambientalistas. Tínhamos duas formas de abordagem pelos dados levantados na pesquisa, o direto e íntimo – dos moradores, e o indireto e conceitual – dos ambientalistas. Resolvemos, então, resgatar apenas as percepções dos moradores porque reside nesse segmento a problemática sobre a elaboração de um plano de manejo que vise a preservação do PEDJ. Nos centramos, assim, nas suas percepções, nas suas atitudes e nos valores envolvidos das suas relações com o meio ambiente. Por isso, a omissão dos depoimentos dos ambientalistas justifica-se por entendermos que as suas impressões já estão carregadas de um conhecimento científico prévio e de uma percepção própria de quem tem um olhar de fora sobre a paisagem do Delta do Jacuí. Entendemos que as suas percepções estavam carregadas de

impressões voltadas mais para o *espaço geográfico como um todo* e não do *lugar em particular*. Nesse momento do estudo, o nosso interesse está centrado no lugar. Assim, concebemos que o Parque Estadual Delta do Jacuí constitui-se em um espaço geográfico para os observadores indiretos, mas para os ocupantes torna-se lugar. Claro que, para a finalização desse estudo, na busca de uma melhor compreensão sobre o conjunto de todo o espaço geográfico, as opiniões e a defesa dos ambientalistas são uma das formas mais importantes e contundentes de se procurar preservar essa paisagem.

O roteiro das entrevistas utilizado pela equipe do Programa Pró-Guaíba objetivou mapear as percepções dos atores envolvidos com relação às seguintes categorias de análise: a visão do meio ambiente, o conhecimento e imagem do Parque, a responsabilidade da fiscalização, os problemas ambientais e as transformações sociais e as sugestões e expectativas futuras em relação ao Parque Estadual Delta do Jacuí.

A seguir apresentamos, então, a análise dos dados pesquisados segundo cada segmento, isto é, os moradores, associações comunitárias e a Prefeitura Municipal de Eldorado do Sul, onde procuramos utilizar da pesquisa somente aquelas informações que julgamos procedentes para esse estudo em vista do objetivo do trabalho, voltado para a percepção do(s) lugar(es).

1. Moradores

Foram entrevistados oito (08) moradores do Parque. Através do levantamento dos dados realizados pela METROPLAN, ficou constatado que o crescimento da família e a formação de novos núcleos familiares são o elemento explicativo do adensamento populacional de algumas áreas do Parque, além da troca de moradias à procura de melhor oferta de “serviços sociais” e com acesso rodoviário a Porto Alegre.

Além do fator da proximidade com o município de Porto Alegre como determinante para o acréscimo de população do Parque, a aparente “disponibilidade” de áreas devolutas pode também ter sido um outro

componente a mais, conforme descrição no capítulo dois, quando tratamos da formação das suas territorialidades.

Para esse segmento, a noção de meio ambiente para o Parque está centrada nos seguintes aspectos naturais descritos pelos entrevistados: na manutenção dos banhados, idéia de paraíso, limpeza, conservação, saúde e beleza do rio, lugar limpo com pássaros, árvores, natureza. Para esse grupo de moradores a *natureza* é vista como paisagem onde alguns elementos surgem para a contemplação humana e a satisfação dos sentidos, mas não sabem definir o que é meio ambiente.

A noção de parque é nitidamente identificada como pertencente às atividades de lazer, na forma de consumo coletivo. Na relação homem-parque não parece estar inserida, no imaginário dos moradores, a contemplação da natureza como uma prática de lazer. Embora a percepção do lazer passe pelas suas impressões, o parque não atende as expectativas para esta função, visto que faltam equipamentos considerados essenciais para um lugar de lazer.

A identidade do Parque e sua territorialidade, ligada à preservação ambiental, não está caracteristicamente construída pela sua finalidade de preservação da natureza, mas sim por sua interferência sobre as práticas de reprodução social e cultural da comunidade. Há, então, uma visão mais imediatista dos seus usos que conflitua com a idéia de preservação. Ilustrando, apresentamos uma descrição de um dos entrevistados:

“(...) Como a gente tava falando, a gente quer fazer aquele campo de futebol lá nos fundos, ali tinha árvore, tinha maricá, não árvore, maricá... Tivemos que cortar e fazer um campinho de futebol, fizemos até com autorização.” (Entrevista nº 18)

Pelo depoimento apresentado percebemos que a área de lazer no cotidiano e no imaginário desse morador está a idéia de jogar futebol, mas, no “local” mais apropriado para essa finalidade, havia maricás. O maricá como uma espécie nativa e necessária como preservação para o ecossistema não está, desta maneira, construído no seu imaginário e sim em um outro sentido

mais prático: o campo de futebol. Por isso, a prioridade recaiu sobre o campo e não sobre a árvore. O “lugar” ganhou um novo significado, transformou-se em uma área de lazer com um equipamento até então inexistente para essa comunidade.

Não existe, nesse caso, a intencionalidade da agressão em si, mas uma outra lógica entre o imaginário e o real. Esse é um exemplo de como evolui a relação homem e natureza na construção dos lugares e que se corporificam no espaço geográfico através de ações materializadas pelos participantes desse cenário. Essa lógica do lugar demonstrada pelo entrevistado pode ser ilustrada com a citação de Santos, quando compara os contrastes ocorridos nos grandes organismos urbanos entre a modernidade que se “justapõe, superpõem e contrapõem ao resto da cidade onde vivem os pobres, nas zonas urbanas opacas”. É desta forma que se refere Santos:

“Por serem “diferentes”, os pobres abrem um debate novo, inédito, às vezes silencioso, às vezes ruidoso, com as populações e as coisas já presentes”.[...] “Trata-se, para eles, da busca do futuro sonhado como carência a satisfazer – carência de todos os tipos de consumo, consumo material e imaterial, também carência do consumo político, carência de participação e de cidadania. Esse futuro é imaginado ou entrevisto na abundância do outro e entrevisto, como contrapartida, nas possibilidades apresentadas pelo Mundo e percebidas no lugar”. (Santos,1997,p.261)

Sobre o conhecimento do Parque, o conjunto de entrevistados sabe da sua existência como área verde e da reserva destinada à preservação da natureza. A imagem que fazem dele é de abandono, de não ter mais paisagem, de ser um parque turístico e não ter lugar destinado ao lazer. O parque para eles “não serve para nada, só tem mato”. Essa percepção de parque está mais ligada à idéia de praticidade de uso como lazer – como objeto de uso – na perspectiva de que os atributos naturais por si só não possuem representatividade pela suas qualidades intrínsecas. Essa comunidade passou a ocupar esse espaço e se recente pela carência de infra-estrutura urbana, incluindo os equipamentos de lazer. Quando se referem ao fato de que “só tem

mato”, a percepção desse objeto natural não está sendo vista pela sua subjetividade como “importância natural”. Esses objetos naturais teriam outro valor e outras ações se houvesse um maior conhecimento das suas qualidades naturais pela comunidade. Como moradores desse espaço – na maior parte de forma irregular – não exercem, portanto, a sua cidadania na busca da preservação ambiental.

Para os moradores das ilhas do Pavão, Grande dos Marinheiros e das Flores os problemas ambientais estão associados às carências de infraestrutura urbana. Foi justamente nessas três ilhas onde o avanço das ocupações foi maior, em grande parte dos casos em áreas baixas e inundáveis – a maioria desses ocupantes estão nesses locais há pouco tempo, até dez anos de moradia (tabela 1). Na porção do PEDJ compreendido pela Ilha da Pintada e no município de Eldorado do Sul esses problemas não aparecem, pois se encontram localizados na Zona de Ocupação Urbana onde o aparelhamento urbano já está mais desenvolvido.

Os relatos, no tocante ao conhecimento dos limites físicos do Parque e a sua fiscalização demonstram que a população carece de informação. A responsabilidade sobre ele recai sobre o IBAMA, Associação de Moradores, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER –, Marinha e Fundação Zoobotânica. A fiscalização é percebida pelo seu sentido punitivo quanto às práticas irregulares de pesca, de caça e pela depredação da flora e da fauna nativa. A fiscalização também está associada ao medo e à possibilidade de remoção dos locais de moradia, fazendo com que as práticas dos outros sejam sempre vistas como “incorretas”, como ilustra abaixo o depoimento do entrevistado:

“Eu ouvi dizer que era pra tirar todo o pessoal de dentro. Algum que é meio teimoso ainda coloca bicho morto dentro do rio, que não pode ser. Tem muitos que são relaxados, tem alguns que cuidam, mas é poucos.” (Entrevista nº 8)

Percebe-se pela fala desse entrevistado que houve uma preocupação em demonstrar que não alteram o seu meio ambiente, conservando-o limpo e alegando que a sujeira não é sua responsabilidade e sim de outros moradores. Se a responsabilidade é sua ou não, está fora de nosso alcance, mas o que encontramos ao longo das vias de acesso às comunidades e no interior do Parque é uma organização espacial que demonstra a presença de aterros, acúmulo de lixo, retirada da vegetação, entre outros. Nesse caso, talvez seja oportuno destacar que as atividades ligadas ao trabalho seletivo do lixo pode ter contribuído (ou ainda contribui) para essa situação. Quando o poder público municipal de Porto Alegre na década de 1970 escolheu a ilha do Pavão para locação de um depósito de lixo, possibilitou à comunidade um trabalho ligado a essa atividade. A criação de porcos no PEDJ, hoje já bem reduzida, surgiu também como resultado desse fato, demonstrando, ao que parece, um desconhecimento dessa paisagem pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Esses depósitos tornaram-se um problema ambiental grave, tanto é assim que quando foi proposto o Plano de Zoneamento pelo PLANDEL, a área da Ilha do Pavão destinada ao lixão foi considerada como Zona Crítica (Figura 5). A atividade do trabalho seletivo do lixo estendeu-se à Ilha Grande dos Marinheiros e ocupa atualmente um significativo número de trabalhadores individuais ligados à Associação de Catadores, responsável pela classificação e destinação do lixo proveniente da Coleta seletiva de Porto Alegre.

Segundo os relatos dos entrevistados, os moradores não possuem a certeza de que a sua casa está ou não em área de Parque. “A idéia de zoneamento do Parque remete claramente para a problemática da moradia”. (METROPLAN,1999). Quando perguntados sobre zoneamento, fazem referência às áreas de risco, aos moradores utilizando áreas impróprias para moradia (à beira de banhados por exemplo). A preocupação passa a ser quais as áreas mais próprias para ocupação, locais onde se pode ou não se pode morar.

Ao contrário dos moradores com menor tempo de moradia nos limites do Parque, os depoimentos dos entrevistados que residem em um tempo maior nas ilhas do Delta (Tabela 1) revelam que “os moradores mais antigos,

nascidos e criados nas ilhas, há uma forte identificação pessoal com o ambiente, com o rio. O indivíduo “ilhéu” reivindica um caráter diferenciado, autóctone e temporal de pertencimento e de cuidado com a natureza das ilhas frente a outra categoria de moradores, considerados por esses como “invasores”, ou seja, os que residem nas ilhas a menos tempo e que mantêm com o ambiente uma relação menos enraizada e exclusivamente pautada na necessidade e um local para trabalho e habitação. Também incluem como invasores as grandes casas de veraneio e os sítios, localizados à beira das praias que, com seus grandes muros e grades, restringiu o acesso direto aos rios e canais em alguns pontos, e são considerados igualmente responsáveis por grande parte da degradação ambiental e da transformação da paisagem presente hoje nas ilhas.” (METROPLAN, 1999a, p.11)

A questão da territorialidade e da problemática ambiental do Parque é algo que não está explícito na percepção para grande parte dos moradores (incluem-se nesse percentual aqueles que residem em intervalo de tempo inferior a dez anos). Eles sabem que ele existe, mas o desconhecem na prática pela sua condição no lugar como ocupantes “ocasionais” para quem percebe de fora. Para eles, entretanto, é uma ocupação “permanente” como necessidade social. Ao que parece, estão ocupando-o como fariam em qualquer outro lugar aparentemente “disponível” no meio urbano, considerado pelos entrevistados como áreas aparentemente abandonadas, assim como eles vêem o PEDJ⁵. O desconhecimento não se refere ao PEDJ em si, mas a qualquer outra paisagem que estivesse sendo ocupada e que fosse uma Unidade de Conservação. A lógica da problemática ambiental somente será considerada como fator relevante quando ameaçar a sua sobrevivência enquanto moradia. Nesse caso, a preservação ambiental para esses moradores é um problema e não uma solução.

⁵ Nota: A percepção de abandono no PEDJ que aparece na fala dos entrevistados não está totalmente equivocada se considerarmos que se passou um longo período entre o ano de criação do PEDJ e a atualidade, cuja morosidade para solucionar as questões fundiárias e para a efetivação de um plano de planejamento provocou a situação em que se encontra hoje o Parque. Além da maior complexidade pelo aumento do número de moradores, o poder público está frente à obrigatoriedade de alterar a sua categoria de Parque em decorrência da vigência do novo Sistema Nacional de Unidades de Conservação que não prevê ocupação humana em áreas de Parque.

Conforme observação do grupo técnico que elaborou a pesquisa, cada uma das categorias de moradores reivindica direitos quanto à manutenção de seu modo de vida e prioriza a sua própria reprodução social frente às demandas gerais para a conservação da natureza.

Entre os problemas ambientais do Parque apontados por esse segmento de entrevistados estão:

- drenagem dos banhados;
- aterros clandestinos de lixo;
- criação de porcos alimentados com lixo hospitalar;
- falta de água potável;
- queima de lixo nas ruas;
- risco de enchentes;
- uso de agrotóxicos;
- falta de uma pracinha;
- ausência de um posto de saúde;
- lixo no rio;
- desemprego.

Como sugestões para resolução dos seus problemas esse segmento destaca os seguintes itens:

- preservar o banhado e fiscalizar;
- parceria com o estado;
- melhorar imagem das ilhas (“a maioria aqui é trabalhador”);
- aterros para casas (como na cidade verde, no município de Eldorado do Sul);
- implantação de indústrias não poluentes;
- creches e colégio;
- policiamento;
- participação das decisões futuras sobre o Parque;
- aumento do trabalho com o lixo.

A partir dessas sugestões e argumentações oferecidas pelos moradores, trago à lembrança Santos:

“a cultura popular tem raízes na terra em que vive, simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e de ali obter a continuidade, através da mudança. Seu quadro e seu limite são as relações profundas que se estabelecem entre o homem e o seu meio, mas seu alcance é o mundo”.(Santos,1997, p.262)

As culturas que se criam nos grandes centros urbanos e diferem de sub-espço para sub-espço (de acordo com a condição socioeconômica) são o resultado da formação de uma massa de populações que possuem suas identidades pelas relações de proximidade, originando mecanismos e possibilidades que se estruturam no lugar a partir de vivências de comunicação e proximidades. Pelas sugestões que são apresentadas, observamos que esses moradores estão procurando criar laços mais sólidos de identidade com o seu local de moradia indicando soluções que viabilizariam esse interesse. Observamos, assim, que não há a intencionalidade de deixar esse lugar de moradia e, para eles, a representação do Parque como uma UC está longe do imaginário real, não faz parte da sua concretude. O real é a permanência e a busca da melhoria da qualidade de vida com implantação de um aparelhamento urbano, assim como já existe em outros locais do Parque como na Ilha da Pintada e em Eldorado do Sul. Para esse grupo, a definição de um novo zoneamento passa pela sua permanência como residência fixa – daí o interesse em participar nas decisões futuras do Parque –, tanto é assim que destacam a necessidade de policiamento, de escolas, de maior disponibilidade de trabalho, entre outros. Essa é a situação real que vive a maior parte da população do Parque. Os relatos demonstram que a indicação de algumas das soluções está naquilo que se considera discutível enquanto espaço geográfico a ser preservado (aumento da atividade do lixo e aterros para as casas). Essas são algumas das contradições que encontramos no lugar.

Mesmo convivendo em um meio urbano com pequena (ou nenhuma) inserção no contexto socioeconômico e político da cidade, com suas carências

de consumo material e imaterial reflexo de uma *lógica social* excludente, existe uma *lógica criativa* na tentativa de inserir-se como participantes do cotidiano do total da cidade, pois gostariam de ver mudada a sua própria imagem para o restante dos habitantes da cidade – “a maioria aqui é trabalhador”.

Trazemos a lembrança que a possibilidade de retirada de moradores em decorrência da nova legislação do SNUC não contempla o grupo de moradores com suas casas de final de semana. Essas áreas foram delimitadas para serem retiradas da área total do Parque na proposta de redefinição dos seus limites (já descrita no capítulo dois). Esse grupo de ocupantes com suas residências de lazer são sabedores dos impactos ambientais que causaram ao ambiente já que as suas casas foram, muito provavelmente, projetadas por especialistas da área de engenharia, responsáveis técnicos pelas alterações ambientais através da retirada da vegetação nativa ou pela construção de muros na margem dos cursos d'água.

Então, a satisfação imediata das necessidades individuais, consciente ou inconscientemente, é anterior ao uso coletivo do lugar. A apropriação do lugar independente do tipo de agrupamento que se forma, está além do sentido da preservação. Sabedores ou não dessa realidade, o lugar é visto como uma opção que difere do imaginário daqueles que vêm no lugar a possibilidade de uso coletivo enquanto espaço geográfico, cuja finalidade está voltada para a preservação como um ecossistema relevante pela sua complexidade.

O conflito entre o real e o imaginário está configurado pelas percepções dos ocupantes desse lugar. O real vem representado pelas ocupações do lugar através do uso de objetos técnicos criados pelas necessidades dos usos e o imaginário vivido pela externalidade do lugar, isto é, pelo componente técnico e político das instituições que vem trabalhando no sentido da preservação dessa “paisagem natural”⁶, paisagem essa que já está carregada de intencionalidades e ações desde as primeiras ocupações até os dias de hoje.

⁶ A citação entre aspas tem como finalidade chamar a atenção para o fato de que a paisagem natural não possui mais as características enquanto natureza com seus atributos exclusivamente próprios, mas, sim, uma paisagem que conserva ainda grande parte desses atributos embora tenha sofrido sensíveis alterações em decorrência das ocupações antrópicas.

No dizer de Santos

“No lugar cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade”.
(Santos,1997,p.258)

2. Associações Comunitárias

De acordo com a equipe técnica, foi verificada a existência de várias entidades representativas, criadas, na sua maioria, como forma de defesa de interesses próprios. Segundo os depoimentos registrados no Relatório, “as entidades são criadas como forma de interesses privados, especialmente os relativos à projeção político partidária e para resolver questões pontuais”. (METROPLAN, Relatório de Pesquisa Qualitativa, p.13) Os entrevistados queixaram-se de uma falta de unidade entre elas e de um trabalho coletivo mais efetivo.

Essas entidades se sobrepõem umas às outras e não foram criadas nem organizadas em função da preservação e/ou conservação ambiental. Essa preocupação está em segundo plano e, às vezes, é um entrave às soluções por eles consideradas apropriadas para a resolução das demandas locais; estão voltadas para a problemática social e muitas delas apresentam um posicionamento assistencialista frente à população, descrito através do depoimento da entrevista descrita abaixo:

“Os motivos que mobilizaram a criação da associação foi pela necessidade. Como qualquer outro bairro a gente tem que ter uma associação. Porque através de uma associação a gente chega mais fácil aos órgãos do governo para ver a necessidade do teu bairro que é nosso objetivo. A AMBA surgiu em 1974. ... Ela teve algumas paradas no caminho e agora estava parada há dois anos, a gente

reativou agora a associação, no final do ano passado, fez uma nova diretoria e botou a AMBA a funcionar de novo. A ilha fica distante de Porto Alegre e devido a este tipo de distância (a distância administrativa) porque lá fica mais perto dos órgão do governo, aqui a gente tem mais dificuldade” (Entrevista nº10) (METROPLAN, 1999, p.14)

“O meio ambiente é definido entre as entidades comunitárias como um espaço de convívio humano com os elementos da natureza. Essa inclusão direta do elemento humano na definição de meio ambiente, acionada pelos representantes das entidades, como por exemplo: “...fauna, flora e moradores”; “há espaço para o homem e o meio ambiente” demonstra um discurso politizado sobre a preservação do meio ambiente, que articula necessariamente a presença de moradores como elemento condicionante à conservação da natureza.” (METROPLAN,1999,p.14)

“Por meio ambiente nós poderíamos entender a correlação ou inter-relação com os elementos naturais, no caso ali a vegetação, a água, a terra, né ... essa inter-relação aí que nós entendemos por meio-ambiente...” (Entrevista nº1) (METROPLAN, 1999 p.14)

Esse depoimento retrata como esse segmento vê o Parque, destacando a inter-relação entre os seus elementos naturais, conceito que demonstra a subjetividade do conceito – indireto – para os elementos naturais, conceito retratado através da integração entre eles. Porém, ao que parece, o meio ambiente está exposto através da sua externalidade, uma percepção que demonstra uma existência frágil do caráter particular e social do meio ambiente para esses indivíduos. O vínculo entre homem e natureza está retratado de forma tênue – “espaço para homem e meio ambiente” – e provavelmente essa ligação não esteja claramente expressa porque os seus participantes não interagem com o meio ambiente como forma de trabalho ou através de um elo afetivo. Se esse grupo social dependesse do seu meio ambiente para a sua sobrevivência ou que estivesse nesse local por uma escolha e não por condição, o depoimento provavelmente teria outra conotação. Ao que parece, esse conceito de meio ambiente está mais para *espaço* – no sentido das relações conceituais e indiretas – do que de *lugar* – relações diretas e íntimas.

Esse segmento demonstra um relativo conhecimento sobre o Parque e a existência de um plano de manejo. “O Parque identificado como uma área de preservação do rio Jacuí, das ilhas, parte do continente, da vegetação nativa e como área de lazer para o conjunto da cidade. A sua função ecológica também é conhecida: dispersão das águas em momentos de cheias, preservação da fauna e flora”. (METROPLAN, p.14)

Assim como os moradores, a questão ambiental é relevante mas o principal objetivo é a articulação entre preservação e as atividades desenvolvidas pelos moradores do Parque – na sua maioria os moradores desenvolvem atividades econômicas no setor terciário no interior e fora dos seus limites em diversos ramos de atividades, como por exemplo, na Ilha Grande dos Marinheiros, 30,4% da população ocupada está no setor terciário, 1,9% no setor secundário e 1,2% no setor primário. (Pró-Guaíba, Beck de Souza, 1999, p.85). Essa articulação parece fragilizada em vista de que as atividades desenvolvidas pelos moradores não dependem desse meio ambiente, a exceção para os moradores da Ilha da Pintada que tem na pesca uma das principais atividades econômicas. Para as atividades ligadas ao lixo, a “matéria-prima” tem procedência em Porto Alegre. Esse argumento parece não convencer na busca de justificativas de manutenção de parte dessa população no interior dos limites do Parque.

Quanto à fiscalização entendem que a mesma deve incidir sobre todos os segmentos do Parque:

“(…) Que lei é essa que nós temos? O rico chega lá derruba tudo e constrói e nós não podemos cortar um maricá pra uma vaca comer. Isso existe uma desproporção anormal eu acho. Eles plantam ta certo, é verdade, replantam; mas se chegasse pra nós e disser que temos que replantar, nós replantaríamos... mas nós não recebemos a licença eles recebem. Ou recebe ou faz “na marra” e fica por isso mesmo, quer dizer, que país é esse? Por que eles tem direito e nós não temos?” (Entrevista nº 18) (METROPLAN, 1999a, P.15)

O depoimento acima retrata as diferenças sociais no interior do Parque, demonstrando que esse ambiente, além dos problemas da preservação que resultaram em uma série de estudos, de projetos, de planos técnicos voltados a um melhor entendimento na perspectiva sócio-ambiental, ainda apresenta uma questão mais grave: a discriminação social. Os “melhores locais” (do ponto de vista de moradia e/ou lazer) do Parque que foram escolhidos pelos ocupantes para as suas casas de lazer são justamente aqueles nos diques marginais, nas bordas das ilhas, em locais mais elevados e com uma visibilidade excelente para os cursos d’água. Ao ocuparem esses locais, promoveram tantas alterações quanto os demais ocupantes, porém com infra-estrutura para isso. Já a população mais carente, a qual foi ocupando aleatoriamente os seus limites, está situada em áreas consideradas de risco, no interior – nas bacias de decantação – ou nas margens dos rios e sujeitos às inundações. Tanto um segmento quanto outro promoveu alterações; os que possuem melhores condições de infra-estrutura foram mal assessorados (ou não) e alteraram sabendo o que estavam fazendo, já a parcela da população mais humilde realizou as mudanças e, na maioria dos casos, ignoravam o que estavam fazendo ou faziam por não haver outra opção.

Entre os principais problemas ambientais no Parque, citados pelas associações entrevistadas, estão falta de infra-estrutura urbana, falta de trabalho, educação e moradia, clientelismo sobre as licenças para os aterros e os desmatamentos, obtidos pelos proprietários de sítios e para as regiões mais favorecidas economicamente, aumento crescente da população favelada, pessoal localizado em área de risco, remoção do galpão do lixo da ilha da Pintada, interdição do cemitério pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, falta de água encanada e esgoto na ilha do Pavão, ligações clandestinas de água e luz na Ilha Grande dos Marinheiros e do Pavão, invasão ribeirinha, falta de pasto para o campo e criação de gado na Picada Norte, reflorestamento sem orientação, lixo jogado ao rio e falta de um posto de patrulha ambiental nas ilhas. De acordo com os problemas ambientais apontados pelas associações comunitárias e as suas percepções sobre essa problemática, percebe-se claramente que a noção de preservação ambiental está relacionada à ecologia social. Para esse segmento, a resolução das

questões ambientais passa pela melhoria da qualidade de vida dos moradores do PEDJ.

“As entidades comunitárias trazem para o debate sobre o novo plano de manejo do Parque a perspectiva do envolvimento real da comunidade, através das associações de moradores, nas decisões sobre seu gerenciamento, como única forma de equalizar a gama de interesses que cercam o Parque e as possíveis soluções para cada problema por elas levantadas.” (METROPLAN, 1999a, p.16)

Observa-se, nesse segmento entrevistado, uma forma de abordagem mais “politizada” ficando, talvez, mais claro o interesse na disputa de poder pelos domínios das paisagens do Delta do Jacuí quanto à posse das áreas já ocupadas. Constituíram-se em formas materiais de organização voltadas a interesses específicos, sobretudo aos problemas sociais de moradia e condições de infra-estrutura. Ao que parece, a preservação não é de interesse prioritário – materializada por uma série de contradições nas entrevistas, como por exemplo, sugerem a liberação da derrubada de maricás para a atividade de pecuária e, ao mesmo tempo, demonstram o interesse para o plantio de espécies nativas – e as reivindicações desse segmento são semelhantes às de qualquer outro lugar com esse tipo de ocupação, isto é, marcado pela falta de uma regularização fundiária.

3. Prefeitura Municipal de Eldorado do Sul

As entrevistas realizaram-se com o Secretário da Saúde e do Meio Ambiente e com técnicos da Secretaria de Planejamento do município.

Apontam limitações em atuar como co-responsável pelas áreas de Parque contidas nos seus limites territoriais devido à falta de recursos e a não vinculação com o Pró-Guaíba – Programa para o desenvolvimento racional, recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba. Eldorado do Sul é um município novo, desmembrado do município de Guaíba em 1988. Na época da criação do Parque em 1976 essa área correspondia a um distrito de Guaíba.

“Na Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente a prioridade inicial foi de resolver os problemas de saúde emergenciais, enquanto que as ações ligadas ao meio ambiente aguardam uma estruturação da Secretaria.” (METROPLAN,1999, p.22)

Observa-se que, para esse segmento, meio ambiente e saúde estão desvinculados. Também aqui, como nos demais segmentos entrevistados, as necessidades mais emergenciais são prioritárias – infra-estrutura urbana – e o ambiente natural é visto pela sua externalidade, não imediato e não prioritário.

Reconhecem a existência do Parque, mas se confundiram quanto à sua dimensão. Responsabilizam a FZB e a METROPLAN pela indeterminação dos limites do Parque, uma vez que o Plano Básico foi feito sem precisão, pois já havia zonas urbanizadas anteriores ao Parque, como no caso da Pintada e da Picada, que já existiam antes do PLANDEL. “O PLANDEL, na perspectiva desse município, surge como um ônus, pois não há auxílio para implementação do Parque, nem do Estado nem do Pró-Guaíba.”

O loteamento Cidade Verde, localizado no interior dos limites do Parque, não é considerado como um problema a ser resolvido, cuja justificativa está no fato de que tanto o Parque como esse loteamento é uma herança político-administrativa do município de Guaíba:

“A Cidade Verde está toda dentro do Parque. É uma zona urbana sem vínculo com o Parque. Não consideramos aqueles loteamentos como Parque... Nós herdamos uma cidade implantada”.
(Entrevista nº 17)

Com esses depoimentos demonstram desconhecimento sobre o PLANDEL e as zonas que foram propostas em 1979 pela equipe que o coordenou, pois já naquele momento foi criada a Zona de Ocupação Urbana na Ilha da Pintada pois se tratava de um núcleo urbano estruturado na época de criação do Parque em 1976. Nos planos de manejo sugeridos mais adiante pela SEMA, em cuja proposta havia o interesse em retirar do Parque essas

áreas mencionadas, a justificativa também baseava-se na prerrogativa de que se tratavam de núcleos já estabelecidos.

As sugestões mais citadas por esse segmento foram busca de subsídios para a questão ambiental (pessoal concursado e qualificado), limitação ao desmatamento e a construção irregular (através da fiscalização ambiental e de obras), implantação de indústrias não poluidoras (como as de alta tecnologia) e a elaboração de um programa de saneamento dialogado com o município.

Através dos dados levantados pela pesquisa da METROPLAN (1999), que demonstrou as percepções por segmentos, ficou evidenciado que a problemática considerada mais urgente para a busca de soluções ficou por conta das questões sociais e econômicas no intuito de resolver as suas necessidades mais básicas – saúde, emprego, educação, fiscalização, infraestrutura urbana. Levando em consideração o tipo de comunidade que está ocupando os limites do Parque, caracterizadas por uma situação irregular, os depoimentos demonstram uma coerência. Assim, podemos interpretar todas as percepções por diferentes ângulos – o sociológico, o político, a ambiental e o afetivo. Cada uma dessas análises possui um instrumento valioso de interpretação. Porém, centralizo essa análise sob o ponto de vista ambiental.

Pelos depoimentos dos entrevistados, a ecologia ambiental é também uma ecologia social. O estudo das percepções demonstra que passa pelo imaginário dos segmentos que a preservação ambiental requer cuidados com a higiene, com a implantação de infra-estrutura urbana, com a saúde para todos, a inter-relação com os elementos naturais, com a melhor qualidade de vida, com a melhor qualidade ambiental, com a preservação do meio ambiente, com a preservação da condição humana e dos animais. São aspectos qualitativos ou pessoais atribuídos ao significado de meio ambiente para o Delta do Jacuí.

Na paisagem vivida – a do lugar –, as percepções ambientais diferem daquelas da formalidade científica e técnica – a do espaço geográfico. São, portanto, duas realidades distintas. A primeira percebe o meio ambiente como razão de sobrevivência, embora muitas vezes reconheça a beleza do lugar,

mas é contraditória pelas propostas de equacionamento dos problemas do Parque. Quando emitem um julgamento ou um parecer sobre ele, não se vêem fora dele, propõem soluções que melhorem a sua condição de vida, mesmo que essa solução represente uma alteração no ambiente natural – aterros e corte de espécies para pasto por exemplo. A segunda, percebe o meio ambiente pelas suas qualidades naturais, razão que justifica a preservação da paisagem do Delta do Jacuí. Porém, vem sendo posta em prática muito lentamente, motivada por questões políticas e administrativas que dificultam e atrasam o trabalho técnico. As conseqüências da lentidão das políticas públicas motivaram toda a complexidade existente atualmente nessa paisagem. O que demonstra, portanto, que não basta apenas termos uma percepção idealizada de uma paisagem se não houver uma mudança de paradigma político e ambiental que efetivamente transforme essa discussão em algo real e com a seriedade merecida. Estão postas frente a frente duas realidades distintas e com objetivos também diferentes, uma situação que se prolonga por vários anos e que trouxe conseqüências sociais e ambientais graves. Os maiores prejuízos ficaram com a população, que foi gradativamente aumentando, e com a paisagem natural do Delta do Jacuí, que foi gradativamente diminuindo. Esse é o conflito que se materializou nesse espaço geográfico e que repercutiu gravemente no lugar através das transformações sócio-ambientais.

Outra questão que merece ser destacada – e quem sabe uma interrogação – é o fato de que se nos limites do Delta tivéssemos somente moradores tradicionais interagindo com o espaço, tirando daí a sua sobrevivência, as percepções acerca do lugar seriam, provavelmente, diversas dos atuais moradores. O vínculo com o lugar difere de acordo o tipo de ocupação e a percepção sobre ele. Os atuais moradores possuem, na sua maioria, pouco tempo de residência e estão ocupando esse espaço pela falta de uma outra opção de moradia. “A percepção do lugar passa também pela interação da experiência individual. É dessa forma que a pessoa vivencia a paisagem e apreende seu conteúdo subjetiva e afetivamente. Os significados do mundo vivido não são absolutamente óbvios e não se apresentam por si mesmos: têm de ser descobertos.” (MACHADO,1996, p.107) Por isso, as

ações sobre o lugar, desencadeadas pelos moradores, têm sido problemáticas sob o ponto de vista da preservação.

A percepção do morador vem da sua vivência com o lugar. Essas experiências podem ser enriquecidas a partir de descrições subjetivas, demonstrando que a relação homem e natureza pode ser explorada para que esse ocupante sinta-se também como integrante da natureza. Quando falar em saúde, preocupe-se também com a saúde do seu meio ambiente e as relações entre as duas. Assim como cuida do seu corpo, também irá cuidar do seu ambiente. Fiscaliza o corpo e o ambiente. Conhece o corpo e o ambiente. Gosta do corpo e do ambiente. Um como espelho do outro. Um refletindo no outro. “Ao mesmo tempo em que conhecemos o mundo exterior, desenvolvemos sentimentos em relação a ele. Embora inerente, a vida afetiva e a vida cognitiva são distintas.” (MACHADO, 1996, p.117)

Outro aspecto interessante de ser abordado é quanto à fiscalização. Essa atribuição foi deslocada para o IBAMA, FZB, DNER, Marinha, Associação de Moradores, Pró-Guaíba, FEPAM, Prefeitura de Porto Alegre. Pela fala dos ocupantes, a responsabilidade dos cuidados com o ambiente é algo externo a eles, estes não se incluem nessa tarefa. Novamente cabe outra observação, isto é, a fragilidade do vínculo com o lugar. Se esses grupos tivessem outro tipo de relação com o seu meio ambiente certamente sentiriam-se comprometidos nos cuidados com o lugar. Vejo esse fato como um alerta para necessidade de um trabalho sistemático com os moradores quando da constituição de um plano de manejo para a APA do Delta do Jacuí e na constituição do Parque. Como essa situação será pouco alterada, isto é, os moradores continuarão no entorno do Parque, ficam alguns questionamentos: será que as ocupações em direção ao interior do parque vão cessar, ou como será essa fiscalização após a constituição da A PA e do Parque?

No dizer de Guattari, as relações da humanidade com o social (ecologia social), com a psique (ecologia mental) e com a natureza (ecologia ambiental) tendem, com efeito, a se deteriorar cada vez mais, não só em razão de nocividades e poluições objetivas, mas também pela existência de fato de um

desconhecimento e de uma passividade fatalista dos indivíduos e dos poderes com relação a essas questões consideradas em seu conjunto. (GUATTARI, 1991, p.23)

Então, vários questionamentos podem surgir a partir de uma análise cuja metodologia leve em conta as percepções, as subjetividades demonstradas pelos indivíduos ao interagirem com o seu meio ambiente. E, com tantas possibilidades, podemos optar por aquela que julgamos mais conveniente, e nesse caso, atribuo a busca de uma relação entre homem e natureza voltada a três dimensões a que se refere Guattari, com uma visão holística do espaço geográfico, considerando as suas subjetividades, sem “endeusar” um dos três enfoques em relação aos demais. Compartilho a sua idéia de que “o que está em questão é a maneira de viver daqui em diante sobre esse planeta, no contexto da aceleração das mutações técnico-científicas e do considerável crescimento demográfico”. (GUATTARI, 1991, p. 8)

Portanto, as questões do lugar não estão apenas centradas na sua individualidade, mas na totalidade de fenômenos que se inter-relacionam. O que está em jogo na questão ambiental também diz respeito ao social e aos sentimentos dos indivíduos que compõem o seu cenário. As marcas do presente tornam-se cicatrizes no tecido do futuro. A ilusão de que transformamos decisões imediatas em realidades sacramentadas podem trazer prejuízos para os atores que compõem o lugar e para o ecossistema natural.

No Delta do Jacuí, o adensamento populacional e as proximidades criaram identidades individuais e sentimentos de solidariedade. O plano de manejo a ser criado a partir da constituição da APA e na implantação do Parque, deve levar em conta que não podemos criar expectativas de que soluções individuais possam trazer benefícios à comunidade como um todo. Podemos hoje orientar um plano de manejo que contemple as comunidades locais que se constituíram através das suas territorialidades recentes, mas como planejar o futuro desses espaços levando em conta que se inclui em um espaço urbano em crescente mutação? Somente teremos as garantidas políticas, sociais ou culturais, de que esses atores trabalharão em conjunto

com o ecossistema quando eles próprios forem preparados para tal finalidade, sobretudo quando partimos do pressuposto de que a comunidade integrante ignora as potencialidades naturais desse ambiente e vem resolvendo suas necessidades materiais e imateriais ao seu modo, refletindo sua cultura e vivências. Então, nesse caso, não podemos mais nos dissociar para o que Guattari alerta, isto é, tratar dessa Unidade de Conservação no âmbito da ecologia natural, mas também nos remetendo às subjetividades dos grupos sociais e de uma ecologia social. Assim cabe traçar objetivos que considerem as questões políticas, sociais e culturais.

O estudo das percepções dos agentes atuantes e transformadores do lugar referente ao Parque Estadual Delta do Jacuí tornou-se, portanto, um instrumento para se visualizar as impressões mentais subjetivas sobre a sua ecologia social e mental, um novo olhar para esse meio natural e social como uma paisagem e com as suas territorialidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da década de 1970, através da ampliação das discussões acerca das questões ambientais mundiais, passou a ser um consenso a premissa de que a forma de viver no “aqui e no agora” terá reflexos nas gerações futuras. Desta forma, acredita-se que as gerações atuais e futuras dependem de como as sociedades atuais ordenam as suas políticas públicas e privadas no tocante às questões ambientais, sejam elas envolvendo o meio urbano-industrial ou o meio rural.

As atuais políticas mundiais da sociedade contemporânea têm demonstrado uma nítida separação entre as questões sócio-ambientais e os interesses em relação à exploração dos recursos naturais, estes cada vez mais escassos em decorrência desse quadro. Além da escassez e do mau uso dos recursos, as formas de apropriação e do avanço sobre os espaços naturais são realidades que se materializaram ao longo do século XX. As florestas tropicais tiveram uma sensível redução, aumentaram os processos de desertificação em várias áreas do planeta, a água tornou-se um bem cada vez mais escasso, as condições atmosféricas apresentam problemas locais e globais e os solos agriculturáveis têm se esgotado rapidamente. Presenciamos, através das redes globais de comunicação, desastres ecológicos irreversíveis, catástrofes envolvendo populações urbanas e a expansão das ocupações sobre áreas nativas com fins lucrativos, pouco ou nada voltados a atender às necessidades sociais. Somada a essa realidade, verifica-se o aumento desmesurado da população mundial, a expansão das áreas urbanas em todo o mundo (especialmente nos países periféricos da América Latina, da África e da Ásia), o aumento da relação de dependência das fontes de energia não-renováveis, as perdas de solos pelas inadequadas formas de usos, o esgotamento dos recursos naturais, entre outros. Como conseqüência, as relações entre o controle e os usos dos recursos naturais – locais ou globais – estão cada vez mais fragilizados. Além disso, a problemática ambiental passa também por outras questões como a miséria e a fome, que atinge milhares de cidadãos em todo o mundo, e como as grandes epidemias, a AIDS, etc.

Essa realidade social e ambiental que se configurou ao longo do século XX e, ao que parece, tem marcado os primeiros momentos do século XXI, poderá vislumbrar mudanças nas diferentes escalas do espaço geográfico, tanto na local quanto na global, a partir de uma nova concepção de sociedade com outros paradigmas ideológicos.

Assim, este estudo trouxe para a discussão várias abordagens do fazer geográfico tendo como temática a questão ambiental envolvendo uma Unidade de Conservação: o Parque Estadual Delta do Jacuí. Utilizou-se esse cenário vivo, com suas contradições e suas complexidades, tendo como proposta metodológica trabalhar com a percepção dos seus atores sociais, para verificar os conflitos territoriais existentes (associados à atual legislação sobre Unidades de Conservação) e, como consequência, as dificuldades encontradas na busca de soluções desses conflitos para a efetivação dessa Unidade de Conservação, um importante remanescente natural localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Através da pesquisa com os dados referentes ao Parque, constatamos que, apesar da grande quantidade de dados pesquisados, os quais trouxeram um detalhamento das condições socioeconômicas dos moradores e, além disso, demonstraram a riqueza da flora e da fauna dessa paisagem bem como a sua função natural para o ecossistema regional, tudo isso pouco contribuiu para a mobilização dos órgãos públicos na busca de soluções para essa Unidade de Conservação. A aparente lentidão na busca de soluções e o reduzido comprometimento social e ambiental com os atores envolvidos nessa paisagem, além de demonstrar uma fragilidade da administração com os gastos públicos, provocaram consequências de difícil solução pelo número de pessoas hoje envolvidas e pelos interesses que se sobrepõem às reais necessidades de todo o conjunto do PEDJ. Vale lembrar que, entre o tempo de criação do PEDJ até os dias de hoje, passaram-se quase trinta anos, um longo período de trabalho técnico, mas com resultados pouco expressivos.

O Parque demonstra, indiscutivelmente, que a sua paisagem natural deve ser preservada devido às potencialidades não apenas da flora e da

fauna, como também pelas funções do controle hídrico das cheias do Lago Guaíba. Embora sabedores de que essa natureza foi humanizada, mas considerando que possui várias funções no ecossistema regional em que está inserido, se as alterações verificadas atualmente continuarem ocorrendo nessa ou em escala maior, haverá um drástico comprometimento da ecologia do ambiente: a redução da fauna e da flora, o comprometimento na qualidade das águas, as alterações na sua morfogênese, a ausência de proteção contra cheias e da promoção da estabilidade climática da região.

Além dos itens arrolados acima, faz-se necessário também considerar outros elementos que compõem a subjetividade desse espaço geográfico, isto é, a sua simbologia aos ocupantes das cidades em torno dele. O encantamento dessa paisagem está, também, na percepção dos cidadãos, sobretudo dos porto-alegrenses, que sempre tiveram um olhar sobre as águas do Guaíba e o conjunto do cenário, cuja paisagem mostra, ao fundo, as ilhas do Delta do Jacuí. O conjunto natural emoldurado pelas águas do Delta do Jacuí e do Guaíba já foi tema para vários poetas, inspirados no pôr-do-sol do Guaíba e nos seus encantos naturais. Será que não merecemos, nós e os moradores futuros das cidades ao redor do Delta, continuar com esse cartão postal vivo nos nossos olhares? Acrescido a isso esse é um excelente local para execução de programas de educação ambiental e de pesquisa científica.

Esses encantos do e pelo lugar também fazem parte da vivência no aqui e no agora como uma representação da história do espaço geográfico dessa porção do estado do Rio Grande do Sul. É uma forma de “expressão da arte” natural oferecida pela ecologia do lugar. O Delta do Jacuí pertence à familiaridade dos cidadãos que vivem no seu entorno, assim como outros monumentos naturais da Região Metropolitana de Porto Alegre. O Parque corresponde a um dos componentes do conjunto patrimonial da RMPA, possuindo, portanto, a materialização de um pertencimento coletivo. Corresponde, assim, a uma forma de se manter viva a história de um grupo social através dos tempos, que convive e conviveu com esse espetáculo natural.

Através da análise, envolvendo o estudo da sua paisagem, das suas territorialidades – e os seus conflitos – e do lugar, ficou demonstrada a complexidade dessa temática e, por isso, conflitante em razão das peculiaridades do lugar, cuja origem nos remete aos tipos de ocupações verificados no interior do Parque antes e após a sua criação em 1976. A complexidade ambiental criada a partir da expansão antrópica sobre os domínios da natureza – sobretudo quando envolve uma Unidade de Conservação –, nesse caso ou em outro qualquer, tem desencadeado uma série de estudos e medidas procurando chegar a um denominador comum sobre os usos dessas paisagens. Além disso, os conflitos que envolvem o PEDJ incluem vários segmentos com interesses divergentes: o dos moradores, o dos ambientalistas e o do poder público. Por isso, essa análise possibilita algumas considerações: os conflitos existentes na relação homem e natureza possuem sua origem nas diferentes demandas existentes, isto é, dos moradores, que desejam sua permanência e a melhorias da qualidade de vida, a dos ambientalistas, que têm lutado pela preservação da natureza – pelas características naturais de relevante valor – e o do poder público na adequação de um plano de manejo que (re) oriente esse espaço geográfico de acordo com propostas de usos, mas que necessita resolver as questões sociais. Esses conflitos, materializados no lugar – que acabaram por refletir no espaço geográfico como um todo –, desencadeiam e desencadearam dificuldades na implantação efetiva dessa Unidade de Conservação e a mobilização para a construção de um plano de manejo. O grau de dificuldades em resolver esses conflitos tornou-se maior devido à obrigatoriedade da adequação dessa Unidade de Conservação pelo novo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que não admite a permanência de população em área de Parque.

Ao longo do tempo, observamos que novas interferências espaciais ocorreram e ocorrem no transcurso dessa Unidade de Conservação devido a essa realidade. Estabeleceram-se vários conflitos de poder envolvendo os vários segmentos ligados ao Parque e à formação de uma complexidade crescente pelas variáveis que foram surgindo em decorrência do crescimento do interesse por esse espaço geográfico. Por isso, o consenso em resolver

essa problemática desencadeou várias propostas: criação de uma Área de Preservação Ambiental – APA - e de uma Reserva Biológica e a criação de uma APA e de um Parque. Essas foram as estratégias encontradas para a busca na resolução dos conflitos territoriais aí existentes.

No tocante ao Delta do Jacuí, através dos relatos da percepção dos moradores e de associações comunitárias, torna-se visível que o trabalho com as comunidades é uma necessidade urgente. A falta de uma perspectiva mais imediata para essa população que mora e vive precariamente resulta em um desconhecimento da importância do seu ambiente como área de preservação. Para essas comunidades, essa condição não faz parte da sua situação no lugar. Na atual condição desses moradores, qual é o ambiente que eles conhecem? O do lixo, o da falta de esgotos, o da inexistência de postos de saúde, o do desemprego, entre outros. As condições sociais econômicas das comunidades que vivem em grande parte do Parque – Ilha Grande dos Marinheiros, Ilha das Flores e Ilha do Pavão – correspondem a uma situação comum nos grandes centros urbanos que presenciaram um rápido crescimento populacional e de forma desordenada. Esse sub-espço da cidade é, portanto, o resultado de uma lógica social excludente, que marginaliza parte da população que vive em condições de precariedade material e imaterial. Para esse grupo social a natureza é vista como uma forma de garantir o direito de moradia, não vendo nela senão uma forma objetiva do morar. Para a satisfação dessa condição, atribuem valores subjetivos ao lugar que não correspondem àqueles pensados pelos ambientalistas. Não é uma questão apenas de desconhecimento, mas a condição de que a subjetividade da natureza, com os seus atributos e importância, não fazem parte do imaginário dessa comunidade, pelo menos da forma como os ambientalistas a concebem.

O estudo qualitativo, utilizando a percepção, demonstrou que os indivíduos que ocupam o espaço geográfico do Delta do Jacuí constituem-se em ocupantes, que estão aí instalados como poderiam estar em qualquer outro lugar que fosse disponível para a sua moradia. Por isso, as propostas para conservação do meio ambiente, os problemas ambientais e as expectativas futuras em relação ao Parque Estadual Delta do Jacuí estarem ligadas à

carência de infra-estrutura. A percepção do lugar está centrada nas suas necessidades mais básicas: o da moradia com qualidade. É possível perceber nas suas descrições que a conexão com o lugar – defendido como necessário para a preservação – é frágil em decorrência das propostas defendidas pelos moradores, pelas associações comunitárias e pelos representantes da Prefeitura Municipal de Eldorado do Sul. O desconhecimento do lugar como espaço geográfico demonstra um vínculo pouco expressivo para esses três segmentos; ao contrário do ilhéu – assim considerado por residir mais tempo no Delta do Jacuí e parte deles sobreviver da pesca, na Ilha da Pintada – que percebe no ambiente a possibilidade de conservação. Convém lembrar que a porção da Ilha da Pintada, relativa aos moradores nativos, já havia sido contemplada pelo PLANDEL no Zoneamento proposto em 1979, que considerou parte da Ilha como Zona Urbana.

Assim, a paisagem natural a ser protegida parece ser uma preocupação apenas para os que olham externamente o Delta do Jacuí como espaço geográfico, que o percebem pelas suas qualidades naturais. Esse objetivo tem sido perseguido pelos ambientalistas e pelos técnicos das Secretarias do Estado, que reconhecem também os direitos sociais dos atuais ocupantes e perseguem a idéia da retirada dessas áreas do Parque para a sua devida regularização fundiária e instalação de infra-estrutura. É um trabalho exaustivo para o grupo técnico que se envolve nessa problemática, pois se torna necessário contemplar várias frentes de resistência na resolução dos conflitos: a dos ambientalistas, a dos moradores e a do poder público do qual fazem parte. As pressões e as lutas de poder se embatem nesse campo de ação, gerando conflitos que se refletem nas (des) territorialidades do lugar.

Para os moradores, a resolução dos conflitos com a criação de um plano de manejo é uma forma de concluir as suas ansiedades quanto a sua permanência no interior do Delta do Jacuí. Porém, caso toda essa população fique residindo no Delta do Jacuí, em áreas a serem retiradas do Parque (desafetadas), o poder público deverá equipar esse sub-espço da cidade com infra-estrutura, que é o desejo dessa população. Outro aspecto relevante a ser considerado é o da fiscalização para o conjunto do Parque, sobretudo na

porção do seu entorno onde a população está fixada, no sentido de evitar que novas invasões ocorram para o seu interior. Geralmente essas comunidades promovem a extração de espécies da flora para consumo de lenha ou cercamento, desencadeiam a pressão e competição das espécies domésticas criadas, criam barreiras entre as partes ecológicas do Parque e dele com o ambiente aquático que o cerca, entre outros.

Daí a contribuição da percepção para auxiliar nesses conflitos. Se o vínculo dessa parcela do sub-espaço urbano é com a moradia, poder-se-ia implementar um plano que contemplasse essa parcela da população como se fez em outros projetos para a cidade. Essa tarefa cabe aos poderes públicos municipal, estadual e federal. O que é indiscutível é o fato de que, ao criar a APA do Delta do Jacuí em setembro de 2004, o governo estadual está postergando uma decisão que envolva a ecologia social e ambiental, desrespeitadas ao longo de todo o processo da constituição dessa Unidade de Conservação até os dias de hoje.

Finalmente, cabe também destacar que, apesar de avanços e retrocessos em torno de toda a problemática aí criada, o fato da criação do Parque em 1976 foi uma forma de conter ainda mais os avanços sobre ele. A realidade talvez fosse ainda mais dramática no âmbito social e natural, onde as ocupações e os prejuízos para esse ecossistema teriam sido bem maiores. Esse critério serve de referência para que possamos dar a devida importância na criação das UCs, um tema que requer outro estudo a cerca da importância dessas categorias no âmbito da implementação de políticas ambientais.

Bibliografia

1. ATLAS AMBIENTAL DE PORTO ALEGRE. MENEGAT, Rualdo, PORTO, Maria Luiza, CARRARO, Clovis Cardoso, FERNANDES, Luís Alberto Dávila (orgs.). Porto Alegre: Ed. da Universidade. UFRGS, 1998.
2. CASTELLO, Lineu. A Percepção em Análises Ambientais. O Projeto MAB/Unesco em Porto Alegre. In: RIO, Vicente Del, OLIVEIRA, Livia de (Orgs.). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo:Studio Nobel; São Carlos. SP: Universidade Federal de São Carlos, 1996. P.23- 37.
3. COSGROVE, Denis. A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORREA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Ed. Uerj, 1998. P.92-122.
4. DOUROJEANNI, Marc J., PÁDUA, Maria Tereza Jorge. Biodiversidade: a hora decisiva. Ed. UFPR.2001.
5. GOMES, Alba M. Baptista. Geomorfologia do Delta do Jacuí: Relatório Final, Plano Diretor do Parque Estadual do Delta do Jacuí - PLANDEL, P.Alegre, 1977.
6. GONÇALVES, Carlos W.P. Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1990.
7. GUATARRI, Félix. As Três Ecologias. 39 ed. Campinas. Editora Papyrus, 1991.

8. KNIJNIK, Paulo Roberto. Geologia do Delta do Jacuí: Relatório Final. Plano Diretor do Parque Estadual do Delta do Jacuí – PLANDEL, P.Alegre, 1977.
9. LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (Re)Significação da Paisagem no Período Contemporâneo. In: ROSENDAHL, Zeny, CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Paisagem, Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2001. P. 9-28.
10. MACHADO, Lucy Marion C. Philadelpho. Paisagem valorizada: A Serra do Mar como Espaço e como Lugar. In: RIO, Vicente Del, OLIVEIRA, Livia de (Orgs.). **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo:Studio Nobel; São Carlos. SP: Universidade Federal de São Carlos, 1996. P.97-119.
11. MELO, Vera Mayrinck. Paisagem e Simbolismo. In: ROSENDAHL, Zeny, CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Paisagem, Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2001. P. 29-48.
12. METROPLAN-Fundação Zoobotânica. Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba. Relatório de Pesquisa Social Qualitativa, Percepções e Expectativas Sócio-ambientais da População Residente no Parque Estadual Delta do Jacuí. Porto Alegre, 1999a.
13. METROPLAN. Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba. Consolidação do Parque Estadual Delta do Jacuí. Reavaliação das Condições Sócio-econômicas da População e Situação Atual de Ocupação e Uso do Solo do Parque. Porto Alegre, 1999b.

14. OLIVEIRA, Lívia de. Ainda sobre Percepção, Cognição e Representação em Geografia. In: MENDONÇA, Francisco, KOZEL, Salete (Orgs.). **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba, ed. UFPR, 2002. P.189-196.
15. OLIVEIRA, M.L.A.A de; PORTO, M.L. Ecologia de paisagem do Parque Estadual Delta do Jacuí, Rio Grande do Sul, Brasil: mapa da cobertura do solo e da vegetação, a partir de imagem do Landsat TM5. **Iheringia**, Sér, Bot., Porto Alegre, n.52, p.145-162. 1999.
16. OLIVEIRA, M.L.A.A. de. Subsídios à Discussão da Proposta de Novo Zoneamento para o Parque Estadual Delta do Jacuí. Fundação Zoobotânica. Museu de Ciências Naturais. Porto Alegre, 2000.
17. PRÓ-GUAÍBA, Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba. Avaliação das Condições Sócio-Econômicas do Parque Estadual Delta do Jacuí, Consórcio Serviços Técnicos de Engenharia S.A. e Beck de Souza Engenharia Ltda. Porto Alegre, 1999.
18. RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.
19. SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço Técnica e Tempo. Razão e Emoção, Ed. Hucitec: São Paulo, 2 ed., 1997.
20. ... Técnica Espaço Tempo. Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional. Ed. Hucitec: São Paulo, 1994.
21. SAUER, Carl. A Morfologia da Paisagem. In: CORREA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 1998. P.12-74.

22. SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. Proposta para redefinição dos Limites do Parque Estadual do Delta do Jacuí. Rio Grande do Sul, 2002.
23. SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Lei Federal de junho de 2000.
24. SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa, CORREA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995. P.77-113.
25. SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. Os embates entre as questões ambientais e sociais no urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs.). **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003. P.295-298.
26. SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Debate entre questões ambientais e sociais no urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs.). **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003. P.352- 357.